



O
MUNDO
NA
EUROPA
Crises e Identidades

Editores SHEILA KHAN | VÍTOR DE SOUSA | RITA RIBEIRO



CECS PUBLICAÇÃO

O MUNDO NA EUROPA

Crises e Identidades

Editores

SHEILA KHAN | VÍTOR DE SOUSA | RITA RIBEIRO

hnmus

O MUNDO NA EUROPA: CRISES E IDENTIDADES

Editores: Sheila Khan, Vítor de Sousa e Rita Ribeiro

Autores: José Luís Garcia, João Rodrigues, Jorge Gonçalves,
Luís Cunha, Vítor de Sousa, Rosa Cabecinhas,
Cristina Joanaz de Melo

Prefácio: Francisco Azevedo Mendes

Paginação e capa: Margarida Baldaia

Fotografias da capa: António Leitão Marques

© Edições Húmus, Lda. e CECS, 2020

Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Telef. 926 375 305

humus@humus.com.pt

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: dezembro 2020

Depósito Legal: 477479/20

ISBN: 978-989-755-567-1

DOI: <https://doi.org/10.21814/1822.68605>

Este livro é financiado pelo COMPETE: POCI-01-0145-FEDER-007560
e FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto
UID/CCI/00736/2013 e ainda por fundos nacionais através da FCT – Fundação para
a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020.

ÍNDICE

- 7 **Prefácio. Ihor, home. Aylan...**
Francisco Azevedo Mendes
- 11 **Por uma linguagem maior. A Europa no Mundo, o Mundo na Europa**
Sheila Khan, Vítor de Sousa e Rita Ribeiro
- 19 **A segunda grande vaga de desincrustação e a crise de 2007-15**
José Luís Garcia
- 43 **Uma Europa com amos: Notas críticas de história de uma economia política**
João Rodrigues
- 73 **União Europeia e União Africana, instituições em evolução**
Jorge Gonçalves
- 83 **Entre paz e conflito: identidades plurais e soberanias difusas**
Luís Cunha
- 97 **A(s) crise(s) e a(s) identidade(s). A globalização, a perda de soberania dos Estados e a emergência dos patriotismos**
Vítor de Sousa
- 115 **Memórias do *salto*. Da aldeia sem luz à cidade das luzes**
Rosa Cabecinhas
- 129 **Conhecer a intervenção humana no território e executar um futuro. Consultoria histórica da paisagem como ferramenta operativa**
Cristina Joanaz de Melo
- 145 **Notas biográficas dos autores**

PREFÁCIO. IHOR, HOME. AYLAN...

Francisco Azevedo Mendes

Aceitando o vaivém ininterrupto entre a Europa e o Mundo, este livro estabelece uma relação diversificada, uma dinâmica que ora desliza sobre a vaga das decisões financeiras e dos comportamentos económicos, ora nos deixa confrontados com as palavras e o chão pisado e imaginado pelos europeus e pelos seus congéneres nas suas derivas intra e intercontinentais. Minuciosamente atento às possibilidades de uma linguagem maior, na cadência dos problemas tratados em cada um dos textos – quais entradas disciplinarmente independentes de um dicionário em construção, como linguagens e escalas, crises e vagas, economias (e) políticas, uniões e continentes, guerras e paz, Estados e patriotismos, saltos e expectativas, paisagens e futuro –, ensaia-se a pergunta sobre o estranhamento das presenças entre o Mundo e a Europa, mergulhando na errância temporal que se espera de uma investigação sem teleologias fixistas e exclusivamente predeterminadas, vigilante das suas lógicas implacáveis, competindo com elas, descobrindo-as no próprio processo de identificar e problematizar sujeitos, sistemas e agenciamentos, correlações que provocam outros tantos questionamentos.

Chamo estranhamento à condição de não tomar como evidente e com conteúdo previamente codificado o que se designa de Europa, de não tomar como previsível essa ligação entre a Europa e o Mundo, quaisquer ligações, começando pelas que se tecem dentro da Europa. As ligações são imprevisíveis, fazem parte da combustão ininterrupta do Mundo, das suas partes, europeias ou não. Algumas dessas ligações tecem as identidades momentâneas que reinventam o nome europeu. Não evidência e imprevisibilidade que se alimentam das crises do século XXI. Crises que ecoam, como faz parte da sua natureza ambígua, as estruturas recônditas da realidade social e histórica.

Em bom rigor, o livro arranca, refrata e analisa a primeira crise económica e financeira do século XXI, e projeta-se, sem o poder saber antes, na primeira crise pandémica, que surpreendeu a sua publicação, reinicializando-o. O livro já será lido num tempo que descreve uma curva onde a massa produzida pelo homem superará a própria biomassa da terra, onde, a meio de uma pandemia, a União Europeia programou uma próxima geração que, nos seus termos, providenciará a recuperação da própria União, da Europa nela contida. Uma ou várias de várias Europas. À ação planeada chamou-se, paradoxalmente, bazuca, uma injeção financeira sem precedentes na União, equiparável, apesar das diferenças, ao Plano Marshall de recuperação dos escombros europeus após 1945. A essa bazuca agrega-se a defesa do Estado de direito, definido nos termos da União como um mecanismo que recobre a transparência democrática, visando um reconhecimento mais eficiente, aparentemente musculado pelo dinheiro, dos valores da liberdade e dos seus direitos. Este fundo do livro torna-se crucial para entender a sua atração, a sua coerência causticada por uma historicidade intempestiva, produzindo uma dupla hélice que motiva a sua atualidade crítica. Tentarei assinalar algumas incidências que o livro e os seus autores ajudam a questionar, a relacionar, a reconstruir.

O salto da *next generation.eu* e as expectativas são enormes. Decorre da leitura do plano forjado em maio de 2020 a necessidade de acautelar as relações europeias no Mundo através de uma dupla transição entendida como garantia de um futuro solidário, a transição ecológica e digital. Sublinha-se a necessidade de evitar uma grande corrida planetária “para ver quem fica em primeiro lugar, acima e em detrimento de todos os outros”. Na linguagem e nas suas escalas, as distopias assaltam e deixam uma margem curta ao pensamento utópico que se reinstala na vontade de reparar os danos e preparar a próxima geração. O investimento armado nos mecanismos tratadísticos e orçamentais não deixa, também ele, grande margem para a reinvenção das alternativas, elas têm de ser negociadas vezes sem fim. O futuro sem ainda o ser já é um regime, o que exige, em jeito de contrapeso, desinstalar a história, os seus passados, tornando-os criticamente disponíveis para descolonizar as paisagens, sob pressão planetária. Neste contexto, as memórias não podem servir como apetrechos que patrimonializam as identidades europeias, antes devem ser lidas como dissonâncias que cruzam a mobilidade voluntária e involuntária das pessoas e das nações, conferindo-lhes uma plasticidade crítica, onde a paz continuará a ser um intervalo precário nos campos de batalha. A presença das crises económicas e financeiras, das ruturas e dos cortes que operam, não ilude a continuidade de uma lógica que acentua as desigualdades globais, apesar de tudo. A economia é

nesse sentido a continuidade da política, do jogo dos grandes e dos pequenos poderes. A pergunta sobre as uniões, europeias ou outras, e a pergunta global sobre os Estados e a emergência de novos patriotismos reservam, também aqui neste livro, a pergunta sobre a possibilidade de uma comunidade por vir, de uma subjetividade marcada por ligações não tomadas como evidentes e tidas como altamente imprevisíveis, objetivamente divergentes.

Por tudo isto, reentrada mínima das suas inúmeras potencialidades, este livro é uma atração para o tempo que se aproxima. Um convite lúcido e densamente informado para ler a próxima geração, na Europa e no Mundo. O livro é um dicionário rigorosamente indisciplinado em direção a 2021.

POR UMA LINGUAGEM MAIOR. A EUROPA NO MUNDO, O MUNDO NA EUROPA

Sheila Khan, Vítor de Sousa e Rita Ribeiro

A história é um profeta com o olhar virado para trás;
pelo que foi, e contra o que foi, anuncia o que será.

Eduardo Galeano (2017, p. 28)

A História não se compadece com uma narrativa que a torne monopolista e unilateral. É a luta pelo poder, pela máxima utilização dos recursos naturais e pela capacidade abrangente de edificar uma ideologia que sirva para todos que traz para a História esta aparência de unicidade e de homogeneidade. Este pensamento não resulta de uma mera abstração. É o olhar observador, reflexivo e interpretativo da historicidade humana que nos empurra para esta assunção: estudar criticamente a Europa e o Mundo exige o exercício de uma linguagem maior e permeável a outras experiências humanas, políticas e históricas que acompanharam e acompanham nos nossos dias o trabalho de compreender como os contextos sociais, económicos, culturais e políticos estão intrinsecamente ligados e dialogam entre si. A Europa é o que nela está contido e o que a ela chegou a partir do seu ambicioso projeto de modernidade e de expansão colonial e imperialista (Hall, 2018; Mignolo, 2007). Nadine El-Enany observa sem reticências e no uso de um pensamento lúcido, relativamente ao Reino Unido, o seguinte: “ausente do discurso político dominante está qualquer reconhecimento de que a construção da infraestrutura do Estado moderno da Grã-Bretanha, incluindo o seu Estado de bem-estar, dependia de recursos adquiridos pela conquista colonial” (2020, p. 1). Com este exemplo, entre muitos outros que aqui poderiam ser evocados, partimos desta convicção de que a Europa no Mundo e o Mundo na Europa não é apenas uma metáfora do

fulgor e da força que a globalização e a tecnologia nos permitem. Esta Europa no Mundo e este Mundo na Europa é o resultado de uma longa relação feita de conquistas, lutas, guerras, exploração, violência, subalternização e lutas de emancipação que representam o arquivo histórico do nosso presente.

O título deste livro não poderia ser mais atual, urgente e exigente. Num momento em que o grande debate sobre o racismo sistêmico, o capitalismo e as desigualdades económicas e sociais, a destruição do nosso planeta, o fechamento das fronteiras perante uma política anti-imigração nos mais diversos contextos geopolíticos, o retorno do populismo, da xenofobia, da criminalização e vigilância racial galopantes sob o signo de uma semântica mais tecnológica, objetiva e racional, podemos constatar que algo correu inevitavelmente mal na nossa caminhada no pós-Segunda Guerra Mundial, que a um dado momento nos concedeu a esperança e orgulho de novos tempos humanos outrora marcados pela escravatura, pelo extermínio de indígenas com a exploração assassina de territórios conquistados à custa de muito sangue, violações e usurpações. Antes de o século XX nos atormentar com as duas guerras mundiais e de o fim do colonialismo em muitos territórios colonizados na Ásia, América Latina e África nos trazer alento com as lutas anticoloniais e de emancipação política e pós-colonial, há muito que a Europa fazia estragos consideráveis, à luz de uma ideia candidamente enraizada numa era celebrada pelo seu esclarecimento moral de emancipação, progresso e civilização. O resultado é ainda visível hoje pelos complexos legados desse passado da modernidade ocidental colonial e imperial nas chamadas ex-metrópoles colonizadoras e nos territórios ex-colonizados. Lembrar o passado não é uma ferramenta de escavação para dele retirarmos apetrechos para aprimorar e sossegar este presente inquieto e estranho. O passado serve como postura ética, moral, cívica, ao chamar para o plano da reflexão elos de continuidade, os legados e veios de interpretação que nos permitam contextualizar, entender e sinalizar com maior exatidão este tempo inseguro e espinhoso que estamos a testemunhar em pleno século XXI.

Mas o presente também tem uma palavra a dizer, na sua potencial natureza de interpelar, interrogar e desafiar esse tempo pretérito. Por isso, este livro é um caminho no qual dois veios, passado e presente, se acompanham paralelamente, dignificando os temas que aqui são tratados com a solidez, minúcia e necessária tranquilidade analítica que um trabalho em conjunto merece. Esta partilha teve em si um estágio de maturação que se estende em três momentos interligados. O primeiro momento, em 2015, dedicou-se à realização de uma conferência internacional com o objetivo de pensar criticamente a Europa no

Mundo e o Mundo na Europa, com a nossa atenção orientada para conceitos tão relevantes como são os de identidade e de crise. Num segundo momento, levando em consideração o número de trabalhos apresentados durante a conferência, dos mais diversos contextos sociais, políticos e históricos, foi perceptível a oportunidade de uma publicação que pudesse alargar este debate não apenas a um público académico, mas também a outros públicos vigilantes destas preocupações. Cumprindo esta urgência, os editores deste mesmo livro publicaram em 2017 um *ebook* (Ribeiro, Sousa & Khan, 2017) organizado a partir de contributos de diversas disciplinas, como história, política, literatura, arte, cinema, *media*, tecnologia.

A presente publicação sossegou a sua energia durante quase três anos. A sua hibernação não foi sinal de passividade, adormecimento perante a realidade que todos os dias nos fustiga com grandes interrogações. Este livro esperou pelo tempo da sua voz escrita, tranquila e reflexiva, num momento em que o mundo exige de nós todos um rigoroso exame sociológico, histórico e político sobre que caminhos tomar, numa altura em que anseios de sobrevivência, de resistência e de futuro são os que mais se escutam e transbordam para além das fronteiras e confortos das nossas rotinas domésticas e civis. A experiência última da maturidade termina com este trabalho, um terceiro momento que estimamos, celebramos e desejamos fazer valer como uma centelha de partilha e fraternidade.

Nesse sentido, a reflexão crítica sobre identidade e crise complementa e reforça a vontade de compreender e investir no estudo sobre a Europa no Mundo, e este Mundo na Europa. Não desejamos ser ingénuos em pensar que o fim do colonialismo, a expansão da globalização e o desenvolvimento tecnológico e económico são *per se* garantes de estabilidade, de fraternidade e de respeito entre nações. Pelo contrário, autores atentos a estas permanências e continuidades do passado no presente e de um presente pleno de passado (Buettner, 2020; Gatrell, 2020; Jerónimo & Monteiro, 2020; Khan & Machado, no prelo; Lowe, 2015; M'charek, Schramm & Skinner, 2014; Mignolo, 2007; Nadine, 2020; Ribeiro *et al.*, 2017; Stoler, 2011) mostram a sobrevivência de legados coloniais, quer em sociedade colonizadas, quer nas colonizadoras. Lisa Lowe aborda sem reservas a persistência de lógicas de racialização, de discriminação racial e de desigualdades sociais e económicas nos Estados Unidos, ainda que os discursos políticos e ideológicos veiculem uma narrativa de um país que enterrou e enlutou o seu passado de escravatura e de desigualdades a todos os níveis:

As reivindicações liberais de que a escravidão acabou e de que a liberdade política foi defendida e alcançada continuam a informar a historiografia da abolição, a transição da escravidão para o trabalho livre e os direitos civis dos Estados Unidos; essas ideias são difundidas na própria cultura pública. Não só a narrativa liberal de liberdade superando a escravidão mascara a persistente falta de liberdade para os ex-escravizados, como as reivindicações liberais de abolição e emancipação estão conectadas com mudanças nos modos, escala e estratégias do império anglo-americano. (2015, pp. 89-90)

Não descurando as particularidades existentes entre a história dos Estados Unidos e de outros espaços que foram recetores da experiência colonial e imperialista, o pensamento de Lowe demonstra com clareza que o que estamos a testemunhar na Europa – o crescimento do racismo sistémico, os crimes étnico-raciais, o fundamentalismo religioso, o fechamento de fronteiras com a robustez das políticas anti-imigração, o recrudescimento das desigualdades sociais decorrentes da radicalização do sistema capitalista, a destruição do ambiente – nada mais é do que um presente refém de uma lógica de discriminação, de colonialidade e de racialização do ‘Outro’ (EI-Enany, 2020; Khan, no prelo; Khan & Machado, no prelo) perante argumentos que mascaram a sobrevivência de mecanismos de hierarquização e de subalternização política, económica e racial de ‘Uns’ perante ‘Outros’. Sandra Marchetti faz uma reflexão sobre a voracidade desta predisposição numa Europa pós-colonial de uma maneira clara e que, no entanto, nos causa uma enorme inquietação:

Em que sentido a Europa de hoje é uma Europa pós-colonial? Se pensarmos no pós-colonial como uma disposição e capacidade de se afastar substancialmente das práticas e mentalidades coloniais, então a Europa não parece estar preparada. A Europa de hoje é, na verdade, pós-colonial no sentido oposto, pois as mentalidades coloniais ainda estão vivas e operantes de várias maneiras. Isso é especialmente verdadeiro em discursos e encontros entre brancos, migrantes e negros. (2015, p. 133)

O Mundo que este livro traz não é estático e homogéneo. Contrariamente a uma ideia de que outros contextos geopolíticos agem de uma forma estanque e desconectada de uma historicidade maior e fértil, é hoje uma ideia desafiada pelas realidades africanas, asiáticas e latino-americanas que mostram versatilidade e fulgor em lidar com grandes desafios de consolidação social, económica e política; não apenas perante os seus desafios internos, mas, simultaneamente,

com os “escombros” deixados pela passagem da tempestade que foi a modernidade colonial e imperialista ocidental. De facto, não é solto o argumento de que o mundo de hoje está todo ele atado por linhas abissais (Santos, 2007). Por conseguinte, a nossa atenção sobre o que significa hoje pensar os conceitos de crise e de identidade tem de passar necessariamente por um exame histórico sério e crítico, onde a história não pode apenas servir para consolar e compensar, mas certamente para identificar com coragem cívica e humana a densidade e diversidade da grande linguagem da humanidade (Hall, 2018). A este respeito, a historiadora Sandrine Kott reforçava afoitamente a ideia de que:

é necessário contrariar populismos e nacionalismos de vária extração, da academia e da política à dita esfera pública. É que é preciso não atirar o bebé fora juntamente com a água do banho. Há que fugir de uma revisitação histórica que só vive de comemorações oportunistas e que na maior parte das vezes não decorre de agendas fundamentadas. (Kott, 2020, p. 303)

* * *

Os textos que materializam o desafio subjacente a este livro analisam, sob vários ângulos, perspetivas, experiências e abordagens, a relevância e exigência de pensar a Europa e o Mundo.

O contributo de José Luís Garcia, que abre este livro, assenta num escrito intitulado “A segunda grande vaga de desincrustação e a crise de 2007-15”, no qual se aborda a radicalização do imaginário liberal e se promove o mapeamento do estímulo da tecnociência e dos novos continentes para a mercadorização da “sociedade corporativa” e do capital como força indisciplinada, através das retóricas da crise. O autor procura compreender a crise financeira global de 2007-2008, que entre 2010 e 2015 se estendeu aos países europeus do Sul e à Irlanda, no quadro de uma situação crítica de dívida pública da Zona Euro, como sequência de uma conjuntura que remonta às décadas finais do século XX. Para tanto, questiona no final do ensaio qual o papel das Ciências Sociais face ao cenário descrito, sustentando caber-lhes defender os interesses da sociedade e do poder racional da totalidade da sociedade, bem como o respeito por todos os indivíduos, face ao imperativo económico-tecnológico e à demagogia populista.

Segue-se o texto “Uma Europa com amos: notas críticas de história de uma economia política”, de João Rodrigues, em que o autor argumenta que a integração europeia tem uma natureza neoliberal crescentemente vincada,

analisando algumas das suas implicações de política económica. O neoliberalismo não será, pois, um *slogan*, mas um poderoso feixe de ideias, com uma prática teórica centrada na identificação das melhores escalas para promover um determinado tipo de capitalismo, crescentemente expurgado de concessões coletivistas. O europeísmo, a ideologia de que as melhores soluções políticas estão hoje na escala das instituições europeias, tem, particularmente entre os sectores socialistas, de se confrontar com alguns padrões gerados pela integração.

Jorge Gonçalves escreve o texto “União Europeia e União Africana, instituições em evolução”. Em relação à Europa, observa sinais de retorno a uma conjuntura de guerra fria, para além da tensão decorrente do *Brexit*, o que coloca a Europa numa grande encruzilhada que desafia a coesão interna da União e a capacidade regeneradora das suas lideranças, que pode desfazer o sonho fundacional da União Europeia. No que respeita à União Africana, a dinâmica transformadora vai no sentido do desenvolvimento económico e social, podendo a livre circulação de pessoas e bens exponenciar o aprofundamento de uma Comunidade Económica Africana. E, como desafio decisivo, desenvolver a sua sustentabilidade através do autofinanciamento e a correspondente comparticipação financeira dos Estados.

Em “Entre paz e conflito: identidades plurais e soberanias difusas”, Luís Cunha aborda uma velha questão que se prende com a forma de superar a conflitualidade que tem conduzido a guerras catastróficas, temática que é cara a várias figuras cimeiras, ao longo dos tempos, como foram Kant, Freud e Einstein. Trata-se de contributos desenvolvidos em tempos diferentes e com diferentes razões. No caso de Kant, por causa da Revolução Francesa e, em relação a Freud e Einstein, na ressaca da I Guerra Mundial. Todos eles olharam para o balizamento histórico em que são circunscritos os acontecimentos, que são decorrentes de fatores estruturais que ainda se mantêm atuais e permanecem relevantes para se poder pensar a contemporaneidade: liberdade individual e participação cívica, vínculos políticos e ligações culturais, exercício de soberania e manifestações de fidelidade.

Vítor de Sousa escreve sobre “A(s) crise(s) e a(s) identidade(s). A globalização, a perda de soberania dos Estados e a emergência dos patriotismos”. Face às várias crises que têm ocorrido, que identidade emerge nesse contexto de ruturas sociais? Da identidade definida, passou-se a uma outra não tipificada, que já não é centrada em “nós próprios”, assumindo um cunho de mobilidade, por via do estilhaço dos paradigmas vigentes na modernidade, com um consequente questionamento das verdades absolutas que tinham cadenciado a vida social. Não obstante a globalização e as crises, em sentido contrário à tendência

verificada, num aparente contraciclo, isso tem motivado uma dinâmica em que muitos países promovem um apelo ao patriotismo.

“Memórias do salto. Da aldeia sem luz à cidade das luzes” é a proposta de Rosa Cabecinhas, em texto que aborda a emigração portuguesa para França durante os anos 60 do século XX, enquanto um dos momentos mais marcantes da história contemporânea portuguesa. Este texto versa sobre as motivações para a emigração, as vivências migratórias, o retorno e as consequências da migração, quer em termos pessoais, quer em termos coletivos, a partir de memórias autobiográficas de pessoas que partiram clandestinamente para Paris e posteriormente regressaram à sua aldeia natal. Os entrevistados neste trabalho nasceram na mesma aldeia e a sua vida foi marcada por um acontecimento comum – o salto –, embora vivido em momentos e circunstâncias diferentes. As suas memórias cruzam-se ao falarem da aldeia, antes e depois do salto, entre a ditadura e a revolução.

Cristina Joanaz de Melo assina o texto “Conhecer a intervenção humana no território e executar um futuro: consultoria histórica da paisagem como ferramenta operativa”, no qual propõe novos desafios à discussão ambiental. Trata-se de uma visão que analisa uma realidade omissa noutros estudos, como é o caso da gestão equilibrada e da compensação ecológica de recursos naturais executadas pelo agente humano. No caso português, olha para a região do Minho que, já no século XVIII, numa conjuntura de arranque industrial, passou pela exploração de recursos naturais em ecossistemas agro-silvo-pastoris, sem destruir sistemas de suporte de vida. Defende, por isso, que a destruição antrópica não é uniforme no espaço e no tempo, demonstrando a análise histórica da paisagem processos de viabilidade no resgate ecológico para o futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Buettner, E. (2020). Por uma vigilância dos usos e abusos da história. In M. B. Jerónimo & J. P. Monteiro (Eds.), *História(s) do presente. Os mundos que o passado nos deixou* (pp. 25-49). Lisboa: Tinta-da-China.
- El-Enany, N. (2020). *(B)Ordering Britain. Law, race and empire*. Manchester: Manchester University Press.
- Gatrell, P. (2020). Os refúgios da história. In M. B. Jerónimo & J. P. Monteiro (Eds.), *História(s) do presente. Os mundos que o passado nos deixou* (pp. 221-243). Lisboa: Tinta-da-China.
- Hall, C. (2018). Doing reparatory history: bringing ‘race’ and slavery home. *Race & Class*, 60(1), 3-21. <https://doi.org/10.1177/0306396818769791>.

- Jerónimo, M. B. & Monteiro, J. P. (2020). *História(s) do presente. Os mundos que o passado nos deixou*. Lisboa: Tinta-da China.
- Khan, S. (no prelo). A alquimia dos mecanismos de racialização, criminalização e vigilância racial. In H. Machado (Ed.), *Crime e tecnologia: desafios culturais e políticos para a Europa*. Porto: Ed. Afrontamento.
- Khan, S. & Machado, H. (no prelo). Postcolonial racial surveillance through forensic genetics. In S. Khan, N. Can & H. Machado (Eds.), *Racism and Racial Surveillance. Modernity matters*. London: Routledge.
- Kott, S. (2020). Um só mundo... ou nenhum. In M. B. Jerónimo & J. P. Monteiro (Eds.), *História(s) do presente. Os mundos que o passado nos deixou* (pp. 297-321). Lisboa: Tinta-da-China.
- Lowe, L. (2015). History hesitant. *Social Text*, 33(4), 85-107. <https://doi.org/10.1215/01642472-3315790>.
- M'charek, A., Schramm, K., & Skinner, D. (2014). Technologies of belonging: the absent presence of race in Europe. *Science, Technology & Human Values*, 39(4), 459-467. <https://doi.org/10.1177/0162243914531149>.
- Marchetti, S. (2015). Resentment at the heart of Europe. Narratives of Afro-Surinamese postcolonial migrant women in the Netherlands. In S. Ponzanesi & G. Colpani (Eds.), *Postcolonial Transitions in Europe. Context, practices and politics* (pp. 133-147). London: Rowman and Littlefield.
- Mignolo, W. D. (2007). Delinking. The rhetoric of modernity, the logic and the grammar of decoloniality. *Cultural Studies*, 21(2-3), 449-514. <https://doi.org/10.1080/09502380601162647>.
- Ribeiro, R., Sousa, V., & Khan, S. (2017). Nota Introdutória. In R. Ribeiro, V. de Sousa & S. Khan (Eds.), *A Europa no Mundo e o Mundo na Europa: crise e identidade. Livro de atas* (pp. 5-8). Braga: CECS. Retirado de http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/cecs_ebooks/issue/view/227.
- Santos, B. de S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 78, 3-46. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>.
- Stoler, A. L. (2011). Colonial aphasia: race and disabled histories in France. *Public Culture*, 23(1), 124-170.

A SEGUNDA GRANDE VAGA DE DESINCRUSTAÇÃO E A CRISE DE 2007-15*

José Luís Garcia

Resumo: O ensaio “A segunda grande vaga de desincrustação e a crise de 2007-15” procura compreender a crise financeira global de 2007-2008 que, entre 2010 e 2015, se estendeu aos países europeus do Sul e à Irlanda, como sequência de uma conjuntura que remonta sensivelmente às duas décadas finais do século XX. Sob a influência de uma leitura ampla da obra publicada, em 1944, de Karl Polanyi, *A Grande Transformação* (2012), designamos tal conjuntura de segunda grande vaga de desincrustação da economia relativamente à estrutura social; o mesmo é dizer, um novo processo de alargamento

* A publicação deste ensaio tem uma pequena história que importa ser conhecida. Começou por ser, nas suas grandes linhas, a “conferência de fecho” realizada pelo autor em 12 de julho de 2013 no XI Congreso Español de Sociología que teve lugar em Madrid. Em 2014, depois de revisto e traduzido para Castelhanho, foi publicado na *Revista Española de Sociología* n.º 22 (2014): 145-161, com o título “La ‘crisis’ y la metamorfosis del capitalismo”. Em junho de 2015, o texto foi apresentado pela primeira vez em Portugal na conferência “A Europa no Mundo e o Mundo na Europa: Crise e Identidade”, realizada na Universidade do Minho e, nessa sequência, entregue para integrar uma obra que viu a sua edição atrasar-se até finais de 2020. Em apenas cinco anos, a situação internacional observou transformações substanciais. Para contextualizar as limitações deste escrito merecem destaque as seguintes mudanças: o surgimento de uma resposta nacionalista de direita, no centro anglo-saxónico do neoliberalismo, protagonizada por Trump e Johnson; a passagem de uma ordem global no plano geopolítico para ordens regionais; a abertura de um estado de conflito claro entre os EUA e a China; a erupção, em inícios de 2020, da pandemia provocada pelo coronavírus SARS-Cov-2, que conduziu a uma crise global sanitária com repercussões sem precedentes no plano económico e social e no quadro lato de uma crise climática; a reação da União Europeia à crise originada pela pandemia é conduzida aparentemente por uma política de sinal contrário à orientação económica imposta na crise de 2010-15 analisada aqui. Estas alterações, de grande espectro, não estão obviamente contempladas neste escrito. Ainda assim, o argumento central do texto não parece ter perdido a sua pertinência: o enfrentamento da crise pandémica tornou bastante evidente o falhanço das teses neoliberais e do seu ataque ao Estado Providência que se deu no contexto de um amplo processo de desincrustação social da economia desenvolvido desde as duas décadas finais do século XX.

do controlo do sistema económico-productivo pela economia de mercado que colocou a sociedade ainda mais heterónoma face à lógica mercantil. Trata-se de uma conjuntura em que a sociedade foi fortemente compelida a ser uma espécie de apêndice do mercado. Sob este enquadramento, são sondadas no texto certas correspondências entre correntes ideológicas e políticas, a emergência de novas forças sociais, económicas e científico-tecnológicas e o processo conhecido por globalização.

Palavras-chave: crise de 2010-14; neoliberalismo; segunda grande vaga de desincrustação; tecnociência de mercado; financeirização das economias; sociedade corporativa; cognitivização do capitalismo; capitalismo de tipo hayekiano.

Teria melhor efeito que as abstrações das ciências sociais em que o ser humano é reduzido a um *homo sociologicus* ou a um *homo oeconomicus* tivessem em conta a complexidade dos indivíduos tal como é apresentada na tragédia, divididos entre opções alternativas e sem saber qual o caminho a tomar, como Hércules na encruzilhada – deliberando e escolhendo entre valores em conflito permanente ou aderindo a um valor que dá sentido à própria vida diante dos valores escolhidos pelos outros.

José M. González García, *La diosa Fortuna. Metamorfosis de una metáfora política*

A RADICALIZAÇÃO DO IMAGINÁRIO LIBERAL

Este texto procura compreender a crise financeira global de 2007-2008, que entre 2010 e 2015 se estendeu aos países europeus do Sul e à Irlanda, no quadro de uma situação crítica de dívida pública da Zona Euro, como sequência de uma conjuntura que remonta sensivelmente às duas décadas finais do século XX. Sob a influência de uma leitura ampla da obra publicada em 1944 de Karl Polanyi, *A Grande Transformação* (2012), designamos tal conjuntura de segunda grande vaga de desincrustação da economia relativamente à estrutura social, o mesmo é dizer, um novo processo de alargamento do controlo do sistema económico-productivo pela economia de mercado que colocou a sociedade ainda mais heterónoma face à lógica mercantil. Trata-se de uma conjuntura em que a sociedade foi fortemente compelida a ser uma espécie de apêndice do mercado. Sob este enquadramento, serão sondadas neste texto certas correspondências

entre correntes ideológicas e políticas, a emergência de novas forças sociais, económicas e científico-tecnológicas e o processo conhecido por globalização. Por adquirido, considera-se que os âmbitos citados estão inscritos, na esfera económica, nas dinâmicas de um século XX muito marcado pela expansão dos mercados e reinvenção das indústrias, pelos desenvolvimentos das ciências, pela articulação destas com as novidades tecnológicas e expectativas nelas investidas, e pelos EUA enquanto principal poder económico, industrial e científico, uma potência eminentemente liberal, pró-mercado livre e tecnófila. A interpretação que se quer iluminar relativamente a todo o período conturbado da crise financeira global implica uma abordagem mais lata, que inscreva as suas raízes, traços e consequências num processo longo, abrangente e complexo.

Desde finais dos anos 70 do século XX que se verifica a ascensão de um imaginário político que aparenta evidenciar-se na defesa da restrição do âmbito do Estado, mas que com mais precisão dá um novo sentido ao intervencionismo estatal, quer no plano económico, quer no plano social. Fazendo referência, geralmente de forma indiferenciada, a certas noções do liberalismo clássico, tais visões recobrem concepções normativas sobre o Estado, a propriedade privada, a liberdade individual, a competição social, o mercado e a relação entre sociedade e economia. Na esfera da economia, diferentemente do liberalismo identificado com o *laissez-faire*, algumas versões desse imaginário defendem o intervencionismo jurídico do Estado com o objetivo de construir uma moldura normativa e social que permita estabelecer um quadro político que seja o permanente garante da ordem do mercado. Este é o caso do “ordoliberalismo”, a forma alemã de neoliberalismo proposta pelos teóricos da Escola de Friburgo, que propugna, não a separação entre o Estado, a economia e a sociedade, mas a criação de um modelo de Estado de direito a partir do qual se desenvolva uma ordenação económica baseada na livre competição e no ajuste dos planos individuais dos agentes económicos. Todavia, para esta corrente, o laço social não pode ser meramente reduzido à dinâmica mercantil, apontando por isso para a consubstanciação de uma política apoiada em valores morais que conduzam os indivíduos a desenrolar os seus planos de vida no seio do mercado. Esses valores morais, de acordo com o ordoliberalismo, devem assentar na generalização efetiva do modelo da empresa à escala do conjunto da sociedade.

Uma outra perspetiva deve ser mencionada a propósito do novo imaginário liberal, o “libertarismo”, tendo uma das suas variantes, o chamado libertarismo instrumental, tido uma inegável repercussão durante a presidência de Ronald Reagan e os governos de Margaret Thatcher. No campo da filosofia política,

o termo *libertarismo* recobre correntes de pensamento que têm uma concepção muito voluntarista do sujeito, supostamente pré-existente aos fins que elege, e a preeminência das noções de direito e de preferência. O seu eixo político é o reconhecimento da liberdade de cada indivíduo para fazer o que lhe aprouver com a sua pessoa e bens. A intromissão estatal nas formas de vida e na economia, incluindo a proteção para as chamadas externalidades do mercado, é decididamente combatida. A par de propugnar o fim do quadro penal a atividades e práticas como consumo de drogas e prostituição, o libertarismo reivindica a privatização completa dos âmbitos abrangidos pelo Estado-Providência e suas políticas públicas. O denominado Estado mínimo é o Estado almejado pelo libertarismo. O libertarismo instrumental, já referido anteriormente, é a versão do libertarismo que vê na liberdade individual um meio para a promoção da eficiência económica. Após o afrouxamento do crescimento económico dos anos 70, o programa libertarista da não intervenção estatal na economia e da total liberdade das forças de mercado apresentou-se como uma alternativa às orientações político-económicas de cunho keynesiano com o objetivo de criação de riqueza. O pressuposto subjacente é que, crescendo a riqueza, cresce igualmente a possibilidade de preferências individuais¹.

Vale a pena notar, porém, que no plano político não tem sido rara a miscelânea entre algumas correntes de todo este difuso quadro ideológico liberal e certas variantes do pensamento conservador ou mesmo “tradicionalista”, sobretudo em matéria de costumes, amálgama essa alicerçada na comum oposição ao Estado-Providência e na delegação ao sector privado das atividades ligadas ao Estado Social. Assim, embora não completamente discernível em todos os seus desenvolvimentos e articulações com outras concepções e fenómenos, a nova constelação liberal tem vindo a entrelaçar-se com orientações económicas muito favoráveis à liberalização da economia sustentadas por diversas forças atuantes a uma nova escala planetária – *corporations*, entidades internacionais, tecnocracias, grupos dominantes transnacionais. O fim do bloco dirigido pela antiga União Soviética e o enfraquecimento do imaginário utópico de cunho marxista foram fatores que abriram espaço para a constelação liberal se afirmar.

A situação socioeconómica que, entre 2007 e 2015, assolou os EUA e a Europa, com particular expressão nos países europeus do Sul, foi simultaneamente resultado e possibilidade de intensificação e radicalização dessas correntes genericamente associadas ao liberalismo, ancoradas nas doutrinas económicas

¹ Para uma sucinta e rigorosa exposição do libertarismo na bibliografia portuguesa, ver Fonseca (2013, pp. 67-85).

chamadas neoliberais. Apesar das suas diversas cambiantes e da sua plasticidade adaptativa a diferentes contextos sociais e políticos, o que geralmente é designado como neoliberalismo – seguindo Steger e Roy (2010) – pode articular três expressões principais: a ideológica, um modo particular de governação e um conjunto de políticas. Enquanto ideologia, o neoliberalismo promove uma visão de liberdade, crescimento económico e globalização como corolários do mercado livre. A produção e transação de bens materiais é vista como constituinte primário da experiência humana, da interação social e da organização coletiva. A esfera económica é representada como sistema autónomo e preponderante dos demais fenómenos e processos sociais. Demarcando-se das economias estatizadas ou com forte componente estatal, que acusa de obreiras de políticas coercivas, o seu âmago ideológico promove a imagem de agentes individuais no exercício da sua vontade livre e iniciativa, de que resultaria o aumento da riqueza social. Em termos de governação, esta é pautada pelo ressurgimento do primado da economia face à política, quer dizer, pelo renascimento da economia enquanto diretriz política central com consequências em todos os domínios da vida social. Finalmente, o fundo ideológico impulsionador do mercado global como propulsor de um mundo supostamente livre e unificado é suportado por uma proliferação de medidas políticas que promovem e difundem o modelo económico e de discursos que impregnam, a uma nova escala, o discurso público com representações idealizadas de consumo e mercado livre. Esta orientação tem vindo a ser adotada por diversas agendas e atores, estatais e não estatais, nacionais, internacionais e transnacionais, ao longo das últimas quatro décadas e a estimular quatro tendências: o ataque ao Estado social e às formas de proteção social; a financeirização das economias e das sociedades; a investida no aumento das oportunidades lucrativas através do surto de inovações tecnocientíficas transformadas em novos ramos industriais (com destaque para a galáxia informacional/computacional e as biotecnologias); e a globalização da produção e do comércio.

Especificamente, quanto à constância da situação de dificuldades agudas, associada à erupção dos problemas da dívida soberana dos Estados-Membros da Zona Euro em 2010, decerto cada contexto nacional contou com as suas características singulares; no entanto, foi parte de um panorama internacional altamente instável que teve como catalisador a crise financeira dos Estados Unidos da América de 2007-2008. As causas da situação grave em países como Espanha, Portugal, Grécia, Irlanda e mesmo a Itália, com todas as suas diferenças, foram diversas, mas a sua convergência revelou as insuficiências estruturais do quadro regulatório do funcionamento da união económica e

monetária². A União Europeia expôs a sua debilidade como união política (Habermas, 2012; Beck, 2013) e os seus desníveis em termos económicos sob uma moldura de uma moeda única forte. Esta fragilidade permitiu a investida agressiva dos mercados financeiros aos Estados-Membros mais vulneráveis, tendo a burocracia da União Europeia liderada pela Alemanha optado por respostas isoladas de cada Estado-Membro e por ressaltar a indisciplina financeira dos países mais afetados, de modo a fazer com que não deixassem de cumprir as metas das finanças públicas. Apesar de algumas medidas – tardias – por parte do Banco Central Europeu para a colocação dos títulos das dívidas soberanas, as dificuldades fizeram-se sentir de forma aguda, agravadas pelas respostas perniciosas dos programas de assistência às economias periféricas da Zona Euro e da prossecução da agenda neoliberal inscrita nos Tratados e nas políticas da UE. Com variações entre os países, as dificuldades financeiras, orçamentais e económicas combinaram-se entre si e repercutiram-se interativamente. Durante este período, a desigualdade social cresceu, houve cortes nos serviços públicos e aumentou a tributação, tendências que continuaram a ter efeitos funestos. Assistiu-se à permanente instabilidade financeira e ao reforço das dificuldades, que se refletiram no aumento das desigualdades na distribuição do rendimento e da riqueza e em inúmeras fragilidades e incertezas nos planos social, económico e político.

Está já suficientemente claro que a receita de combate aos problemas da Europa do Sul configurou uma das causas da continuidade das dificuldades, na sua extensão e natureza: a imposição dos programas de ajuda externa aos países do Sul da Europa expandiu um plano de austeridade que agudizou as clivagens entre estes países e o Norte europeu, que arrastou os primeiros para uma espiral de grandes dificuldades. Aparentemente, a crise económica sinalizou a agonia de uma economia destituída de sentido, no contexto da qual muitos economistas, políticos, analistas de *rating* e jornalistas acreditaram demasiado nas possibilidades de previsão da economia, descurando os fatores de imprevisibilidade. Mas há que salientar um outro elemento: a emergência da era neoliberal teve como consequência colocar os Estados numa condição de subordinação aos mercados (em alguns casos os Estados regozijaram-se com tal sujeição). Foram os mercados que desestabilizaram o sistema financeiro, que o levaram à rutura,

² Contributos para uma interpretação sociológica da crise financeira em Portugal e Espanha encontram-se em Díez Nicolás (2013, pp. 125-140), Fortuna (2012, pp. 93-96), Pinto (2013, pp. 141-152) e Silva (2013, pp. 153-168), apresentados no *Encuentro Ibérico de Sociología* realizado a 2 e 3 de março de 2012, em Madrid.

tendo todavia a sua recuperação sido concretizada pelos contribuintes³. As dificuldades sociais não cessaram de se agudizar, o projeto político da União Europeia debilitou-se e os próprios sistemas partidários de vários países foram seriamente abalados ou arruinados, um cenário que contribuiu para a ascensão do populismo e para o enfraquecimento da democracia como regime político. O curso de todo este período pautou-se pela erosão do tipo de capitalismo democrático ligado ao Estado Social que foi erguido, no pós-Segunda Guerra Mundial, nos países ocidentais do Norte e no quadro da chamada terceira vaga da democratização, na Europa do Sul e na América Latina.

A TECNOCIÊNCIA DE MERCADO E OS NOVOS CONTINENTES PARA A MERCADORIZAÇÃO

Sem negar o papel da epistemologia falaciosa de um paradigma de ciência económica muito crédulo na governabilidade da economia e das extrapolações estatísticas, não é possível desatender que o desenrolar da crise contou com os seus grupos de interesse. Nos finais do século XX, ocorreu um fortalecimento do ímpeto liberal por parte dos detentores do capital e dos que dispunham do mesmo no quadro da formação de um mercado mundial – instigado pela Organização Mundial do Comércio – mais integrado e da competição à escala planetária, ao mesmo tempo que a cultura do capital e do mercado se disseminou, alargou e aprofundou. Por isso, a transformação do capitalismo de que este texto se ocupa de seguida incide em três aspetos: o papel decisivo dos mercados financeiros nas economias capitalistas contemporâneas; a reabsorção, ou recaptura, de domínios que haviam sido assumidos como pilares do Estado Social; e a expansão e tomada mercantil de áreas antes livres de exploração através da rotinização e fetichismo da inovação tecnológica. Argumenta-se que estas dinâmicas estão na origem da eclosão de uma nova configuração do capitalismo.

Tópico não secundário, embora muito negligenciado pelos próprios meios universitários e científicos, é o do imperativo de a lógica mercantil incidir fortemente nas últimas décadas sobre a universidade e a ciência. Um processo de “cognitivização” do capitalismo, cuja marcha se cumpre pela ingerência mercantil e diligencia ser ao mesmo tempo tentacular e estrutural, tem vindo a

³ Para uma síntese recente e esclarecedora, na bibliografia portuguesa, do processo de ascensão dos mercados, dos atores e dos motivos financeiros, assim como do programa de privatização, liberalização e desregulamentação, ver Mamede (2016, pp. 11-41). Para abordagens também muito atualizadas da dinâmica histórica, social e económica da globalização, ver Curto (2016).

abrir novos continentes para a economia de mercado. A moldura institucional da atividade científica promovida pelos Estados e burocracias internacionais é a chamada *triple helix*, a aliança progressiva, sob o patrocínio estatal, entre o mundo empresarial, com as suas específicas lógicas produtivas e comerciais, e os corpos de investigação no interior das instituições do saber e dos laboratórios. Novas sinergias entre as entidades estatais, académicas, científicas e o universo empresarial têm dilacerado o sentido que norteava predominantemente a universidade e a ciência no contexto anterior. A subordinação crescente da ciência ao imperativo mercantil, através da prossecução de um empreendimento de tecnociência de mercado – este um novo tipo de atividade científica, que se prefigurava já no pós-Segunda Guerra Mundial através da *Big Science* – com potencial lucrativo, comercial e utilitário, estimula a transmutação do conhecimento científico e tecnológico em “capital cognitivo”. Esse tem sido o motor da inovação tecnológica e das novas indústrias tecnológicas como propulsoras da economia tecnocientífica, cultural, criativa, digital/informacional e bioinformacional (Garcia, 2012, pp. 19-30). E, no entanto, o seu duplo movimento é de mais difícil perscrutação: o que está em curso é um processo não apenas de investimento da produção científica pela lógica mercantil, mas de cientifização e tecnocratização (sobretudo económica) do próprio esquema governativo, da lógica operativa e inclusivamente do fundo de legitimidade política. Certas expressões deste ideário alastram-se à própria compreensão da ciência (Pellizoni & Ylönen, 2012).

A “hegemonia cibertecnológica” em curso (Martins & Garcia, 2016) joga um papel central na aceleração das novas teias de sentido do capitalismo de cunho cognitivo. A revolução digital ou informacional contemporânea é não só um motor da transformação de parcelas do conhecimento em capital, da chamada desmaterialização da produção, do consumo e da emergência de novos produtos-mercadorias, mas também uma força impulsionadora de novos mapas de poder do mundo globalizado e de confusão nas esferas públicas. A explosão digital, no fluxo das mutações nas estruturas de *media* que o pós-guerra legou, já demonstrou comportar novas escalas de exclusão no acesso à informação e na participação dos espaços globais de poder. A promessa de uma “aldeia global”, celebrada quase liturgicamente em profecias teóricas de um mundo harmonioso, que a todos prometia representação e expressão, aparece largamente frustrada e contaminada por ruturas sociais, bolhas virtuais, mentira organizada, usos irresponsáveis da linguagem, táticas digitais e vigilância informática. Ainda que se assista a uma nova cartografia do mundo político e à emergência de novas potências económicas, o “fosso digital” é também uma

realidade, ela própria matizada – já que se impõe dentro dos próprios países. Novas rotas de exclusão e divisão do mundo são operadas, conformando uma clivagem primacial entre os que participam de uma forma de literacia dominante e os que dela ficam de fora. A divisão de poder é hoje largamente alicerçada em cisões profundas no acesso e propriedade do conhecimento, dos dados e da informação. Ao mesmo tempo, o sistema tecnológico contemporâneo abre novas possibilidades ao simulacro, à invisibilização do real, ao controlo dos cidadãos e às formas de violência e guerra. A articulação das tecnologias da informação com os *drones* em potências militares como os EUA e Israel ilustra de forma gritante esta tendência, que pode ser introduzida nas cidades sob pretexto da segurança.

O movimento para a capitalização do ciberespaço por algumas mega-plataformas, favorecidas pelas leis de potência das redes que concorrem para a concentração, replica lógicas de poder corporativo ao invés de promover espaços plurais de produção cultural. A promessa de pulverização das estruturas de poder político e das *corporations* é contrariada pela tendência para a continuidade de estruturas verticais de organização e influência no digital. Ao mesmo tempo, a manutenção e o reforço do padrão cultural anglo-saxónico parecem conduzir à permanência do estatuto de nicho de muitas culturas locais e nacionais.

Neste sentido, o contexto de crise que tem perdurado contém em grande medida a face visível e a expressão mais imediata de uma reformulação dos campos de ação e exploração do capitalismo e dos mapas internacionais de poder tecnológico e económico. A extensão do capitalismo abarca agora domínios anteriormente imunes à lógica mercantil, nas dimensões orgânica e intelectual. Concomitante com a revolução digital, a mercantilização do conhecimento é um dos fatores centrais do novo padrão económico. Abriram-se novas esferas industriais e comerciais, como os biomercados e o ciberespaço. A produção contemporânea, dita pós-industrial, cria e acrescenta necessidades em massa, ficcionadas e impulsionadas pela dinamização dos valores do *marketing*, da publicidade e da crescente esteticização dos produtos mercantis.

Entretanto, as consequências da intensificação desta feição do mundo contemporâneo podem ser ainda pensadas num outro âmbito, porventura mais penetrante: a disseminação de um novo tipo de pensamento sobre a ciência e o aparecimento da tecnociência de mercado, mas também a congregação de disrupções no próprio sentido da experiência dos indivíduos, dos grupos e das sociedades por via do relevo cultural da ciência e da tecnologia. O imperativo da descoberta científica e da ação da tecnociência irradia nos próprios

referentes de identidade da coletividade. Opera-se uma quase inversão quanto aos princípios organizadores da experiência que os sujeitos e os coletivos fazem de si: estes emergem cada vez menos da sua história diferenciadora, do seu passado coletivo, dos laços partilhados, para surgirem de produções mais ou menos rapidamente substituídas. A tradição e a conservação perecem, enquanto fundos de aglutinação e estabilização dos indivíduos, para cederem lugar à inovação permanente, à mudança rotinizada. “As nossas [sociedades] não são sociedades baseadas na sua conservação, mas na sua mudança, não na tradição, mas na inovação” (Lamo de Espinosa, González García & Torre Albero, 1994, p. 41). É o horizonte de futuro que nos move, em dinâmicas de constante apropriação do novo, de reatualização, de reorganização de si. O eixo de experiência nas sociedades de hoje é o revolucionamento ininterrupto. Se as sociedades do passado pareciam de alguma forma compassadas pela sucessão do tempo, a contemporaneidade procura subverter qualquer cronologia numa vertigem de aceleração. A bússola das sociedades é o futuro: “O futuro, não o passado, controla o presente” (Lamo de Espinosa *et al.*, 1994, p. 41). Esse futuro obriga à reinvenção, que destabiliza e põe em constante revolvimento, mas também se projeta como expectativa, oferecendo-se como experiência de fé coletiva – ponto que se retoma adiante. Por isso, hoje “a ciência produz [...] sensações ambivalentes” (Lamo de Espinosa *et al.*, 1994, p. 41). A ciência, tomando crescentemente o lugar da cultura enquanto protagonista nos modos de relação com o meio, de inteligibilidade do mundo, da decifração da experiência e construção de sentido, estabelece uma viragem fundamental, porquanto a cultura é articuladora do conhecimento adquirido, da experiência passada e dos diversos saberes, ao passo que a ciência é disruptiva no seu progresso. Assim, a afirmação da ciência enquanto pilar do desenvolvimento social caminha a par da diminuição do valor epistémico de todas as formas simbólicas, de tudo o que o arquétipo da ciência não subsume ou reconhece. O “cientifismo” marginaliza – pretende marginalizar? – não apenas o conhecimento não científico, mas também a reflexão moral e a dimensão ética que classicamente acompanharam o conhecimento.

O CAPITAL COMO FORÇA INDISCIPLINADA E A ETERNA TEMPESTADE DO CAPITALISMO

São ainda embrionárias, relativamente indefinidas e revisíveis as relações de força entre as democracias políticas, os direitos sociais que surgiram como apárgio do Estado-Providência e o novo perfil do capitalismo que se tem vindo a

desenvolver desde as décadas iniciais do século XXI. Entrevê-se uma equação em mudança, cujas formas ainda dificilmente se antecipam. Os mapas políticos e jurídicos dos direitos fundamentais habitam princípios que parecem votados à caducidade perante o dinamismo mercantil e a inovação tecnocientífica contínua. Os limites são progressivamente revistos nos mais diversos domínios: no direito internacional, quanto à soberania dos países; nas esferas de mercado, onde são suspensas balizas à ingerência mercantil; na dimensão laboral, onde são derrogados direitos consagrados nas últimas décadas. Desenham-se novas configurações relacionais entre o capital e o trabalho, entre o Estado e os cidadãos. É a eterna tempestade do capitalismo, para parafrasear Schumpeter.

Os processos económicos, financeiros e tecnológicos estão em constante dinâmica de transformação, incluindo a redefinição das possibilidades e das fronteiras da economia de mercado. Com ritmos distintos, desde finais do século XX, que se verifica o abandono progressivo do ideário do Estado Providência, a corrosão e diminuição rápida das suas funções de intervenção pública e a transformação nas esferas do trabalho e da produção. Em paralelo, cresce o protagonismo dos mercados financeiros no tecido económico, cuja absorção em moldes negociais de domínios como a saúde e a segurança social dota de poder sobre áreas cruciais da vida e da reprodução social. Por sua vez, a atual situação crítica expõe a instabilidade estrutural do sistema capitalista e a impotência do mercado livre para fazer face a essa mesma instabilidade. A orientação prevalecte acredita no mercado livre como garantia de uma equilibrada acumulação e distribuição de rendimentos, resultantes de escolhas e preferências livres e contributos desprovidos de coação. O princípio da liberdade individual assim propugnado plasma-se em liberdade de consumo; a capacidade volitiva é substanciada em preferências de aquisição – o que, na realidade concreta de desigualdade social, se traduz em diferentes capacidades e condições de liberdade dos indivíduos.

A proeminência da propriedade individual resultante da passagem do capitalismo de tipo industrial-fordista para um capitalismo de mercado mundial, com forte base na inovação tecnológica e de bens intangíveis, tem tido como um dos seus reflexos a transferência de dívida pública para dívida individual, operada pela “privatização” dos direitos sociais conquistados no pós-guerra. Configura-se, no quadro de globalização dos mercados, uma paisagem económico-social “corporatizada”: “As grandes corporações públicas e privadas – estatais, supraestatais, financeiras, empresariais, sindicais, partidárias” – formam a “coluna vertebral” do capitalismo no século XXI (Giner, 2010, p. 71). Neste sentido, o mundo globalizado é um mundo corporativo. A influência exercida

pelos gigantes corporativos, organizados vertical e hierarquicamente, especializados numa determinada área e com um papel determinante no xadrez laboral das atuais sociedades, é indesmentível, embora as corporações não esgotem ou absorvam todo o espaço de ação social. Esta “sociedade corporativa” coexiste – e é por ela alimentada – com uma “utopia meritocrática”, grandemente desmentida pela assimetria remuneratória persistente entre homens e mulheres, assim como pela persistência de classes (Giner, 2010, pp. 72-73). O que se está a testemunhar refuta ambos os pressupostos do liberalismo radicalizado do nosso tempo: primeiramente, pela concentração financeira e tecnológica sem precedentes, a que se soma a provada inaptidão dos mercados financeiros para qualquer lógica redistributiva. A mesma condição assimétrica engloba tanto os cidadãos pelos feitos de uma disfunção previsível do sistema financeiro para a economia real, como os Estados nas relações diplomáticas.

O capitalismo atual tem como centro nevrálgico os mercados financeiros. A este respeito, vale a pena prestar atenção demorada a *Tempo Comprado – A crise adiada do capitalismo democrático* (2013), de Wolfgang Streeck, que problematiza o processo de financeirização do capitalismo ocorrido nas últimas décadas. A perspetiva adotada pelo autor alemão é essencialmente de tempo intermédio: privilegia os padrões observáveis em grande escala e uma amplitude temporal que, tal como neste texto se tem vindo a fazer, remonta a situação contemporânea, e o seu contexto específico, a mutações que se iniciaram há cerca de quase meio século. O esforço de síntese é, por isso, privilegiado. É neste sentido que a crise financeira global de 2007-2008 consistiu, traçando a sua genealogia, num episódio específico de um processo que começa a desenharmo-nos muito antes, e não como uma disrupção e corte de uma ordem que anteriormente seria harmónica e funcional.

A crise a que Streeck se refere

“é uma crise do capitalismo no contexto das democracias ricas do mundo ocidental, tal como este se estruturou depois da experiência da Grande Depressão, da fundação do capitalismo e da democracia liberal após a Segunda Guerra Mundial, do desmoronamento da ordem do pós-guerra, nos anos 70, das ‘crises do petróleo’ e da inflação, etc.” (2013, p. 15)

Voltamos a encontrar em Streeck a enunciação da tripla composição da situação crítica: “uma crise bancária, uma crise das finanças públicas e uma crise da ‘economia real’” (2013, p. 32). Esta nefasta tríade, argumenta o autor, deveu-se, primeiramente, à proliferação do crédito, tanto público como privado,

realidade que oleou a engrenagem do capitalismo financeiro e que havia de deparar-se em grande escala com o crédito malparado. Em segundo lugar, é resultante dos défices dos orçamentos públicos, avolumados nas recentes décadas e propulsores do engrossamento das dívidas estatais. Em terceiro lugar, está articulada com as questões do desemprego galopante e a estagnação da economia, realidades relacionadas causalmente com a dificuldade de obtenção do crédito por parte de empresas e consumidores, assim como de respostas transversalmente adotadas por Estados relativamente à diminuição das despesas, pelo corte de prestações sociais e, especialmente, pelo aumento fiscal.

A tese apresentada em *Tempo comprado*, e que origina e lhe oferece o próprio título, é a ideia de que a falência do capitalismo regulado, fiador do crescimento económico e do pleno emprego – pedra angular do contrato social estabelecido no pós-guerra –, se prenunciava já na década de 1970. Ora, perante tal prenúncio de derrocada e de fim da fé coletiva e consenso ideológico no aumento qualitativo da experiência material das bases sociais, vários mecanismos foram sucessiva e habilmente acionados, com vista ao retardar do colapso financeiro nas economias europeias das últimas décadas. A sofisticação do protelamento, a “compra do tempo”, foi conseguida numa primeira fase por políticas inflacionistas e, num momento posterior, pelo endividamento público. Streeck acentua este processo, expondo o modo como a perda iminente de direitos sociais, da “paz social” conquistada pela expansão até às bases do poder de compra, gerou uma crise de legitimidade do próprio capitalismo, sobretudo do capitalismo tardio. Foi o confronto com tal vácuo de legitimidade que o “tempo comprado” procurou adiar. O amortecimento de possíveis e previsíveis conflitos sociais foi conseguido “aproveitando o dinheiro”, essa “instituição misteriosa da modernidade”, para usar as palavras do autor. A explosão do consumo e a absorção pelo mercado de esferas crescentes da vida social – o lazer, o desporto, a comunicação... – caminharam a par da permutabilidade crescente entre “trabalho” e “trabalho remunerado”, realidade em muito devedora da entrada e crescente afirmação da força de trabalho feminina. A expansão da sociedade de consumo terá sido, através da expansão do crédito, o canto de cisne de um tipo de capitalismo que se acreditou passível de regulação e compromisso com os direitos políticos consagrados e a paz social.

A adoção da moeda única na União Europeia surge, nesta conjuntura, como “experiência frívola”, na expressão de Streeck (2013, p. 254), fazendo tábua rasa das clivagens e assimetrias internas no projeto europeu, travando a autonomia decisória dos Estados quanto à possibilidade de desvalorização da moeda e alavancando respostas de tipo competitivo, numa aparência de

flexibilização dos mercados que sacrifica direitos laborais e sociais. Sem uma verdadeira união política, a união monetária é uma máscara de coesão.

A lacuna fundamental apontada por Streeck às teorias da crise da Escola de Frankfurt datadas da década de 1970 é, precisamente, a de não terem vislumbrado o capital como agente próprio da mudança: “ao não terem atribuído qualquer intencionalidade e capacidade estratégica ao capital, uma vez que o tratavam como aparelho e não como agência, como meio de produção e não como classe” (2013, pp. 47-48), tais orientações surgiram destituídas de uma intuição fundamental. Seguindo o autor, o capital assumiu-se enquanto fator por excelência de modelação das forças sociais, das lógicas de domínio, tornando-se força indisciplinada, não instrumental, propulsora dos novos rumos e mudanças que se sucederam. Se, na expressão certa de Streeck, “o capital se revelou como jogador e não como brinquedo – como um predador (e não como animal de criação)” (2013, p. 48), os sinais da atual crise, assim como do lastro histórico posterior à década de 70, parecem testemunhar o não acolhimento do capital às várias regulações que lhe foram impostas no pós-guerra. É este agenciamento, sublinhado por Streeck, que explica a recusa última dos mecanismos reguladores – da domesticação falhada do que não é um animal de criação e sim um predador – e o falhanço da mão estatal e dos enquadramentos disciplinadores keynesianos, legando-nos um “capitalismo de tipo hayekiano”: não apenas porque a ação política tenha desistido do controle disciplinador, aliando-se a um determinado tipo de orientação mercantil, mas também, e talvez sobretudo, porque “o capitalismo não podia nem queria satisfazer para sempre” as reivindicações do progresso social e do crescimento. Assim, na perspectiva que a obra veicula, não terão sido “as massas que se recusaram a seguir o capitalismo do pós-guerra, acabando com ele, mas sim o capital na forma das suas organizações, organizadores e proprietários” (2013, p. 45). A viragem vertiginosa não se fez pela deslegitimação do capitalismo perante as bases populares, mas por reação de quem detinha o poder económico e com ele alinhava, como Streeck havia adiantado páginas antes, ao considerar o fluxo de mudança concretizado no “capitalismo global do último terço do século XX um resultado da resistência dos detentores do capital e daqueles que dispõem do mesmo – da classe dos ‘dependentes do lucro’ – às múltiplas restrições que o capitalismo foi obrigado a aceitar depois de 1945” (2013, p. 28). Descurar o papel do capital enquanto força turbulenta das estruturas e organizações sociais torna qualquer tentativa de compreensão votada a um certo enviesamento.

Esta é precisamente uma das ideias fundamentais com as quais se postula aqui ser imprescindível dialogar: que não só o capital, mas também o capitalismo

como se conhece hoje, impulsionado e dinamizado pela vertigem do crescimento económico, imprimem novos rumos, novas dinâmicas de conformação. A tendência de mercadorização de cada vez mais domínios é conatural ao próprio capitalismo, firmado na rotinização da inovação tecnocientífica. A vocação totalizante do mercado e da tecnologia enquanto fetiches de uma nova era consubstancia o próprio âmago ideológico dominante. Trata-se de um dinamismo de redefinição de carácter do mundo social, uma condição nuclear da experiência dos sujeitos na contemporaneidade, dos sistemas de governo, educação, cultura, trabalho, lazer, comunicação, etc. Além da tecnologização sucessiva da vida individual e social, com todas as suas consequências em termos de destruição de formas de vida, padrões de consciência e de comportamento humano, a financeirização do capitalismo investe o dinheiro enquanto poder com uma dimensão espiritual, que extravasa pungentemente os limites clássicos do poder económico ou da troca.

O poder simbólico do capitalismo financeiro é o da tendente universalidade da venda: a racionalidade é mercantil, a aspiração de fundo é a de tudo submeter ao valor de mercado, a relação primeira entre sujeito e coisa é a da possibilidade de transação. O *management*, os discursos de “crescimento pessoal”, o *coaching* promovem a indispensabilidade de cada ser humano se moldar à imagem do que define querer ser, de aprender a controlar emoções e comportamentos, de alterar o seu semblante físico adequando-o ao padrão escolhido, tudo isto em função de ser “empreendedor” todos os dias na prossecução de metas inerentes aos líderes e aos que triunfam na competição de todos contra todos que se tornou o mundo social⁴. Novas formas de mercado impõem ou abrem caminho deste modo a outras formas culturais, submergindo neste ímpeto mercantil o conhecimento, a ciência, a cultura, a expressão artística, a criação intelectual, as emoções, o comportamento, os estilos de vida... A este respeito, autores como Laval e Dardot (2009) sugerem a ideia de uma “razão neoliberal” em que a competição e a empresa se tornam no modelo de subjetivação do sistema neoliberal.

É por isso crucial, em termos conceptuais, recuperar a ideia de agenciamento do capital. É à luz deste agenciamento, e deste reconhecimento, que as relações entre política e economia, tecnociência e mercado, poder empresarial e trabalho, democracia e capitalismo, enfim, entre economia e sociedade, devem

⁴ Sobre a hegemonia ideológica do discurso da gestão e do *management* e a financeirização das relações salariais, ver, entre outros trabalhos recentes, Alonso e Fernández Rodríguez (2012) e Matos (2015).

ser avaliadas e reequacionadas. Questionando a relação tensa entre capitalismo e democracia, adensada, complexificada e talvez revelada na sequência da crise de 2007-15, Streeck levanta a interrogação: que fazer, quando somos expostos à crueza da evidência de que “a justiça social não é absorvida pela justiça de mercado?” (2013, p. 254).

Um dos pontos fulcrais decorrentes da análise do autor, que importa integrar nas análises correntes sobre a situação crítica contemporânea, é que “o futuro da sociedade está em aberto e que a história não é previsível” (Streeck, 2013, p. 12). Tal perspectiva parece ter de facto sido combatida e afastada, ensombrando assim um determinado tipo de obstinação teórica consentânea com a ideia de progresso material, jurídico e social que encaminharia as sociedades para o fim da história, onde a consagração de direitos sociais e políticos seria apanágio de um estádio evolutivo concreto. Lembrar que as instituições sociais, assim como os direitos, liberdades e garantias constitucionais, existem sempre num equilíbrio precário, temporário e facilmente perturbável será, porventura, uma das mais valiosas pistas da leitura de Streeck.

Todavia, é indispensável não direccionar a leitura num sentido que sugira o capitalismo como fenómeno global, totalizante, da experiência humana – potenciando um diagnóstico ou uma construção de sentido substantiva ou, redutoramente, “economicista”. Há dimensões da ação social que se furtam a esta lógica: conflitos étnicos, identitários, respostas a crises sanitárias, cuja plena extensão não é subsumível por ímpetus económicos, ou cujo enquadramento nas economias de mercado não é totalmente explicativo. Assim, a ocupação do Tibete, os confrontos nacionais dentro de vários Estados, entre outros exemplos possíveis, são demonstrativos de como as relações de força, de identidade e de poder devem ser pensadas em articulação com outros elementos da vida social. Se é verdade que é difícil pensar em redutos da ação social imunes aos efeitos do capital e do mercado hoje, também é verdade que se impõe evitar pensar o capitalismo por via de relações apenas macrocausais, atribuindo-lhe o poder explicativo último de todos os fenómenos sociais.

AS RETÓRICAS DA CRISE

O antigo professor de Harvard Albert O. Hirschman, em *The Rethoric of Reaction. Perversity, futility, jeopardy* (1991), sustenta a ideia de que a discussão política e económica é muitas vezes enviesada por “retóricas da intransigência”, formulações narrativas de longa duração a que subjazem arquétipos míticos e radicações morais. Nesta linha, analisa nessa obra os padrões argumentativos

das retóricas que, desde finais do século XX, têm tido como alvo o Estado-Providência. Este modelo de Estado tem sido sujeito a ataques e tentativas de descredibilização, que, segundo Hirschman, podem ser subsumidos no tríptico argumentativo da “perversidade”, da “futilidade” e do “risco”.

A perversidade, a futilidade e o risco são dispositivos retóricos, classicamente usados na estratégia discursiva do conservadorismo – ainda que possam ser apropriados por qualquer grupo político –, que visam colapsar medidas, propostas ou programas políticos, expondo a sua suposta perversão colateral. Ao apontar os vícios e danos que essas iniciativas políticas arrastariam, ainda que admitindo a sua pertinência ou validade teórica no plano da abstração, estas operações retóricas pretendem desvirtuar e colapsar, pela retirada de confiança, as propostas políticas do adversário.

As operações argumentativas da perversidade, da futilidade e do risco têm, cada uma, estratégias autónomas de incisão. A retórica da perversidade tem como móbil fazer recair sobre determinado programa político a consequência exata que se procuraria evitar. A tese da futilidade intenta ridicularizar, pela pretensa falta de eficácia, determinada proposta política, afirmando que os seus efeitos possíveis se esgotam no domínio do supérfluo. A tese do risco, por seu turno, pretende uma defesa pelo medo, atribuindo a uma nova proposta política o perigo de hipotecar todas as conquistas anteriores. Vejamos agora de que forma estas estruturas narrativas atuaram (e continuam a atuar) no ataque ao Estado-Providência e a muitas formas de proteção social para as colocar sob a lógica do que apelidamos de segunda grande vaga de desincrustação⁵.

A tese da perversidade tem como suporte a premissa da autorregulação dos mercados e a ideia de que a ingerência estatal, desequilibrando esta dinâmica autorreguladora, agudiza o problema que se propõe resolver – no caso, a pobreza. Considerando que a atribuição de garantias, que não depende do esforço do trabalho, gera estímulos à inércia e à dependência do Estado, a tese da perversidade atribui à assistência social por parte do Estado a responsabilidade pela criação de mais pobreza.

Tal ideia encontrou eco, não só na agressão ao Estado-Providência, mas também na responsabilização dos países do Sul durante a crise de 2010-2015. A imposição dos planos restritivos e de austeridade foi cumprida pela

⁵ No âmbito da publicação deste texto na *Revista Española de Sociología*, n.º 22, o sociólogo Fernando Ampudia de Haro chamou a minha atenção para um trabalho seu que estuda igualmente as retóricas da crise da Europa do sul de 2010 a partir do pensamento de Hirschman. A este respeito, ver Ampudia de Haro (2013).

disseminação de uma orientação que escamoteia o seu carácter de autêntica escolha política⁶. Uma narrativa hegemónica que revestiu de moralidade o cumprimento da dívida, que culpabilizou os países do Sul, caricaturando-os como maus pagadores, preguiçosos irresponsáveis que viveram acima das suas possibilidades, escamoteando o jogo político em que se alicerçam todas as dinâmicas económicas. A retórica da perversidade surgiu também num ponto central contra os níveis salariais adquiridos. Acusando os altos salários de bloquearem a criação de emprego, num efeito perverso da conquista laboral em que a remuneração seria impeditiva de novas contratações, a estratégia da redução salarial pretendia que salários mais baixos constituíam um estímulo às empresas e à empregabilidade. Foi ainda a mesma narrativa que preconizou a redução dos salários como resposta generalizada à recessão, que a Europa viveu na sequência da crise espoletada em 2007-2008. O núcleo teórico deste princípio é de simples enunciação: baixar os salários incrementa a competitividade, no contexto político da moeda única; ao mesmo tempo, salários demasiado altos não permitem a criação de novos postos de trabalho, estagnando a empregabilidade. A redução salarial generalizada geraria, nesta fórmula, o estímulo da competitividade e o combate ao desemprego.

Num breve texto, Louçã (2013, pp. 85-93) demonstrou como este último ponto é desmentido pelos dados referentes aos 24 países europeus de que se dispunha informação comparável, pertencentes na sua maioria à Zona Euro, a que se juntam o Reino Unido, os Estados Unidos e o Japão. Destes países, 16 parecem refutar o pressuposto em análise: há economias em que, apesar do aumento parcial do salário, se verificou a redução do desemprego, e há outras em que redução salarial e aumento do desemprego se verificaram cumulativamente. A evolução da última década desmente a relação causal entre as variáveis. A propaganda da redução salarial não refere os múltiplos fatores que interferem na contratação e na criação de emprego. Há muito mais a intervir na equação do que o simples custo do trabalho: os custos de contexto têm um peso que pode, muitas vezes, sobrepor-se – como as matérias-primas, a energia ou os juros. Ao mesmo tempo, há múltiplas razões de estímulo à criação de novos postos de trabalho. Assumir o custo do trabalho como único fator na equação da empregabilidade é, para além de falacioso, nefasto. Não só não resolve o problema do desemprego, como não resolve o problema da competitividade, ao assentar numa economia especializada em produtos de pouco valor

⁶ Para um aprofundamento deste problema, ver o muito completo trabalho teórico e sociológico de Ferreira (2014, em especial, pp. 113-156).

acrescentado – em consequência, menos competitiva. Onde a precarização é a regra, não há direitos sociais garantidos.

A tese da futilidade, por seu turno, tem como pretensão o ataque, não aos efeitos reais da medida, mas à inviabilidade do seu cumprimento. A retórica da futilidade caricatura as medidas de ação social como meras declarações públicas de intenção, cujo déficit operativo – por esbarrar em dificuldades práticas de distribuição, por se diluir em redes burocráticas ou institucionais, ou por ser absorvido em esquemas montados pelos próprios decisores – acaba por servir as elites, ou por ver o seu efeito, ridiculamente mínimo, incapaz de introduzir qualquer diferença significativa. Assim, essa retórica acusa os desvios de fundos e os esquemas de corrupção como razões basilares para o impedimento de medidas como o subsídio de desemprego e outras orientadas à correção das assimetrias sociais.

Também o dispositivo retórico da futilidade tem profundo alcance. É, aliás, recorrente o ataque aos serviços e estruturas públicas com fundamento numa visão que os converte em fúteis. A caracterização do Estado como obeso, como megaestrutura burocrática cujo gigantismo, obsolescência e despesismo não servem os cidadãos, mas antes uma classe inerte de funcionários e burocratas instalados, tem servido como mote ao desmantelamento do próprio Estado. Escolas e hospitais são encerrados sob o pretexto da eficiência; as zonas periféricas são desprovidas de serviços pela mesma razão. Como replica Caldas (2013, pp. 43-54), a aplicação da lógica empresarial à administração pública implica a redução de qualquer espaço de motivação pessoal, de mobilização e comprometimento com o serviço público, o trabalho e a comunidade. A transferência da lógica das estruturas empresariais para a administração pública afasta qualquer expressão plena de mérito e reconhecimento que não seja pecuniário e amputa qualquer dimensão normativa e criativa no exercício laboral. Se já no mundo empresarial existem perspetivas que questionam esta unidimensionalidade, a inadequação à esfera pública é particularmente evidente. Mais do que o esboroar da ética profissional, a disseminação dos mecanismos fundados na teoria da agência representa o desprezo pelo princípio do serviço público.

Por último, o mecanismo retórico do risco, que talvez seja aquele cuja extensão foi mais significativa no discurso político na conjuntura de 2010-2015. O Estado-Providência, muitas vezes alvo da retórica ultraliberal como constituindo o maior perigo para as liberdades historicamente adquiridas, foi reiteradamente apontado como ameaça aos direitos e liberdades individuais, para além da ameaça que oferece ao crescimento económico.

A confluência dos três mecanismos retóricos identificados por Hirschman produziu uma narrativa unificada, quase total, no espaço europeu. A propaganda da inevitabilidade e da ausência de alternativas à austeridade que ecoou nos países do Sul da Europa escondia uma orientação. Uma verdadeira obsessão orçamental sob uma ortodoxia monetarista, irmanada com a moralização do pagamento da dívida como absoluto imperativo dos Estados sob ajuda externa, identificou falaciosamente a dívida como causa da crise financeira de 2010-2015, silenciando o aumento considerável dos níveis de endividamento na Zona Euro desde então (lembre-se, por exemplo, que a dívida portuguesa era, aliás, inferior à dívida alemã no período em causa). O fervor das privatizações alienou bens e serviços estruturais da comunidade – saúde, transportes, energia, educação e até segurança –, o que dificilmente se concilia com a construção do Estado Social no pós-guerra e com uma democracia mais aprofundada. A austeridade implicou todo um programa de ataque aos serviços públicos e aos direitos laborais, o que teve como fim último a designada flexibilização laboral, eufemismo que mascara a precarização do trabalho e o desmantelamento do Estado Social, com a privatização das funções primárias do Estado.

É a mesma narrativa que propagou a ideia de gestão de tipo empresarial do próprio Estado. A racionalidade económica normalizada passou a absorver a própria administração pública; a lógica da rentabilidade, da prossecução do lucro, da competitividade e do ganho contamina hoje a conceção de Estado. A grelha de sentido aplicada aos serviços públicos tende a não ser a da qualidade, da universalidade e do compromisso democrático – é mercantil. Projetam-se, sobre a administração pública, os critérios comuns aferidores da suposta boa gestão empresarial, como a rentabilização dos recursos e a obtenção de lucro. Tais critérios são, contudo, desadequados à consideração das organizações da administração pública. A abordagem transposta das estruturas empresariais para os organismos da administração pública revela-se de imediato desajustada desde a génese: no caso do mercado livre, os custos de produção implicam um investimento, já no caso da administração pública tais custos são suportados por um orçamento politicamente aprovado. Assim, falar de diminuição de tais custos com vista à maximização de lucro, para obter lucro ou excedente, é totalmente desprovido de sentido enquanto elogio de boa gestão: a finalidade constitutiva da administração pública é prover a comunidade de bens e serviços, pelo que a sua subtração ou cumprimento deficiente, ainda que financeiramente lucrativa, constitui exemplo de gestão danosa, e não o contrário (Caldas, 2013). Perdem-se os referentes democráticos e normativos sempre que se subjeta o Estado à lógica do mercado.

REFLEXÕES FINAIS

Tomando como acertado o pressuposto weberiano de que as Ciências Sociais devem pautar-se pela moderação nas suas ambições a enunciados gerais de causalidades e determinação, a perspectiva que foi aqui apresentada ambicionou discernir a eficácia histórica de certas imagens do mundo prevaletentes, matizando esse intento com a procura de relações de adequação e inadequação entre correntes ideológicas, processos institucionais e formas económicas. Sob esta indicação, procurou-se identificar, por um lado, princípios compartilhados ou afins de teorias económicas e ideologias e teorias políticas responsáveis por criar visões que nos têm estado a guiar ou enquadrar, por outro, a dinâmica dos interesses materiais e ideais que nos têm condicionado, interesses esses no contexto das imagens resultantes daquelas ideologias e teorias.

A conjuntura da crise de 2010-2015 que se passou em revista convoca a discussão sobre o sentido da própria modernidade. A dinâmica que marcou esse período articula-se com a ultrapassagem de uma visão do mundo moderno que continha freios e referências, ligados a aspetos da tradição. Diante de nós temos uma tensão entre, por um lado, um mundo social que ainda está sob o manto do projeto moderno e, por outro, a velocidade que a aliança entre a radicalização do imaginário liberal, a agência do capital, a financeirização e o desígnio da inovação tecnocientífica orientada para o lucro tem estado a imprimir, rumo a uma outra construção societal – no fundo, trata-se do conflito entre o moderno e o “trans” ou “pós-moderno”. Na verdade, o que se exprime em dimensões plurais e polimórficas da crise vivida e que assola o tempo presente produz a evidência da rutura e dos referentes agregadores sociais.

A ausência de consenso é testemunha de uma divisão entre *epistemes*: o colapso da modernidade assiste à pulverização dos pilares normativos e o mergulho ainda tumultuoso na “trans” ou “pós-modernidade”, com o seu intrínseco abandono de muitos dos referentes anteriores. A crise económica terá tido assim um papel revelador das contradições e dimensões conflituantes entre Estados e crise económica: a tensão entre horizontes nacionais e internacionais. O declínio da modernidade parece produzir a incompatibilidade insanável entre os macroprincípios axiológicos que nutriram o paradigma moderno. A ideia de igualdade, progressivamente posta em causa pelas conotações de que foi investida enquanto acionadora da horizontalização dos agentes sociais pelo incentivo da mão estatal, parece ceder lugar indisputado à livre escolha e autodeterminação – uma conceção de liberdade negativa, individual e atomista (Ricœur, 1988).

A mundialização do mercado implicou a sua autonomização e predominância inequívoca. Esta projeção ideológica, esta “ideologia da não socialização da economia”, rompe com a lógica que acompanhou a crise económica dos anos 30 do século XX. A representação dos fenómenos sociais como extrínsecos, desconexos, desarticulados, independentes e absolutamente primeiros, determinantes das restantes dinâmicas e fluxos sociais, torna premente que se recorde e recoloca a economia como fenómeno social.

À perspetiva apresentada neste ensaio esteve sempre subjacente o pressuposto de que, primeiro, a economia está sempre incorporada num marco social e, segundo, a ciência económica moderna que tem sido chamada a orientar muitas das opções tomadas, sendo uma ciência autónoma no sentido em que é uma disciplina identificável, dotada de teorias e métodos próprios e de um âmbito de estudo específico, é parte integrante de um tronco comum do saber – as ciências sociais. Não existem fenómenos económicos completamente “puros”, todos os fenómenos económicos são simultaneamente sociais; por outras palavras, têm um qualquer entrelaçamento com planos culturais, ideologias e mentalidades, instituições, grupos e organizações sociais e com a história. Por sua vez, a ciência económica surgiu como disciplina científica no processo de ramificação disciplinar do século XIX, em torno da indagação e do estudo moderno do mundo social, processo esse que gerou outros âmbitos de questionamento e investigação próprios, tais como os da antropologia, sociologia, psicologia social, ciência política e história (Giner, 2001, pp. 387-409). Assim, as ideias económicas mais influentes e os economistas que as sustentam são largamente responsáveis por uma certa permanência da crise. Se há uma crise da economia mundial, também há uma crise do padrão predominante da ciência económica.

Conclua-se, pois, com algumas ideias já clássicas e que incorporam os pressupostos desta reflexão. Com Durkheim é possível compreender melhor o carácter social do mercado. Não necessita de demonstração que os mercados se tornaram uma força contundente do nosso mundo social, que possuem um carácter coativo, não obstante os indivíduos poderem ou não intervir na sua génese e desenvolvimentos. Os mercados passaram a existir como parte da sociedade que habitamos, possuindo essa natureza moral que Durkheim atribuía aos fenómenos sociais: são objeto de julgamento, de aprovação ou reprovação. Independentemente da nossa indiferença aos mercados, eles não nos tratam com indiferença; independentemente de serem lícitos ou toleráveis, os mercados têm sempre uma carga moral. Com Simmel, percebe-se o dinheiro como metafísica da vida moderna e contemporânea. E com a sociologia económica

de Polany (2012) e a sua conceção da grande transformação provocada pela economia desincrustada no século XIX, é possível dar conta da segunda grande vaga de desincrustação do nosso tempo na qual a economia de mercado se descontextualizou ainda mais do entorno social e assim se tornou um sistema quase autorreferente.

O que podem as Ciências Sociais face ao cenário descrito? No mínimo, seguir a recomendação de Auguste Comte, segundo a qual o poder espiritual deve separar-se absolutamente do poder temporal e agir sempre por livre ensinamento, livre conselho e livre consentimento. Esta orientação é lembrada devido à fragilidade inerente a uma investigação científica cada vez mais subordinada aos fins utilitários, aos resultados materiais e também à disciplinarização excessiva das Ciências Sociais, que as tem conduzido ao afastamento do diálogo com a filosofia, o direito, a ponderação ética, a literatura e as artes. Às Ciências Sociais cabe defender os interesses da sociedade e do poder racional da totalidade da sociedade, bem como o respeito por todos os indivíduos, face ao imperativo mercantil e tecnocientífico e à demagogia populista.

BIBLIOGRAFIA

- Alonso, L. E., & Fernández Rodríguez, C. J. (2013). *Los discursos del presente. Un análisis de los imaginarios sociales contemporáneos*. Madrid: Siglo XXI.
- Ampudia de Haro, F. (2013). As retóricas da crise em Portugal. *CIES e-Working Papers*, 145/2013. Lisboa: CIES-IUL.
- Beck, U. (2013). *A Europa alemã. De Maquiavel a “Merkievel”: estratégias de poder na crise do euro*. Lisboa: Edições 70.
- Caldas, J. C. (2013). O Estado deve ser gerido como uma empresa? In J. Soeiro, M. Cardina & N. Serra (Eds.), *Não acredite em tudo o que pensa. Mitos do senso comum na era da austeridade* (pp. 43-54). Lisboa: Tinta-da-China.
- Curto, D.-R. (Ed.) (2016). *Estudos sobre a globalização*. Lisboa: Edições 70.
- Diéz Nicolás, J. (2013). Crisis económica, crisis financiera o crisis del sistema social global. *RES*, 19, 125-140.
- Ferreira, A. C. (2014). *Política e sociedade. Teoria social em tempo de austeridade*. Porto: Vida Económica – Editorial.
- Fonseca, R. (2013). Libertarismo. In J. C. Rosas, *Manual de filosofia política* (pp. 67- 85). Coimbra: Almedina.
- Fortuna, C. (2012). A crise e a sociologia do reverso. *RES*, 18, 93-96.

- Garcia, J. L. (2006). Biotecnologia e biocapitalismo global. *Análise Social*, vol. XLI, 181, 981-1009.
- Garcia, J. L. (2012). El discurso de la innovación en tela de juicio: tecnología, mercado y bienestar humano. *Arbor: Ciencia, pensamiento e cultura*, 188(753), 19-30. <https://doi.org/10.3989/arbor.2012.753n1002>.
- Giner, S. (2001). *Teoría sociológica clásica*. Barcelona: Ariel.
- Giner, S. (2010). *El futuro del capitalismo*. Barcelona: Ediciones Península.
- Habermas, J. (2012). *Um ensaio sobre a Constituição da Europa*. Lisboa: Edições 70.
- Hirschman, A. (1991). *The Rhetoric of Reaction*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press.
- Laval, C., & Dardot, P. (2009). *La Nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris: La Découverte.
- Lamo de Espinosa, E., González García, J. M., & Torres Albero, C. (1994). *La sociología del conocimiento y de la ciencia*. Madrid: Alianza.
- Louçã, F. (2013). Baixar os salários é o caminho para salvar a economia? In J. Soeiro, M. Cardina & N. Serra (coord.), *Não acredite em tudo o que pensa. Mitos do senso comum na era da austeridade* (pp. 85-93). Lisboa: Tinta-da-China.
- Mamede, R. P. (2016). *A economia como desporto de combate*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Martins, H., & Garcia, J. L. (2016). A hegemonia cibertecnológica em curso – Uma perspectiva crítica. In T. D. Martinho, J. T. Lopes & J. L. Garcia (Eds.), *Cultura e digital em Portugal* (pp. 19-37). Porto: Edições Afrontamento.
- Matos, J. N. (2015). *O operário em construção. Do empregado ao precário*. Lisboa: Le Monde diplomatique e Deriva Editores.
- Pellizoni, L., & Ylönen, M. (Eds.) (2012). *Neoliberalism and Technoscience. Critical assessments*. Surrey (England): Ashgate.
- Pinto, J. M. (2013). A sociologia perante a crise: quatro ideias para um debate. *RES*, 19, 141-152.
- Polany, K. (2012). *A grande transformação. As origens políticas e económicas do nosso tempo*. Lisboa: Edições 70.
- Ricœur, P. (1988). La crise: un phénomène spécifiquement moderne ? [Conférence donnée à l'occasion de la collation d'un doctorat *honoris cause* au théologie, Neuchâtel, 1986]. *Revue de Théologie et de Philosophie*, 120(1), 1-19.
- Silva, M. C. (2013). Crise, democracia e desenvolvimento: o lugar semiperiférico de Portugal. *RES*, 19, 153-168.
- Streeck, W. (2013). *Tempo comprado – A crise adiada do capitalismo democrático*. Coimbra: Actual.
- Steger, M. B., & Roy, R. K. (2010). *Neoliberalism: A very short introduction*. New York: Oxford University Press.

UMA EUROPA COM AMOS. NOTAS CRÍTICAS DE HISTÓRIA DE UMA ECONOMIA POLÍTICA*

João Rodrigues

Resumo: Partindo de algumas notas de história da economia política, focadas em ideias, interesses e instituições, argumenta-se que a integração europeia tem uma natureza neoliberal crescentemente vincada e analisam-se algumas das suas implicações de política económica. O neoliberalismo não é um *slogan*, mas sim um poderoso feixe de ideias, com uma prática teórica centrada na identificação das melhores escalas para promover um determinado tipo de capitalismo, crescentemente expurgado de concessões coletivistas. O europeísmo, a ideologia de que as melhores soluções políticas estão hoje na escala das instituições europeias, tem, particularmente entre os sectores socialistas, de se confrontar com alguns padrões gerados pela integração. Argumenta-se que o caso português pode, neste contexto, oferecer algumas indicações sobre as possibilidades e limites das várias escalas de atuação política.

Palavras-chave: neoliberalismo; integração; socialismo; alternativas.

INTRODUÇÃO

A Internacional, um dos hinos associado a todos os socialismos, proclama uma “terra sem amos”, a utópica hipótese emancipatória de uma terra livre de todas as formas de exploração e de opressão. A Europa foi um dos continentes onde

* Uma versão deste texto foi apresentada na Conferência *A Europa no mundo e o mundo na Europa: Crise e identidade*, realizada na Universidade do Minho, em junho de 2015. Agradeço a Rita Ribeiro, Sheila Khan e Vítor de Sousa pela oportunidade de aí discutir estas ideias e pelo estímulo à sua publicação. Todos os erros e omissões são da minha inteira responsabilidade.

esta luta adquiriu expressões mais realistas e organizadas no “breve século XX” (Hobsbawm, 1994). Hoje, pelo contrário, a Europa é uma terra com amos capitalistas bem poderosos, no contexto de uma integração com contornos pós-democráticos bem vinculados, graças à União Europeia (UE), em geral, e à Zona Euro, em particular.

Este contributo apresentará, através de breves notas críticas sobre a evolução histórica da economia política europeia, razões para desafiar alguns dos mitos ainda hoje enraizados num certo imaginário europeísta, como o de que a integração teria correspondido, ou poderia ainda vir a corresponder, a um enraizamento do chamado modelo social europeu, a uma igualização por cima das condições de vida, promovendo assim relações pacíficas, democráticas e fraternas, num quadro federal crescentemente democrático e pós-nacional.

Pelo contrário, a história da integração europeia é sobretudo a história da transferência de poderes democráticos dos Estados para instituições supranacionais esvaziadas de democracia; ou seja, a história da integração europeia é parte da história da inicialmente lenta, mas progressivamente acelerada, inscrição institucional do neoliberalismo em grande parte do continente. Isto aconteceu porque a escala europeia revelou ser a escala política ideal para muitas operações políticas das forças sociais capitalistas dominantes, estando as suas instituições cada vez mais bem calibradas para consolidar o poder disciplinador dos mercados sobre as classes populares e para promover a consolidação de regras que transferem recursos de baixo para cima, dos mais pobres para os mais ricos, e de dentro para fora, dos países devedores mais frágeis para os países credores mais fortes (Streeck, 2013).

Entretanto, é preciso desde já assinalar que as conquistas socioeconómicas dos de baixo, parte das multifacetadas lutas pela tal “terra sem amos”, dependeram, por seu turno, da intensificação da participação, associada à construção de Estados capazes e de correspondentes comunidades políticas com vínculos densos, com possibilidades de institucionalizar a primeira pessoa do plural, o tal “nós” com potencial emancipatório. Note-se também que estes processos parecem vedados à escala das instituições supranacionais europeias, devido à dependência em relação ao caminho percorrido pela integração, à forma como os arranjos institucionais europeus estão constitucionalmente trancados, às fraturas políticas criadas entre Estados, à inexistência de um sujeito sociopolítico progressista real a operar na escala europeia e ao viés neoliberal dos processos políticos supranacionais, de resto notavelmente antecipados, como veremos já de seguida, por Friedrich Hayek (1899-1992), um dos economistas políticos neoliberais mais importantes e perversamente brilhantes do século XX.

Se isto for assim, então há mesmo todo um trabalho intelectual e político de reavaliação das melhores escalas para recomeçar a construir uma Europa sem amos. Neste contexto, talvez seja melhor recomeçar pela escala nacional, onde ainda sobrevivem algumas práticas democráticas, sem ao mesmo tempo descurar o contágio e apoio internacional que apoie essa escala. Como se verá, a partir do caso português, no contexto da moeda única e do mercado único, a política só muito dificilmente pode deixar de ser única.

A lição que se deve retirar é que, se não forem os socialistas de vários partidos a ocupar o popular terreno nacional, em nome dos valores da soberania democrática estendida à economia, outras forças e outros programas o farão. Infelizmente, os socialistas têm desertado deste terreno, da Grécia ao Reino Unido, devido pelo menos em parte ao europeísmo. Assim, o retrocesso parece não ter fim.

ANTECIPAÇÕES DA ECONOMIA POLÍTICA NEOLIBERAL EUROPEIA¹

Em 17 de fevereiro de 2014, Vítor Gaspar, ministro das Finanças português entre 2011 e 2013 e atualmente alto quadro do Fundo Monetário Internacional (FMI), foi entrevistado por Teresa de Sousa no *Público*. A certa altura da entrevista, Gaspar decidiu inverter os papéis e inquirir a jornalista: “Não sei se leu um artigo do Hayek, de 1939, que se chama *Economic Interstate Federalism*.” Teresa de Sousa respondeu: “Não. O único que li foi o *Caminho para a servidão*.” Gaspar aproveitou então para apresentar o caminho hayekiano que a integração europeia estaria, e na sua opinião bem, a percorrer:

“[Hayek] concluía, em 1939, que o sistema para assegurar a coesão de um espaço interestadual teria de ser baseado em regras e no funcionamento quase automático de políticas. Ora este funcionamento [...] é precisamente o caminho que estamos a seguir na Europa” (Gaspar, 2014).

O artigo de Friedrich Hayek, na realidade intitulado *The Economic Conditions of Interstate Federalism*, publicado em 1939 e republicado em 1948, já tinha sido referido por Vítor Gaspar, em anterior intervenção pública, como “um dos meus artigos favoritos em economia”, já que aí teria sido apresentado “o sistema de governança económico que corresponde à existência de um mercado

¹ Esta análise do federalismo neoliberal de Hayek reproduz o essencial do argumento desenvolvido em Rodrigues (2019).

único”, sendo “absolutamente notável que Hayek tenha escrito sobre isso em 1939, muitos anos antes de ter começado o debate que levou à assinatura do Tratado de Roma” (Gaspar, 2007)².

Em linha com outros federalistas, Hayek (1948) via na integração supranacional, pela unificação monetária e pela unificação dos mercados, um meio privilegiado para, a prazo, voltar a inscrever o liberalismo económico nas dinâmicas de um capitalismo expurgado das tendências ditas coletivistas e que estavam então a tornar-se dominantes a nível nacional. E isto no quadro da emergente abordagem de economia política neoliberal, saída dos escombros da teoria económica liberal enterrada durante várias décadas pela Grande Depressão iniciada em 1929 (Hobsbawm, 1994).

Hayek (1948) considerava que, se aceitassem um mercado único e uma moeda única, os Estados prescindiriam de atributos de soberania económica, de instrumentos de política económica criadores de fronteiras, da política comercial à política monetária, passando por outras formas de controlo político dos preços. Ao mesmo tempo, os instrumentos de política que os Estados ainda reteriam, num quadro de regulação relativamente assimétrica, seriam muito limitados no seu alcance e estariam, de qualquer forma, fortemente condicionados³. Este condicionamento radicaria na possibilidade de fuga de capitais e de pessoas, quando confrontados, entre outros, com uma política fiscal ou regulatória estatal demasiado onerosa: assim, “a maior mobilidade entre Estados levá-los-ia a evitar todas as formas de taxaço” fomentadoras de fugas (Hayek, 1948, p. 260). Gerar-se-ia então uma “concorrência” entre Estados, procurando seduzir capitalistas e trabalhadores, sobretudo os primeiros, sempre mais móveis e capazes de arbitragem. Hayek considera que este processo seria altamente salutar em termos das suas implicações de política,

² Na realidade, Vítor Gaspar está muito longe de estar sozinho na justa apreciação que faz da influência do artigo de Hayek no pensamento sobre a economia política da integração europeia, já que dispomos, desde há vários anos, de literatura sobre o tema. Veja-se, por exemplo, como um historiador assumidamente neoliberal – Gillingham (2003) – e um historiador assumidamente marxista – Anderson (2009) – convergem nesta apreciação da influência de Hayek em figuras tão cruciais na integração como o ordoliberal Ludwig Erhard na República Federal Alemã (RFA), a seguir à Segunda Guerra Mundial, ou Margaret Thatcher no Reino Unido, uma das forças por detrás do Ato Único europeu, na segunda metade da década de 80.

³ Por regulação assimétrica entenda-se, seguindo Holman (2004), o processo através do qual a integração está associada a uma transferência seletiva de instrumentos de política da escala nacional para a escala supranacional, produzindo determinados efeitos constrangedores na mobilização dos instrumentos que permanecem na esfera nacional. Tendo sido elaborado para descrever a mecânica da União Europeia, este termo pode ser, não por acaso, usado para compreender o pensamento de Hayek neste campo.

dado o seu viés estrutural, chegando ao ponto de confessar ser demonstrável, “pela experiência das federações existentes, que mesmo a legislação restritiva do trabalho infantil e dos horários de trabalho torna-se difícil de levar a cabo pelos Estados individuais” (Hayek, 1948, p. 260).

Uma das implicações do esvaziamento dos poderes estatais seria então o correspondente esvaziamento do poder dito monopolista das “organizações nacionais, sejam elas sindicatos ou cartéis”, da sua capacidade para moldarem as políticas dos Estados (Hayek, 1948, p. 261). Este esvaziamento de poder à escala nacional dificilmente poderia ser compensado à escala supranacional. A questão crucial é a seguinte: porque é que para Hayek seria virtuosamente difícil, senão mesmo impossível, recriar, ao nível da União, o mesmo tipo de políticas protecionistas, redistributivas, com implicações socializantes, existentes à escala nacional? O mecanismo identificado é a ideologia do nacionalismo. Este será sempre para Hayek o cimento primordial de todos os coletivismos, incluindo do socialismo (Hayek, 1944/2009). Ao nível supranacional, esta ideologia está ausente. E, ponto que não é suficientemente sublinhado na literatura secundária, esta ausência combina-se com a diluição do sentimento comunitário nacional pela falta de instrumentos de política, de instituições económicas, que o sustentem na escala onde este se encontra: é como se Hayek esperasse que o músculo político do nacionalismo atrofiasse por falta de exercício económico.

Dada a maior heterogeneidade da União, mas também a maior desigualdade de níveis de desenvolvimento entre regiões ricas e pobres e entre grupos ricos e pobres, tornar-se-ia mais difícil um acordo em matéria tarifária ou um acordo em matérias relacionadas com a proteção social na escala supranacional da moeda e dos mercados unificados. As implicações desta dificuldade são claras: a União seria um fator de integração económica liberal não só entre as unidades que a constituem, mas também entre estas e o exterior. Por outro lado, os níveis de proteção, em matéria social e laboral, por exemplo, existentes à escala nacional seriam agora condicionados pelas dinâmicas concorrenciais acima fixadas, o que levaria à sua erosão, bem como à erosão do Estado fiscal de base nacional, numa espécie de virtuosa corrida para o fundo⁴.

⁴ Numa demonstração dos seus enviesamentos ideológicos, Hayek nem se dá ao trabalho de vislumbrar, e refutar, a possibilidade de o desenvolvimento desigual, porventura gerado neste quadro institucional pelas forças de mercado, dar origem a uma multiplicação das tensões internacionais. Serão, entre outros, economistas keynesianos a chamar a atenção para esta possibilidade realista, como se verá.

Podemos então dizer que, para Hayek, a federação possível só poderia ser economicamente liberal. Só esta seria capaz de oferecer um conjunto de regras conformes à expansão das forças de mercado, a chamada integração negativa, e, ao mesmo tempo, bloquear acordos sobre políticas ativas, ditas positivas, capazes de moldar ou de limitar a ação das forças de mercado, a chamada integração positiva. Assim, entregar-se-iam instrumentos fundamentais de política, como a moeda, desligada das finanças públicas, a instituições supranacionais idealmente protegidas do escrutínio democrático, tudo num quadro de regras supranacionais constrangedoras e de desníveis de desenvolvimento que tornam impossíveis os acordos socialistas nas políticas na escala da integração. É por isso que o economista político crítico Wolfgang Streeck defende, numa detalhada análise do artigo de Hayek (1948), que “ninguém verbalizou [...] tão cedo e de forma tão clara” o nexo “entre internacionalização e desnacionalização, por um lado, e liberalização, por outro” (Streeck, 2013, p. 153). O neoliberalismo é desde o início um projeto intelectual de engenharia política ao serviço de uma reconfiguração institucional antissocialista, mobilizando a escala supranacional como uma opção para este objetivo estratégico (Rodrigues, 2020). Uma das diferenças em relação ao liberalismo clássico está na consciência aguda de que uma ordem de mercado teria de ser deliberadamente construída e de que o discurso naturalista sobre a ordem espontânea pertenceria ao domínio da ideologia, ou seja, da ofuscação deliberada (Mirowski, 2009).

O NEOLIBERALISMO EUROPEU É UM PROCESSO DE LONGO CURSO

A economia política da integração europeia deixaria de ser um projeto para passar a ser uma realidade emergente a seguir à Segunda Guerra Mundial, num contexto de Guerra Fria, muito graças ao impulso dos Estados Unidos da América (EUA), na sombra económica do chamado Plano Marshall e militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). No quadro desta hegemonia e no seguimento do impulso também dado pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), vista por muitos como uma renovada expressão dos interesses das frações europeias do capital monopolista em gestação no período de entre as guerras (Kniajinski, 1988), o Tratado de Roma gerou desde logo ampla contestação. Esta foi particularmente intensa entre forças de esquerda, não apenas de orientação marxista, em linha com o que seria uma constante maioritária neste campo pelo menos até aos anos 70 (Moss, 2005). Por exemplo, o antigo Primeiro-Ministro francês e figura de referência da resistência ao nazi-fascismo, Pierre Mendès France, em pleno

debate na Assembleia Nacional francesa sobre o Tratado de Roma, criticou o projeto, lançando um “alerta sonoro e atual”⁵:

O projecto do mercado comum, tal como nos foi apresentado, é baseado no liberalismo clássico do século XIX, segundo o qual a concorrência pura e simples resolve todos os problemas. A abdicação de uma democracia pode ser conseguida de duas formas, ou pelo recurso a uma ditadura interna concentrando todos os poderes num único homem providencial, ou por delegação desses poderes numa autoridade externa, a qual, em nome da técnica, exercerá na realidade o poder político, que em nome de uma economia saudável facilmente irá impor uma política orçamental, social e finalmente uma política.

A mudança de escala do projeto de integração pelos mercados nunca seria neutra do ponto de vista das suas implicações socioeconómicas e políticas a prazo, bem como não seria neutra na origem dos seus protagonistas. Numa análise histórica e sociológica da “economia (muito) política do Tratado de Roma”, Denord e Schwartz (2010, p. 38) sublinharam precisamente que, para lá de forças sociais capitalistas, e com relativa autonomia em relação a estas, os protagonistas intelectuais e políticos centrais do arranque da Comunidade Económica Europeia faziam parte de um preexistente “grupo transnacional, unido de longa data pela sua adesão ao liberalismo e ao combate europeu”; um grupo que tinha na *Mont Pèlerin Society*, fundada por Hayek, em 1947, um dos seus múltiplos esteios intelectuais.

Numa história que não foi linear, a integração europeia acabou por cumprir cabalmente uma das suas funções, num quadro de Guerra Fria e de afirmação do ordoliberalismo, uma versão alemã do neoliberalismo⁶: garantir a anulação

⁵ As palavras são do saudoso historiador e dirigente político José Medeiros Ferreira (1942-2014), no seu último livro, de onde a citação de Pierre Mendès France também é retirada (Ferreira, 2014, p. 97).

⁶ O ordoliberalismo alemão, com as suas referências originais à “economia social de mercado”, é uma das correntes principais do “coletivo intelectual neoliberal” do Pós-Guerra (Ptak, 2009). O conceito de “economia social de mercado” não está originalmente relacionado com o Estado-Providência, tal como muitos socialistas o entendem. Trata-se antes da aposta intelectual e política, segundo a qual uma economia capitalista concorrencial em expansão, bem ordenada juridicamente, produz as melhores consequências sociais. Os ordoliberais tenderam a distinguir-se teoricamente, entre outras dimensões, no aprofundamento da ideia de que o capitalismo é uma construção política e regulatória, com toda a ambiguidade política deste último termo. É necessário um soberano forte, acima dos chamados grupos de interesse, que garanta a manutenção da sempre ameaçada concorrência mercantil como princípio económico estruturante. Isto e a ideia de uma economia moral sem neutralidades, conservadora: o ideal ordoliberal de uma comunidade pequeno-burguesa, empresarial, moral e socialmente sã, uma “vitalpolitik”.

dos socialismos, de todos eles, atenuando fortemente os efeitos socioeconômicos da reconstrução à escala nacional de uma democracia forte, por um lado, e assegurando a criação de um dispositivo político supranacional ao qual as elites pudessem recorrer para as auxiliar no lento trabalho político de construção de formas de concorrência que transcendessem e condicionassem a ação dos Estados democráticos nacionais, por outro lado. Desconfiados das massas e dos efeitos potencialmente totalitários da sua entrada irrestrita na política nacional, a integração europeia foi desde o início pensada, pelos seus instigadores neoliberais e conservadores, de Jean Monnet a Robert Schuman, passando por Alcide de Gasperi, Luigi Einaudi, Konrad Adenauer ou Ludwig Erhard, como uma “forma de colocar barreiras às democracias nacionais através de instituições não eleitas” (Müller, 2011, p. 5). E este objetivo inicial foi sendo realizado pela institucionalização e progressivo reforço, tantas vezes furtivo, de uma Comissão Europeia (CE) guardiã da concorrência ou do agora designado Tribunal de Justiça da União Europeia, ainda muito antes da criação do todo-poderoso Banco Central Europeu (BCE)⁷.

Sem descurar as dimensões ideológicas e institucionais, antes as ancorando material e historicamente na dinâmica dos conflitos sociais, Moss (2005, p. 24) afirmou, nos seus notáveis contributos para uma história da integração, que, “construída em torno dos princípios do mercado concorrencial e suportada primeiramente pelo patronato, em especial pelos grandes exportadores e pelas multinacionais, a Comunidade Económica Europeia [CEE] só podia desenvolver-se numa direção neoliberal”. A consciência deste potencial pode ajudar a explicar porque é que, entre os anos 50 e os anos 60, a CEE era

A ideia de uma regulação conforme à expansão do mercado marcou, por via das elites alemãs que participaram desde o início na integração europeia, a construção europeia, protegida de incursões democráticas excessivas e sem veleidades keynesianas. Sobre o ordoliberalismo, em geral, e sobre a sua influência ao longo da construção europeia, em particular, veja-se também Gerber (1994) e Bonefeld (2012).

⁷ Delaume (2014), numa análise crítica do pós-democrático constitucionalismo jurisprudencial europeu, argumentou que o economicismo e o legalismo têm andado de mão dada na construção neoliberal da integração, em particular na sua dimensão mais furtiva. Isto foi assim sobretudo a partir da afirmação pelo Tribunal de Justiça Europeu, nos anos 60, dos princípios do efeito direto e do primado do direito europeu sobre as ordens jurídicas nacionais, o que tanto contribuiu para o reforço da integração pelos mercados. Na realidade, como as obras de Hayek e dos seus aliados ordoliberais atestam, a economia política neoliberal, devotada à construção de instituições para proteger os mercados da democracia, sempre fez esta ligação entre economicismo e legalismo. O neoliberalismo, nunca é de mais repeti-lo, não é uma insistência no *laissez-faire*, mas antes o pensamento sobre uma construção regulatória conforme ao alastramento do poder dos mercados no capitalismo, protegendo-os de incursões regulatórias igualitárias e democráticas.

predominantemente vista em amplos círculos sociais-democratas como um “clube capitalista”, para mobilizar a fórmula usada pela maioria do Partido Trabalhista até pelo menos aos anos 70, com implicações problemáticas para a democracia, como de resto atesta o alerta de Pierre Mendès France já acima referido. Do diagnóstico de Olof Palme, a norte, sobre os “quatro C” da CEE – “conservadora, capitalista, clerical e colonialista” (citado em Moss, 2005, p. 5) –, ou do de Andreas Papandreou (1977, p. 12), a sul – “a CEE é o mecanismo de consolidação da dominação do capitalismo americano-alemão na Europa” –, a tendência é clara e permite desde já identificar um dos paradoxos políticos centrais da história da relação de parte da social-democracia com a integração europeia: tendencialmente, os partidos sociais-democratas, e mesmo alguns dos partidos comunistas e pós-comunistas, tornaram-se resolutamente europeístas na fase neoliberal da integração nos anos 80, tendo tido fortes inclinações eurocéticas até aos anos 70, na fase em que a integração neoliberal pelos mercados construídos era menos vigorosa, dado o ponto de partida de um processo histórico em desenvolvimento.

Creio que vale a pena atentar nas razões pelas quais o ponto de partida deste processo de integração, e mesmo alguns dos seus momentos posteriores, permitiu que durante algumas décadas a sua essência neoliberal fosse justificadamente opaca para muitos. Embora talvez um pouco exagerada, a formulação do historiador Tony Judt resume parte das razões ideológicas: “por volta de 1945, eram muito poucos os que acreditavam na magia do mercado” (Judt, 2010, p. 55). De facto, e num contexto onde se faziam sentir os efeitos económicos e políticos combinados da Grande Depressão, na década de 30, e sobretudo da Segunda Guerra Mundial, qualquer reconstrução espontânea do capitalismo seria sempre uma miragem no pós-guerra. E qualquer reversão do padrão de desglobalização económica, entretanto registado, teria de ser feita de forma lenta e gradual, pelo menos nas suas fases iniciais (Frieden, 2006). Isto era tanto mais assim quanto os socialismos estavam, devido ao seu papel na derrota do nazi-fascismo, no auge da sua força social e do seu prestígio internacional, em especial na sua variante comunista soviética. O Plano Marshall, por exemplo, é inexplicável fora deste contexto, ou seja, fora da necessidade de conter o socialismo, favorecendo neste processo uma maior cooperação e integração entre os fragilizados capitalisms europeus e entre estes e o então absolutamente hegemónico capitalismo norte-americano. O Plano Marshall incluía, para lá do auxílio financeiro direto aos capitalisms europeus, a criação, em 1948, de instituições, como a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), ou o perdão da dívida a países

estrategicamente essenciais, como a República Federal Alemã, então na fronteira da Guerra Fria europeia⁸.

Entretanto, no contexto do emergente sistema de Bretton-Woods, instituiu-se o padrão dólar-ouro, um novo sistema monetário internacional, iniciando-se um período de relativa estabilidade financeira internacional, graças também ao facto de estarem generalizados nas economias capitalistas avançadas os controlos nacionais à entrada e saída de capitais, parte de uma regulação intrusiva mais vasta do sistema financeiro, que evitou crises financeiras durante três décadas⁹. Estávamos então em plena economia política keynesiana, em pleno “liberalismo incrustado” (Ruggie, 1982): os Estados capitalistas europeus tinham vontade e progressiva capacidade para desempenhar papéis de regulação, redistribuição e estabilização sem precedentes históricos no seu alcance, o que se traduziu em muitos deles na transformação dos ganhos de produtividade em procura salarial. Os Estados sociais, na sua dimensão de política económica orientada para o objetivo de pleno emprego, são parte desta história, respondendo, após a Segunda Guerra Mundial, como sublinhou Mazower (1998), a um desejo generalizado de mudança, mas igualmente de segurança e estabilidade sociais¹⁰.

⁸ Curiosamente, e num sinal de esgotamento da imaginação socialista, muitos intelectuais progressistas invocam hoje o Plano Marshall, essa internacionalização do Estado capitalista norte-americano saído do *New Deal*, em modo de analogia histórica idealizada, como forma de resolver a presente crise europeia, apelando à razoabilidade das elites do poder europeu. Numa ótica realista no campo internacional, é preciso dizer que a razoabilidade, o interesse próprio esclarecido, das elites parece requerer ameaças e instrumentos de poder à altura. Colocando o enfoque nas primeiras, é necessário perguntar: será que há hoje algo de equivalente ao espectro do comunismo, aos fortíssimos partidos comunistas em Itália ou em França, às guerrilhas comunistas na Grécia ou aos tanques soviéticos estacionados em Berlim?

⁹ Isto permitiu conciliar, até aos anos 70, taxas de câmbio relativamente estáveis, mas ajustáveis em função dos desequilíbrios nacionais de balança corrente, controlos de capitais e relativa autonomia na condução nacional das então imbricadas políticas monetária e orçamental.

¹⁰ É necessário, também por uma questão de rigor histórico, falar de Estados sociais europeus no plural, dada a diversidade de um conjunto de arranjos que assentou sempre na dinâmica de economias políticas nacionais bem específicas. Neste sentido é mais do domínio do truque ideológico falar de “modelo social europeu”, como se alguma vez tivesse existido na escala da integração europeia algum processo consequente de institucionalização de direitos ou de políticas associadas à socialização da provisão. Basta pensar na escala em que sempre esteve o Estado fiscal. Dito isto, e seguindo Ramaux (2012), é possível definir quatro pilares que o Estado social na sua versão mais avançada e completa assumiu enquanto sistema coerente à escala nacional: para lá do já referido objetivo de pleno emprego, temos a regulação do trabalho, que reconheceu, através do direito e da ação sindical, que este não deve ser tratado como uma mercadoria, a provisão subsidiada, tendencialmente gratuita, de bens e serviços públicos e um conjunto de prestações sociais de proteção face a diversas contingências.

Tendo por base a ideia de que o capitalismo sempre requereu freios e contrapesos reais, alternativas que o desafiassem e impusessem mudanças nas suas formas, sublinhe-se neste contexto um outro paradoxo só aparente e para o qual vários historiadores, em especial Hobsbawm (1994), chamaram a atenção: o poderoso incentivo que o comunismo forneceu para a reforma dos capitalismos europeus e, portanto, para a sua resiliência, que seria de resto testada entre o final dos anos 60 e a segunda metade dos anos 70 por classes trabalhadoras irritadas. Esta maior capacidade inclusiva dos capitalismos do pós-guerra permitiu a sua temporária conciliação com uma prática democrática, certamente balizada e limitada, mas também sem precedentes históricos no seu alcance. Conjuntamente com a estabilização territorial proporcionada pela Guerra Fria no continente, que reconfigurou a lógica das rivalidades intraeuropeias, e com o descrédito dos vários imperialismos de base colonial, formal ou informal, ocasionado pelas duas guerras e pelos emergentes nacionalismos anti-imperialistas a sul, estes capitalismos temporariamente mais democráticos explicam a paz entre antigos rivais, em especial a França e a dividida Alemanha. A integração europeia é uma nota de rodapé de uma história bem mais vasta no que à pacificação do continente diz respeito¹¹.

Um dos mais influentes historiadores económicos da integração europeia considerou, em modo de balanço feito em 1992, que a integração só pode ser compreendida como parte de um aparentemente paradoxal “resgate” dos Estados nacionais (Milward, 1992). Os Estados eram colocados no coração das dinâmicas da integração, com base numa divisão de trabalho que se havia revelado funcional: Estados sociais de base nacional, por um lado, e intensificação europeia dos fluxos económicos sob seu comando regulatório, por outro. As dinâmicas federalistas, mais ou menos funcionalistas, seriam secundárias nesta história, bem como as mitologias sobre os pais-fundadores. É verdade que o essencial da economia política keynesiana em vigor em muitos países capitalistas europeus até aos anos 70 foi compatível com a CEE, mas é importante reconhecer, como ficou patente a partir daí, que esta compatibilidade

¹¹ Na exaltação propagandística das responsabilidades da integração pela pacificação do continente, encontramos a mesma imaginação que fez do nacionalismo, no singular, o responsável pelas guerras. O nacionalismo é um fenómeno muito variado e tem de incluir os nacionalismos anti-imperialistas e antifascistas que derrotaram o nazi-fascismo, do patriotismo soviético ao francês. As rivalidades inter-imperialistas e as crises brutais do capitalismo liberal, combinadas com políticas de austeridade, foram responsáveis, respetivamente, pela Primeira Guerra Mundial e pela ascensão do nazismo ao poder na Alemanha dos anos 30, ou seja, pela Segunda Guerra Mundial. O nacionalismo tem assim as costas demasiado largas.

foi função da relativa modéstia inicial da integração, num contexto do que era pouco mais do que uma união aduaneira. Esta implicava a remoção de barreiras tarifárias ao comércio entre países com níveis de desenvolvimento similares, mas os mercados de capitais permaneciam politicamente controlados e a barganha entre Estados no quadro europeu admitiu, no campo da energia e da agricultura, por exemplo, algumas intervenções de proteção, como as que estiveram associadas à Política Agrícola Comum (PAC) (Bieling, Jäger & Ryner, 2016).

AS CRISES SÃO OPORTUNIDADES

A crise dos anos 70 funciona, revisitada mais de quatro décadas depois, como um processo revelador da natureza da integração, a partir do momento em que esta atingiu um certo limiar, em termos de interdependência pelo comércio, pelo investimento e pelas políticas, funcionando, quando combinada com um emergente quadro monetário europeu constrangedor, como um poderoso mecanismo de conformação. A crise dos anos 70 teve dimensões conhecidas: fim unilateral do Sistema de Bretton-Woods, decretado pela Administração Nixon nos EUA para poder usar a desvalorização do dólar como mecanismo de ajustamento; choques petrolíferos, num contexto geral de assertividade do Terceiro Mundo, em 1973 e 1979; aumento da conflitualidade social nos capitalismo democráticos, traduzida num pico histórico de greves, num contexto de pleno emprego, assertividade sindical e aumentos dos preços.

O resultado geral não foi uma crise como a Grande Depressão, mas antes uma combinação de estagnação e de inflação, a “estagflação”, que comprimiu os lucros e os rendimentos financeiros, o chamado *profit squeeze* (Glyn, 2006). Na esfera monetária internacional, o resultado foi um aumento da turbulência cambial: o dólar deixou de funcionar como âncora do sistema, e os capitais começaram a circular de forma mais intensa à escala internacional. Entretanto, desde o final da década de 60 que os membros da CEE discutiam como avançar na integração monetária e financeira. Estas discussões culminariam, neste período turbulento, na criação, em 1979, do Sistema Monetário Europeu (SME), sob hegemonia do marco alemão, a moeda mais forte neste contexto e que seria a âncora deste sistema monetário regional de gestão das taxas de câmbio entre países já fortemente muito integrados, graças à PAC, ao comércio e ao investimento. É preciso não esquecer que 1979 foi também o ano em que os EUA, através da sua Reserva Federal, decidiram patrocinar o chamado “golpe de estado dos credores”, subindo as taxas de juro de forma brutal para

combater a inflação (Fitoussi, 1997). Esta foi, dos dois lados do Atlântico, sobretudo combatida através de uma compressão do crescimento do salário direto e indireto; tentava-se propiciar novas condições para uma recuperação dos rendimentos do capital, num contexto de maior desemprego – logo, de maior disciplina laboral –, sinalizando-se a entrada num período de política económica monetarista, antikeynesiana, à escala internacional, embora com variações regionais relevantes¹².

O SME pode ser então visto como a expressão no continente do esforço para criar pressões desinflationárias, através do reforço da submissão do mundo do trabalho, impondo sobre este os custos do ajustamento, ao mesmo tempo que se procura reforçar a integração, rumo a uma maior união económica e monetária. A partir do momento em que se aposta num sistema centrado no historicamente ortodoxo Banco Central Alemão, o *Bundesbank*, e em que se inicia um processo gradual de remoção dos controlos de capitais, dando maior poder à finança, a política monetária passa a estar mais vocacionada para servir o ressurgente capital financeiro. Em especial em países, como a França ou a Itália, com classes operárias mais rebeldes e que sempre tinham tido necessidade de recorrer, entre outros instrumentos, à desvalorização cambial para realizarem ajustamentos, a prioridade agora era a desinflação competitiva. Esta exigia disciplina monetária e a instituição progressiva de um regime laboral de baixa pressão salarial para manter a economia competitiva num contexto de maior concorrência internacional: austeridade e reformas neoliberais dos mercados de trabalho e de produto, combinadas com maiores taxas de desemprego, fruto da política económica associada a uma maior integração monetária, passam a estar na agenda.

¹² No contexto da CEE, já com o Reino Unido como membro, 1979 foi também o ano em Margaret Thatcher chegou ao poder, sendo o impacto dessa chegada significativa para explicar iniciativas neoliberais de cabal realização do projeto previsto no Tratado de Roma, como o Ato Único de 1986. Note-se que os conservadores britânicos foram os mais acérrimos defensores da entrada e permanência do Reino Unido na CEE, aquando do referendo de 1975, contando esta com a oposição de dois terços dos militantes trabalhistas. Jeremy Corbyn, parte da tradição eurocética, liderou, até à recente derrota eleitoral, um Partido Trabalhista de novo com um programa socialista, mas incapaz de compreender que a UE seria sempre um obstáculo de monta à sua concretização. Também por isso, a promessa de respeitar a vontade popular traduzida no *Brexit*, feita com sucesso nas legislativas de 2017, deveria ter sido mantida em 2019. Não o foi, dado que o partido optou pela proposta de fazer um segundo referendo, replicando hábitos europeus de realizar consultas até dar o resultado certo ou então de as ignorar totalmente. O resultado, em Inglaterra, foi a deserção de importantes segmentos das classes trabalhadoras para um Partido Conservador com uma liderança que soube interpretar a vontade soberana nesta crucial matéria. O europeísmo destruiu, uma vez mais, as bases sociais de qualquer programa de mudança.

No início da década de 80, era claro para todos que este regime económico e monetário, com escala europeia, colocava as forças socialistas perante dilemas insuperáveis: “Estou dividido entre duas ambições: construir a Europa e instituir a justiça social. O SME é necessário para alcançar a primeira, mas limita a minha capacidade para alcançar a segunda” (Mitterrand citado em Durand, 2014, p. 48). Assim falava, em 1983, o Presidente socialista francês, François Mitterrand, eleito em 1981 no contexto de um governo das esquerdas (socialistas, comunistas e radicais), na esteira do chamado Programa Comum, com propósitos radicalmente keynesianos e socializantes, consubstanciados numa das últimas vagas de nacionalizações num país desenvolvido, a de 1982. Um ano depois, em 1983, este governo foi confrontado com fortes pressões especulativas sobre o franco e com duas opções: ou reforçava os controlos de capitais e abandonava o SME para poder desvalorizar livremente a moeda, pondo eventualmente em causa a CEE, como de resto defendiam então os seus aliados comunistas, ou operava uma viragem e seguia uma política dita de rigor, ou seja, de austeridade. A viragem para a austeridade ganhou dentro do governo, graças, entre outros, ao ministro das Finanças, Jacques Delors, precisamente em nome da construção europeia à qual o SME estava vinculado. Beneficiando da sua experiência como economista político e ministro das Finanças grego em 2015, durante um breve e revelador período, Varoufakis (2016, p. 136) definiu criticamente a escolha, feita em 1983, sob a forma de um paradoxo que não cessaria de se aprofundar daí em diante: “aderir à austeridade como um meio para acabar com ela à escala europeia”. O paradoxo da história da social-democracia, já atrás referido, estava a emergir num tempo de duradoura hegemonia neoliberal: a austeridade teria escala europeia, já que nunca se reverterá na escala supranacional o que tiver sido perdido na escala nacional.

Para melhor compreender este tempo, talvez seja útil recuar um pouco e atentar na forma espantosamente presciente como Nicolas Kaldor, o mais importante economista keynesiano britânico da altura, colocou a questão em 1971, na véspera da adesão do seu país ao “Mercado Comum”:

Um dia, as nações da Europa podem estar prontas para fundir as suas identidades nacionais e criar uma nova nação europeia – os Estados Unidos da Europa. Se e quando o fizerem, um governo europeu terá de assumir as funções que o governo federal hoje em dia assume em países como os EUA, o Canadá ou a Austrália. Isto implica a criação de uma “união económica e monetária plena”. No entanto, é um erro perigoso acreditar que uma união económica e monetária pode preceder

a união política [...]. Isto é assim porque, se a criação da união monetária e o controlo comunitário dos orçamentos gerarem pressões que levem ao colapso do sistema, então impedirão a criação da união política, ao invés de a promoverem. (Kaldor, 1978, p. 206)

Kaldor escrevia em reação ao chamado Plano Werner, de 1970, que lançou as discussões sobre o reforço da unificação económica e sobre os termos da unificação monetária, ainda com laivos programáticos keynesianos, de resto por si considerados muito insuficientes. Kaldor chamava a atenção para o seguinte: uma moeda requer um Estado soberano prévio no território em causa. Este Estado federal teria de estar dotado de capacidades orçamentais plenas na escala da moeda, incluindo a possibilidade de financiamento monetário por parte do Banco Central e a emissão de dívida pública nessa escala, por forma a conseguir compensar, pela redistribuição entre regiões, os eventuais desequilíbrios cumulativos gerados pelos mercados. Os instrumentos de política económica nacional, incluindo a política cambial, desaparecidos nessa escala teriam de ser resgatados pela escala superior. Caso contrário, a integração económica e monetária seria feita apenas pelos mercados, como Hayek (1948) de resto pensava que deveria ser feita. Segundo Kaldor, tal processo geraria fenómenos de polarização económica significativos e politicamente destrutivos. Para Kaldor, sensatamente, é o Estado soberano, como parte dos seus atributos, que cria e gere a moeda, que pilota uma economia monetária de produção desenvolvida, e não a moeda que gere e cria as dinâmicas de integração política. Infelizmente, entre a tradição de Keynes e a de Hayek, seria a segunda a triunfar agora, acompanhada, no campo da política monetária e não só, pelos seus aliados da Escola de Chicago, do monetarismo de Milton Friedman e de Friburgo, o berço do ordoliberalismo alemão; e isto para sublinhar algumas fontes ideológicas da vigorosa aceleração do projeto de integração como resposta aos turbulentos anos 70.

Na década de 70, feita de todas as bifurcações, destaca-se um diagnóstico que se tornaria dominante entre certas elites e segundo o qual as democracias desenvolvidas estavam a ser marcadas por uma perigosa sobrecarga de exigências sociais e democráticas, com “rígidas” traduções institucionais, que haveria que reduzir, até para recuperar o vigor económico capitalista (Monedero, 2012): o diagnóstico económico da “euro-esclerose” pode ser reinterpretado como uma declinação específica desta análise mais geral. Esta “euro-esclerose” seria combatida, tendo por base o que alguns apodam de “segundo projeto da integração” abertamente neoliberal (Cafruny & Reyner, 2007), do Ato Único

ao Euro, passando pelo Tratado de Maastricht, que proscreveu em definitivo o keynesianismo no continente.

O Ato Único de 1986, como sublinha Gillingham (2003), foi a grande obra política de Thatcher, com os seus Comissários Europeus britânicos da área da concorrência na poderosa Comissão presidida por Jacques Delors, desencadeando até à década de 90 e para lá dela uma onda de uniformização regulatória liberalizadora e conforme à expansão das forças de mercado, em especial dos mercados financeiros. Para compreender a aceleração neoliberal da integração, é preciso ter em atenção o contexto histórico mais geral, condensado num ano: 1989. No ano em que se assiste ao início do colapso rápido do socialismo a leste, desaparecendo assim um dos freios e contrapesos à expansão capitalista e acentuando-se a crise de todos os socialismos, podemos assinalar três documentos que resumem o espírito da época: a sistematização do Consenso de Washington, pelo economista John Williamson numa conferência realizada nesse ano (Williamson, 1990), expondo de forma apologética a política, de aplicação universal, para o desenvolvimento do capitalismo neoliberal; a ousada tese do fim da história, exposta pelo cientista político neoconservador Francis Fukuyama (1989), segundo a qual o capitalismo dito demoliberal seria o horizonte intransponível da evolução histórica; e o mais prosaico, mas não menos relevante, relatório Delors sobre o conseqüente caminho para a moeda única, agora que o mercado único europeu estava a ser institucionalizado (Comissão Europeia, 1989). É possível dizer que o fim da história parece ser uma daquelas profecias que se autorrealizam institucionalmente no continente, através da inscrição do Consenso de Washington em Bruxelas prevista no relatório Delors e confirmada pelo Tratado de Maastricht, que institui a União Europeia centrada na União Económica e Monetária (UEM): a direção da integração estava agora confirmada. Vejamos porquê, antes de explorar alguns dos seus resultados e de ver como a história, no sentido da produção de alternativas sistémicas, fixada de forma pertinente por Fukuyama, pode ser retomada (Rodrigues, 2018).

Vale nesta altura a pena referir, na esteira de anteriores trabalhos (Reis, Rodrigues, Santos & Teles, 2014; Rodrigues, Santos & Teles, 2016), o seguinte: as explicações que sublinham a dimensão funcionalista e intergovernamental na base da União Económica e Monetária têm de ser pelo menos complementadas, senão mesmo revistas, por uma explicação que enfatize as forças sociais em presença, os seus objetivos de classe e as ideologias mobilizadas nesse período da história. O argumento funcionalista, presente na fórmula “um mercado, uma moeda”, enfatiza a forma como os passos dados no reforço da integração

com o Ato Único, incluindo a livre circulação de capitais, geraram uma cadeia de reações supranacionais que favoreceram novos passos tendentes a reforçar a estabilidade cambial, incluindo o passo mais radical, ou seja, a eliminação das diferentes moedas. Este argumento não explica, no entanto, a forma que a UEM acabou por assumir. Para isso, ajuda introduzir o argumento intergovernamental, a partir da análise breve do posicionamento das duas potências europeias decisivas neste processo: a França e a Alemanha. Se é verdade que o projeto da moeda única já estava a ser discutido seriamente antes da reunificação alemã, na ótica das elites francesas, esta grande transformação geopolítica deu-lhe uma nova urgência. O objetivo era duplo: ancorar a nova Alemanha ao processo de integração e poder vir a diluir o poder alemão, através de uma partilha de responsabilidades, em especial no que diz respeito a uma política monetária europeia que desta forma estaria para lá do hegemónico marco alemão. Do lado alemão, o governo conservador estava preocupado em reafirmar o continuado compromisso com um processo de integração que tinha servido bem os interesses industriais, apaziguando os vizinhos em relação às intenções da nova Alemanha e extraindo deles concessões em relação a um arranjo, a UEM, que impediria agora desvalorizações cambiais prejudiciais aos decisivos sectores exportadores alemães. O governo alemão persuadiu o todo-poderoso e relutante *Bundesbank*, através da transplantação para a escala europeia da sua cultura económica, monetarista e ordoliberal, baseada na prioridade única ao combate à inflação, da criação de uma quase-moeda mundial forte, o que servia e serve os interesses dos credores financeiros, bem representados na economia política alemã.

A prioridade política dada à UEM pelo diretório das grandes potências, num contexto de dinâmica de integração, igualmente conduzida a partir de Bruxelas, foi facilitada por um consenso ideológico, de matriz neoliberal, partilhado pelos protagonistas nas suas grandes declinações e deliberações institucionais: um banco central independente, proibido de financiar os défices orçamentais dos Estados nacionais e sem um Tesouro na mesma escala; uma aposta na expansão das forças de mercado, em especial dos mercados financeiros, aos quais foram confiados papéis sem precedentes históricos; uma enorme confiança em que os ajustamentos face a eventuais crises seriam cada vez mais simétricos e poderiam ser realizados essencialmente pelas forças de mercado; um modo de pensar não só antissocialista, mas sobretudo antikeynesiano, inscrito em regras adicionais, como as da convergência nominal rumo ao euro e as do controlo permanente dos défices orçamentais e da dívida no quadro do Pacto de Estabilidade e Crescimento. Tais deliberações fingem ignorar que o défice

e a dívida são sobretudo variáveis endógenas, dependentes de um andamento económico, de resto cada vez mais medíocre.

Mais do que incompleta, como agora reconhece a sabedoria convencional, a arquitetura da UEM refletia o triunfo pleno de uma ideologia. Esta confiava plena e explicitamente nos ajustamentos através da deflação salarial, da quebra relativa do salário direto e indireto, também conseguida por alterações regressivas na legislação laboral, e da mobilidade de pessoas, ou seja, através do trabalho pensado de novo como uma mercadoria, à imagem e semelhança dos ajustamentos do padrão-ouro de triste memória na década de 30 (Polanyi, 1944). O triunfo do princípio da concorrência era geral, aplicando-se não só entre empresas e trabalhadores, mas também entre formações sociais nacionais. Neste último caso, o programa hayekiano de regulação assimétrica e o seu viés neoliberal far-se-iam sentir. Sem instrumentos de política económica, restava aos Estados ajustarem o seu modelo social num contexto de crescimento medíocre e de desemprego de massas.

Em termos de economia política, esta ideologia, com inscrição institucional na escala europeia, não pode ser desligada do protagonismo político, sublinhado com ampla evidência empírica por van Apeldoorn (2002), das frações mais extrovertidas do capital financeiro europeu, bancário e industrial. Apesar das suas ancoragens nacionais, naturalmente preponderantes no centro europeu, mas também com expressões nas periferias, estas frações viam num continente económica e monetariamente unificado uma oportuna rampa para as suas operações cada vez mais globais. Bruxelas e Frankfurt revelar-se-iam as adequadas capitais do grande capital europeu, tendo a primeira tantos ou mais lobistas a partir de certa altura do que Washington. O euro surge assim como um projeto geopolítico e de classe baseado numa moeda quase-mundial (Lapavitsas, 2013).

Entretanto, duas décadas depois de Nicolas Kaldor, Wynne Godley, economista keynesiano britânico também na tradição de Cambridge, fazia, logo em 1992, num breve ensaio, um diagnóstico da obra que a Comissão Delors tinha realizado no decisivo Tratado de Maastricht. Vale a pena citá-lo longamente:

A ideia central do Tratado de Maastricht é a de que os países da Comunidade Europeia devem avançar para a união económica e monetária, com uma moeda única gerida por um banco central independente. Mas como é que a restante política económica deve ser conduzida? Como o Tratado não propõe qualquer instituição para lá do banco europeu, os seus patrocinadores têm de presumir que nada mais seja necessário. Mas isto só seria correto se as economias modernas fossem sistemas

autorregulados sem necessidade de qualquer gestão [...] [O] poder de emitir a sua própria moeda, de recorrer ao financiamento do seu próprio banco central, é a principal dimensão da independência nacional. Se um país perde este poder, é reduzido ao estatuto de uma autoridade local ou de uma colónia. As autoridades locais e regionais não podem desvalorizar, mas também não podem financiar-se através da criação monetária, enquanto os outros métodos de financiamento estão sujeitos a regulação central. [...] Se um país não pode desvalorizar e não recebe transferências orçamentais niveladoras, então nada deterá um processo cumulativo de declínio terminal, culminando, no fim, na emigração, como única alternativa à pobreza e à fome. (Godley, 1992, p. 3)

Este diagnóstico e prognóstico revelar-se-iam certos, tanto mais que um desenvolvimento iria fazer sentir os seus efeitos perversos: as sucessivas rondas de alargamento, que aumentaram a heterogeneidade desta formação política supranacional, agora com mais desigualdades internas do que os EUA, mas sem mecanismos compensadores relevantes, e os choques assimétricos gerados por crises cada vez mais intensas.

PORTUGAL, PORTUGAL: DE QUE É QUE ESTÁS À ESPERA?

No pós-guerra, o Estado fascista português teve uma participação na integração capitalista ocidental, primeiro no quadro do Plano Marshall e da OTAN, logo em 1948 e 1949, depois no quadro da EFTA, em 1960, e, finalmente, no quadro de uma ligação económica forte ao Mercado Comum, no início dos anos 70. Esta integração tinha no autoritarismo político uma limitação formal, mas que nunca impediu o estabelecimento de laços económicos e diplomáticos intensos com o centro capitalista no quadro da Guerra Fria. Desconfiando justamente da “Europa dos Trusts”, fórmula usada em certa altura pelo Partido Socialista, em linha com a restante oposição democrática, a democracia portuguesa cultivou, na fase de rutura revolucionária inicial, uma certa ambiguidade em relação à integração europeia. Esta foi rapidamente descartada com a derrota do socialismo como projeto para a qual a última também terá contribuído.

Neste contexto, a campanha “A Europa Connosco” do Partido Socialista, em 1976, precedendo o pedido de adesão à CEE, passou a simbolizar o esforço para fazer desta uma âncora de uma certa ideia de capitalismo democrático, já então em crise. A adesão concretizar-se-ia em 1986, precisamente na fase de vigorosa neoliberalização europeia. A economia política do cavaquismo é incompreensível fora deste quadro: das privatizações maciças, incluindo

uma banca que passou de pública a privada, com exceção da Caixa Geral de Depósitos, à eliminação total dos controlos de capitais, em 1992, no quadro do compromisso com o mercado único e com a emergente UEM. Ao mesmo tempo, o país beneficiou de fundos estruturais para a sua modernização infraestrutural, no contexto de uma limitada tentativa europeia de conter as forças da polarização no quadro do alargamento a sul, ao mesmo tempo que comprava uma adesão ativa das elites económicas e políticas locais e uma adesão passiva da maioria da população a este projeto (Streeck, 2013).

Num contexto que foi de convergência socioeconómica e institucional, apesar das desigualdades abissais internas, em linha com um fenómeno global em algumas semiperiferias do sistema mundial – da Irlanda à Coreia do Sul –, cultivou-se a ideia, absolutamente consensual entre as elites, de que o país teria de acompanhar todos os passos da integração, incluindo a adesão à moeda única: era o tempo do famoso pelotão da frente. Esta escolha estratégica parecia óbvia num momento em que o país estaria a beneficiar de uma firme inserção nos circuitos financeiros internacionais, a partir dos anos 90, num contexto de expansão do sistema financeiro nacional, com taxas de juro inusitadamente baixas¹³.

Portugal teve nesta fase uma parte do seu crescimento puxada por uma bolha de construção, que beneficiou deste novo ambiente financeiro, mas que começou a esvaziar logo na viragem do milénio. Ao contrário das restantes periferias europeias, Portugal não assistiu à formação de bolhas de preços significativas nos ativos, como aconteceu em Espanha, por exemplo, sobretudo nos primeiros anos do milénio, entretanto implodidas com a crise financeira internacional iniciada em 2007-2008. Isto significou que o euro esteve aqui associado, de resto como em Itália, a uma estagnação até à crise iniciada em 2007-2008, mas acompanhada, ao contrário de Itália, de continuados défices na balança corrente, ou seja, de um crescente endividamento externo: em paralelo com a Itália, só mesmo um círculo vicioso feito de problemas nas finanças públicas, parcialmente delatados à custa do crescimento da procura agregada. Uma situação, sem precedentes históricos, de integração crescentemente dependente e que muito se deveu à sobreapreciação do escudo que precedeu a adesão a um

¹³ Esta inserção financeira e os seus efeitos benéficos constituíram o principal argumento para a adesão ao Euro, desenvolvido no principal estudo, encomendado pelo Ministério das Finanças, sobre tal escolha (Barbosa, 1998). Na realidade, como se argumenta de forma detalhada em Rodrigues *et al.* (2016), esta inserção foi um elemento decisivo da chamada financeirização do capitalismo semiperiférico em Portugal e dos seus efeitos deletérios expostos brevemente mais à frente.

euro estruturalmente forte e ao perfil dos grupos económicos privados emergentes neste contexto, concentrados nos sectores dito não transacionáveis, de que a construção foi um exemplo até à viragem do milénio. O país abdicou de instrumentos de política económica num contexto de globalização crescente, também fabricada por uma UE cada vez mais alargada e por uma China que colocava pressões em países como Portugal e a Itália, embora a sua adesão à Organização Mundial do Comércio criasse uma situação comercial altamente favorável para países com uma outra especialização produtiva, como foi o caso da Alemanha (Rodrigues & Reis, 2012)¹⁴.

Registou-se então um dualismo cada dia mais insustentável em Portugal: a liberalização, a privatização e a perda de instrumentos de política económica foram acompanhadas e legitimadas por uma desigual modernização dos padrões de consumo, oleada pelo endividamento entre os grupos mais desafogados, e pela manutenção do Estado social, mesmo que ainda longe dos padrões europeus. A variedade medíocre de capitalismo que se consolidou puxada pelo euro tornou-se cada vez mais incompatível com o Estado social. Sobretudo num contexto de crise, foram cada vez mais poderosas as forças sociais nacionais e europeias a querer resolver esta incompatibilidade através da destruição do Estado social, em vez de se modernizar a economia, o que requereria outro enquadramento europeu e instrumentos de política na escala nacional, onde se situam a democracia e o Estado social. Ainda antes da Troika, a austeridade larvar, a reforma da segurança social regressiva de 2006 ou as sucessivas alterações à legislação laboral num sentido favorável ao patronato tinham sinalizado uma direção política que não cessaria de se aprofundar.

Como compreender agora a força deste projeto? Em síntese, através dos mecanismos identificados, logo em 1992, pelo já referido Wynne Godley, agravados por um contexto de crise, iniciada em 2007-2008 e só com precedentes na Grande Depressão: os países periféricos europeus têm um estatuto económico de semicolónias. E isto no meio de uma crise, iniciada em 2007-2008 e nunca totalmente ultrapassada, que, segundo a teoria neoliberal na base dos arranjos da UE, não deveria ter acontecido; uma crise com origens transatlânticas, ou seja, com responsabilidades partilhadas entre a UE e os EUA, mas com efeitos mais severos na primeira, já que os segundos dispunham de todos os instrumentos de um Estado soberano para lhe dar resposta,

¹⁴ Como sublinha Frieden (2006), se durante muito tempo ainda se discutiu seriamente se a integração regional era um escolho (*stumbling block*) ou uma expressão da globalização (*building block*), experiências como a europeia confirmaram claramente a validade da segunda tese.

evitando a repetição de 1929. A crise foi uma crise da financeirização, ou seja, do crescimento dos motivos, mercados e agentes financeiros, inexplicável fora do contexto de globalização financeira e da sua cada vez mais gigantesca cadeia de dívidas e de créditos, alimentando bolhas especulativas que rebentam mais tarde ou mais cedo. Na UE, em geral, e na Zona Euro, em particular, não foi diferente, mas o desenlace tem sido pior por razões que podem ajudar a ir às raízes deste arranjo.

De facto, a integração económica e financeira, indissociável da UEM, manifestou-se primordialmente no afluxo de capitais, sob a forma de crédito, para as mais atrativas periferias europeias, em termos de rendibilidade potencial, devido também à desapareção do risco cambial. Trancadas numa moeda forte, sem instrumentos de política, estas tenderam a acumular défices de balança corrente e uma dívida externa em euros, as contrapartidas necessárias ao recebimento de crédito. Do outro lado do que foi e é uma relação social internacional, o centro europeu, em especial os bancos alemães, acumularam créditos, fenómeno indissociável dos superávites de balança corrente da Alemanha.

Emergiu então um padrão devedor-credor no contexto de uma moeda que era, na perspetiva dos devedores, estrangeira, ou seja, não controlada pelos seus bancos centrais (Rodrigues *et al.*, 2016). Com variedades de capitalismo distintas, com países em distintos níveis de desenvolvimento mas partilhando uma mesma moeda, este padrão é a expressão financeira de relações cada vez mais assimétricas. Com o desencadear da crise, e o inevitável aumento dos défices públicos, a periferia foi colocada numa posição insustentável, dependendo dos mercados financeiros, em pânico para se refinarciar, já que os países tinham prescindido dos seus bancos centrais e o BCE estava proibido de emprestar aos Estados. Sem poderem desvalorizar as moedas, sem bancos centrais próprios, a periferia, incluindo Portugal, ficou sujeita a ver a história a ser escrita pelos credores e pelos seus interesses. Foi então montada, a começar pela Grécia, uma operação de salvamento público dos bancos privados do centro europeu, altamente implicados na periferia, através do financiamento oficial dos Estados em dificuldades. Surge neste contexto a Troika – FMI, BCE e CE –, ou seja, a confirmação de que o Consenso de Washington, o da austeridade e da neoliberalização, tinha sido mesmo resgatado pela integração europeia. Na realidade, era bem pior do que isso, já que a opção de desvalorização cambial nem sequer estava agora disponível.

O que se seguiu foi, em particular na Grécia, uma crise mais longa do que a registada na Grande Depressão. E em Portugal? Foi como na Grécia, mas com um formato diferente, já que também os países que perderam grande parte da

sua soberania são infelizes de formas diferentes. Portugal registou uma crise severa, com a taxa de desemprego a atingir o dobro do máximo histórico antes do euro, mas menos profunda do que a crise grega. Ao contrário da Grécia, que cresceu até 2007, Portugal estava já estagnado¹⁵. Se analisarmos a trajetória destas duas economias periféricas nas últimas duas décadas, constatamos que globalmente ambas tiveram um longo período de divergência face ao centro. Em Portugal, temos igualmente um capitalismo sem acumulação de capital, já que o investimento, em percentagem do PIB, caiu para quase metade do seu valor antes do euro e a sua recuperação dos últimos anos é ténua. Entretanto, a quebra de rendimentos induzida, colocou problemas de incumprimento de crédito a famílias e a empresas, já que a dívida num quadro de deflação iminente vê o seu valor aumentar em termos reais. Com todas as diferenças de resiliência institucional dos Estados respetivos, e não tendo sofrido uma operação deliberada de estrangulamento do seu sistema bancário como a Grécia, uma parte importante da banca dita privada portuguesa teve de ser resgatada pelo Estado português¹⁶. O sistema bancário português foi uma cobaia para testar a União Bancária em construção, permitindo que em Portugal se aplicasse, por exemplo no Banif e no Novo Banco, o princípio europeu do ‘pagam, mas não mandam’, ou seja, os contribuintes nacionais pagam, como sempre acabam por pagar, pelos desmandos dos bancos, mas o capital estrangeiro fica com um maior controlo de um sistema assim mais vulnerável. A Caixa Geral de Depósitos (CGD), por sua vez, mantém-se como banco nominalmente público, mas o quadro regulatório europeu garante que é ainda mais intensamente compelida a comportar-se como se fosse um banco privado. Numa próxima crise, tudo será pior, já que o capital financeiro estrangeiro é mais volátil do que o nacional.

Com a Troika entre 2011 e 2014, e para lá dela, o projeto de transformar Portugal numa espécie de Florida da Europa ganhou literalmente terreno, assente no nexa imobiliário, turismo e finança internacional, com uma componente crescente de consumo conspícuo internacional, um padrão de

¹⁵ Portugal pode ser visto como um indicador avançado do fenómeno da estagnação secular que atinge o capitalismo nas suas fases mais financeirizadas e desiguais.

¹⁶ É preciso não esquecer que o BCE patrocinou, através do congelamento do financiamento, uma operação sem precedentes históricos de desestabilização deliberada da banca grega, no contexto do embate do governo grego Syriza-ANEL com as instituições europeias. Isto aconteceu porque o BCE não é o Banco da Grécia, antes funcionando como um banco central estrangeiro num país sem soberania monetária e por isso com uma democracia limitada, o que ajuda a explicar o desenlace do embate.

especialização que tende a gerar baixos salários e enormes desigualdades socioeconómicas¹⁷. O emprego criado nos últimos anos concentrou-se em sectores de baixos salários, num contexto de menores direitos laborais (graças à reforma laboral da Troika), correspondendo a um processo, indissociável do euro e acentuado pela Troika, de regressão estrutural, ou seja, de especialização crescente em sectores com menor potencial de inovação e de ganhos de produtividade, garantindo a perpetuação da subalternidade económica.

Entre 2015 e 2019, vigorou em Portugal uma inédita solução política em que um governo minoritário do PS contou com o apoio parlamentar dos partidos à sua esquerda, mantendo os seus compromissos de sempre com a integração europeia e as suas regras. Tratou-se, apesar disso, do primeiro governo em décadas que não esteve comprometido com qualquer processo de privatização formal, gozando de um amplo apoio popular, num contexto de expectativas políticas ainda muito diminuídas pelos anos de chumbo anteriores. Afinal de contas, também não esteve comprometido com qualquer das muitas nacionalizações necessárias ou com a reversão da redução dos direitos laborais do tempo da Troika. Esta adaptação das expectativas – o profético ‘aguenta, aguenta’, formulado por um banqueiro no pico da crise – não pode ser desligada de estruturas europeias de constrangimento, incluindo as associadas ao euro, que parecem impossíveis de remover. O governo operou então uma verdadeira quadratura do círculo político: ganhou confiança em baixo, cá dentro, e em cima, lá fora, em particular junto das elites do poder europeu que lhe eram inicialmente claramente hostis, mas que acabaram por aceitá-lo. Tal deveu-se também à crise política em câmara lenta na UE, que teve no resultado do referendo no Reino Unido um momento importante, indicando aí o grau de desafeição popular em relação à integração supranacional.

Entretanto, ao viabilizar o governo, as forças socialistas fizeram o que, convocando Walter Benjamin, tem de ser feito em tempos trágicos, ensombrados pelo desaparecimento de qualquer horizonte de alternativa, como se viu na Grécia: usar o travão político de emergência, parando temporariamente o comboio da história nacional que se dirigia para o abismo. No nosso contexto histórico, este seria o dos cortes, privatizações e redução dos direitos laborais sem fim. O problema é que o comboio não fica parado muito tempo e não

¹⁷ Ainda antes de ascender ao cargo de economista-chefe do FMI, entre 2008 e 2015, Olivier Blanchard já tinha explicitamente defendido o “modelo Florida” para Portugal, acompanhado da redução dos salários, num influente artigo que resultou de um estudo encomendado pelo Ministério das Finanças (Blanchard, 2007).

há instrumentos de política para alterar a sua trajetória, nem por enquanto capacidade para os recuperar.

Em contraste com o declínio significativo da social-democracia europeia, e sem fazer qualquer tipo de ruturas ideológicas, o PS conseguiu até ver manter-se como força dominante a partir do centro-esquerda herdeiro da Terceira Via e do mais intenso europeísmo. É claro que para esta situação política de quadratura do círculo contribuiu materialmente, nunca é demais repeti-lo, uma conjuntura externa temporariamente distendida: das taxas de juro historicamente baixas, garantidas por um Banco Central Europeu apostado em fazer de tudo para garantir o capital investido na perpetuação do euro, à recuperação cíclica das principais economias, passando pelos crescentes fluxos turísticos que Portugal capta, em parte graças à instabilidade política de destinos rivais, até ao abundante capital financeiro que circula internacionalmente e que vê no vasto património imobiliário nacional uma oportunidade para um investimento relativamente rentável, mesmo que à custa do direito à habitação em alguns grandes centros urbanos.

O governo apostou no respeito mais do que escrupuloso por regras orçamentais crescentemente draconianas, dando a cara pela redução do investimento público nacional para valores mínimos na história da democracia, o que tem impacto em múltiplas áreas, incluindo a incapacidade de oferecer soluções para a nova questão da habitação (Santos, 2019). Portugal é de resto, na União Europeia, o país com menos emprego público, em percentagem do emprego total, e com o investimento público, em percentagem do Produto Interno Bruto (PIB), mais baixo. Os serviços e bens públicos continuam sob pressão. O défice orçamental mais baixo da democracia só não implicou sacrifícios equivalentes aos do tempo da Troika porque se trata de uma variável em grande medida endógena, ou seja, dependente do ritmo de andamento da economia. O crescimento económico registado, também à boleia da recuperação económica europeia, permitiu aliviar uma pressão que, devido às regras austeritárias dos tratados europeus, é constante. Nestes anos registou-se um quase desaparecimento da discussão em torno da reestruturação da dívida, em particular pública, por iniciativa do país. A combinação de saldos primários (antes do pagamento de juros) positivos, com taxas de juro por agora baixas, num contexto de crescimento económico, com antecipação de pagamentos da dívida ao FMI, permitem criar a ilusão conjuntural de que a opção da renegociação e reestruturação da dívida por iniciativa do país pode ser evitada, com todas as decorrências que daí advirão, incluindo a necessidade de nos prepararmos para a saída do euro.

PARA CONCLUIR: QUE FAZER?

Uma incursão, ainda que breve, pela situação nacional no contexto da UE permite-nos facilmente concluir que as circunstâncias económicas de cada país são específicas, o mesmo se passando com as suas dinâmicas políticas. Os processos de integração supranacional não garantem qualquer convergência, antes pelo contrário. A política que conta continua a estar na escala onde ainda estão as formas institucionais da democracia, por muito esvaziadas que estejam, e as resilientes identidades populares. É hoje claro que não é possível prometer reverter politicamente o regime austeritário agindo politicamente na escala supranacional, e a experiência da chamada União Bancária confirma, uma vez mais, que qualquer solução de tipo federal é não só inviável, porque as opiniões públicas do centro não desejam ser oneradas com transferências orçamentais para as periferias, como indesejável, porque tal significa uma ainda maior abdicação de soberania democrática para instâncias supranacionais opacas e sem escrutínio.

Qualquer solução – o tal ‘que fazer?’ – tem de ser pensada a partir da história económica e política dos séculos XX e XXI, sabendo nós que a história é recorrência e novidade. Sem a imaginação nacional e popular a funcionar para democratizar a economia, e sem os instrumentos que lhe dão tradução material, o campo fica livre para a viciosa imaginação da extrema-direita. E não é possível sair deste colete de forças, só conjunturalmente aliviado, sem uma combinação de reestruturação da dívida, controlo de capitais à escala nacional e recuperação de outros instrumentos de política económica – cambial, orçamental, monetária ou industrial –, adaptados às circunstâncias de cada país. Os exemplos das trajetórias da Islândia e da Grécia, dois países pequenos com enquadramentos externos muito diferenciados, confirmam esta tese, assinalando que a UE, em geral, e a Zona Euro, em particular, são hoje um obstáculo ao desenvolvimento, porque são um obstáculo à mobilização dos tais instrumentos sem os quais, de resto, não há escolha democrática.

Mas, mais do que dar indicações concretas sobre a recuperação de instrumentos de soberania económica, é preciso compreender que é necessário articular um nacionalismo progressista com um internacionalismo que o apoie, o que exige uma rutura com os hábitos intelectuais europeístas prevalentes entre as elites intelectuais e políticas. A melhor forma de o fazer seria, na esteira de Streeck (2013), dismantelar a moeda única e o mercado único, e logo a política económica tendencialmente única, e construir uma integração a várias velocidades, de menu, respeitadora das vontades dos diferentes

povos dos Estados democráticos, do centro e da periferia. Se não forem as forças progressistas a protagonizar tal projeto, a história indica-nos que será a imaginação das direitas a fazer outros trabalhos políticos.

As crises económicas e o lastro que deixam são oportunidades, não são desfechos certos. Desfecho certo, talvez só o seguinte: uma estrutura de integração notavelmente parecida, em alguns dos seus mecanismos institucionais, com o projeto idealizado por Hayek produzirá sempre resultados neoliberais, ou seja, uma distopia de mercado prenhe de todos os monstros políticos.

REFERÊNCIAS

- Anderson, P. (2009). *The New Old World*. Londres: Verso.
- Barbosa, A. P. (1998) (Ed.). *O impacto do euro na economia portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.
- Bieling, H.-J., Jäger, J., & Ryner, M. (2016). Regulation theory and the political economy of the European Union. *Journal of Common Market Studies*, 54, 53-69. <https://doi.org/10.1111/jcms.12331>.
- Blanchard, O. (2007). Adjustment within the Euro. The difficult case of Portugal. *Portuguese Economic Journal*, 6(1), 1-21. <https://doi.org/10.1007/s10258-006-0015-4>.
- Bonefeld, W. (2012). Freedom and the strong State: On German ordoliberalism. *New Political Economy*, 17, 633-656. <https://doi.org/10.1080/13563467.2012.656082>.
- Cafruny, A., & Ryner, M. (2007). *Europe at Bay. In the shadow of US hegemony*. Boulder: Rienner.
- Comissão Europeia (1989). *Report on Economic and Monetary Union in the European Community* (The Delors Report). Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities.
- Delaume, C. (2014). *Europe: Les États désunis*. Paris: Michalon.
- Denord, F., & Schwartz, A. (2010). L'économie (très) politique du traité de Rome. *Politix*, 89, 35-56. <https://doi.org/10.3917/pox.089.0035>.
- Durand, C. (2014). What is Europe? *The Cyprus Review*, 26, 37-62.
- Ferreira, J. M. (2014). *Não há Mapa Cor-de-Rosa – História (mal)dita da integração europeia*. Lisboa: Edições 70.
- Fitoussi, J. P. (1997). *O debate tabu. Moeda, Europa, pobreza*. Lisboa: Terramar.
- Frieden, J. (2006). *Global Capitalism. Its fall and rise in the twentieth century*. Nova Iorque: Norton.
- Fukuyama, F. (1989). The end of History. *The National Interest*, 16, 3-18.
- Gaspar, V. (2007, agosto). *Ajustamento e participação na área do euro*. Comunicação apresentada na Universidade de Verão do Partido Social Democrata, Castelo de Vide. Retirado de <http://uv2007.redeuv.com/actas.asp?indice=50>.

- Gaspar, V. (2014, 17 de fevereiro). Vítor Gaspar: é “insultuoso” pensar que fui o quarto elemento da troika. *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/politica/noticia/vitor-gaspar-e-insultuoso-pensar-que-fui-o-quarto-elemento-da-troika-1623945?page=2>.
- Gerber, D. (1994). Constitutionalizing the Economy: German neo-liberalism, competition law and the “new” Europe. *American Journal of Comparative Law*, 42, 25-84.
- Gillingham, J. (2003). *European Integration, 1950-2003: Superstate or New Market Economy?* Cambridge: Cambridge University Press.
- Glyn, A. (2006). *Capitalism Unleashed. Finance, globalization and welfare*. Oxford: Oxford University Press.
- Godley, W. (1992, outubro). Maastricht and all that. *London Review of Books*, 8, 3-4. Retirado de <http://www.lrb.co.uk/v14/n19/wynne-godley/maastricht-and-all-that>.
- Hayek, F. (1944/2009). *O caminho para a servidão*. Lisboa: Edições 70.
- Hayek, F. (1948). The economic conditions of inter-state federalism. In F. Hayek (Ed.), *Individualism and Economic Order* (pp. 255-272). Chicago: University of Chicago Press.
- Hobsbawm, E. (1994). *The Age of Extremes – The short twentieth century 1914-1991*. Londres: Michael Joseph.
- Holman, O. (2004). Asymmetrical regulation and multidimensional governance in the European Union. *Review of International Political Economy*, 11, 714-735. <https://doi.org/10.1080/0969229042000279775>.
- Judt, T. (2010). *Ill Fares the Land*. Londres: Allen Lane.
- Kaldor, N. (1978). The dynamic effects of the Common Market. In N. Kaldor (Ed.), *Further Essays on Applied Economics* (pp. 187-207). Nova Iorque: Holmes & Meier Publishers.
- Knijajinski, V. (1988). *A integração europeia ocidental*. Lisboa: Edições Avante.
- Lapavistas, C. (2013). *Profiting without Producing. How finance exploits us all*. Londres: Verso.
- Mazower, M. (1998). *Dark Continent*. Londres: Penguin.
- Milward, A. (1992). *The European Rescue of the Nation-State*. Londres: Routledge.
- Mirowski, P. (2009). Postface: defining neoliberalism. In P. Mirowski & D. Plehwe (Eds.), *The Road from Mont Pèlerin – The making of the neoliberal thought collective* (pp. 417-455). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Monedero, J. C. (2012). El programa de máximos del neoliberalismo: el Informe a la Trilateral de 1975. *Sociología Histórica*, 1, 289-310.
- Moss, B. H. (2005). Introduction: the EU as a neo-liberal construction. In B. H. Moss (Ed.), *Monetary Union in Crisis. The European Union as a neo-liberal construction* (pp. 1-25). Nova Iorque: Palgrave.
- Müller, J.-W. (2011). *Contesting Democracy. Political ideas in twentieth-century Europe*. New Haven: Yale University Press.
- Papandreou, A. (1977, novembro). Les structures de la dépendance. *Le Monde diplomatique*, 12-13.

- Polanyi, K. (1944). *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 2001.
- Ptak, R. (2009). Neoliberalism in Germany – Revisiting the ordoliberal foundations of the social market economy. In P. Mirowski & D. Plehwe (Eds.), *The Road from Mont Pèlerin – The making of the neoliberal thought collective* (pp. 98-138). Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Ramaux, C. (2012). *L'État social. Pour sortir du chaos néolibéral*. Paris: Fayard.
- Reis, J., Rodrigues, J., Santos, A. C., & Teles, N. (2014). Compreender a crise: A economia portuguesa num quadro europeu desfavorável. In J. Reis (Ed.), *A economia política do retrocesso* (pp. 21-86). Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, J. (2018). Na sombra de 1989: Economia política internacional depois do fim da história. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Número Especial, 189-216. <https://doi.org/10.4000/rccs.7834>.
- Rodrigues, J. (2019). Ordem espontânea ou engenharia política em grande escala? F. Hayek e a incrustação federal do neoliberalismo. In A. Bento e J. M. Santos (Eds.), *Neoliberalismo, liberdade e governo* (pp. 105-132). Lisboa: Documenta.
- Rodrigues, J. (2020). Chaining and unchaining democratic sovereignty: (supra)national institutions in, and beyond, neoliberalism. *Journal of Economic Issues*, 54, 4, 1055-1070. <https://doi.org/10.1080/00213624.2020.1828728>.
- Rodrigues, J., & Reis, J. (2012). The asymmetries of European integration and the crisis of capitalism in Portugal. *Competition and Change*, 16, 188-205.
- Rodrigues, J., Santos, A. C., & Teles, N. (2016). *A financeirização do capitalismo em Portugal*. Lisboa: Actual.
- Ruggie, J. G. (1982). International regimes, transactions, and change: Embedded liberalism in the post-war economic order. *International Organization*, 36, 379-415. <https://doi.org/10.1017/S0020818300018993>.
- Santos, A. C. (2019) (Ed.). *A nova questão da habitação em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Streeck, W. (2013). *Tempo comprado – A crise adiada do capitalismo democrático*. Lisboa: Actual.
- van Apeldoorn, B. (2002). *Transnational Capitalism and the Struggle over European Integration*. Londres: Routledge.
- Varoufakis, Y. (2016). *And the Weak Suffer what They Must? Europe, austerity and the threat to global stability*. Londres: Bodley Head.
- Williamson, J. (1989). What Washington means by policy reform. In J. Williamson (Ed.), *Latin American Readjustment: How much has happened* (pp. 7-40). Washington: Institute for International Economics.

UNIÃO EUROPEIA E UNIÃO AFRICANA, INSTITUIÇÕES EM EVOLUÇÃO

Jorge Gonçalves

Resumo: O desafio intelectual que aqui é colocado é o de cotejar duas realidades institucionais e políticas – a União Africana e a União Europeia –, explorando afinidades e diferenças que se expressam em distintas dimensões. A saber, os atos instituidores das organizações, que determinam a sua natureza, o ritmo evolutivo e o nível integrador. Os fatores de análise que atravessam o texto permitem questionar a *sustentabilidade estrutural das instituições* em referência, a solidez dos seus percursos, os desafios e riscos que se lhes colocam e que se podem alinhar numa dupla estratégia – a integração das políticas em África (a Zona Livre de Comércio, a livre circulação de pessoas e bens, a criação de uma moeda única, entre outras) e os alargamentos da União Europeia (que colocam desafios aos esforços de coesão, à solidariedade intracomunitária e à própria governabilidade das instituições), alimentando tensões entre europeístas e soberanistas que abalam os alicerces fundacionais do projeto europeu.

Uma dúvida se nos pode colocar: será que a União Africana está lenta nas reformas e a Europa numa encruzilhada a meio da ponte?

Palavras-chave: história; instituições; União Europeia; União Africana.

1. OS CONTEXTOS HISTÓRICOS E AS RESPOSTAS INSTITUCIONAIS

O génio humano e a necessidade da regulação da vida coletiva percorreram, sempre inseparáveis, um caminho de inter-relação e ajustamento permanentes, respondendo aos desafios da história.

Numa precisão conceptual de síntese perfeita, Adriano Moreira, no subtítulo da sua obra *Portugal e a crise global*, editado pela Almedina (2016), consagra

que “só a águia voa sozinha”, significando que as crises e as encruzilhadas são causas e consequências de vivências globais e que só na cooperação de esforços e na vontade coletiva é possível encontrar respostas adequadas.

O termo da II Guerra Mundial colocou aos Estados europeus desafios à garantia de manutenção da paz e à necessidade de reconstrução das economias devastadas pelas guerras, regulando os acessos às matérias-primas essenciais para a re-infraestruturação e re-industrialização indispensáveis ao relançamento económico e social.

Esse contexto não colocou, apenas, desafios internos no Ocidente beligerante, que lhes respondeu com a institucionalização de uma comunidade de livre acesso e livre circulação regulada entre os signatários do Tratado CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço). Ele determinou igualmente o princípio do fim dos sistemas imperiais de dominação em todo o mundo (primeiro nos impérios asiáticos e posteriormente nos impérios em África) e os movimentos independentistas sustentados nas ideias pan-africanistas das lideranças intelectuais negras, nem sempre acolhidas.

A reconstrução económica da Europa do pós-guerra e o pan-africanismo libertário constituíram os fundamentos dos modelos institucionais de agregação de objetivos, distintos, uns mais imbuídos de um certo pragmatismo estrutural das economias, outros mais proclamatórios e programáticos (o Tratado CECA, em 1951 e a instituição da Organização de Unidade Africana, em 1963) e que marcaram toda a evolução das instituições comunitárias europeias e africanas.

O traço distintivo é evidente no cotejo das disposições do Artigo 2.º do Tratado CECA que atribui a esta organização a missão de contribuir, em harmonia com a economia geral dos Estados-Membros e graças à instituição de um mercado comum, à expansão económica, ao desenvolvimento do emprego e à elevação do nível de vida nos Estados-Membros, por um lado, e o Artigo 2.º da Carta da Organização de Unidade Africana (OUA) que assumiu o compromisso de eliminar todas as formas de colonialismo, de coordenar e de intensificar a sua cooperação e os seus esforços para oferecer melhores condições de existência aos povos de África.

Distanciados no tempo (1951/1963) os referenciais de constituição da CECA e da OUA denotam respostas distintas às circunstâncias históricas. De um lado, a regulação dos mercados e da produção como fator de equilíbrio e de interdependências; doutro lado, uma resposta política para desafios políticos – a descolonização e a soberania, a estabilização das fronteiras, o apoio à luta pelas independências e contra o *apartheid*.

As preocupações de reconstrução económica na Europa, sendo dominantes no pós-guerra, não excluem a concertação política como método e como objetivo na concretização das políticas assumidas em comum, nem os objetivos políticos da OUA esgotam a ação dos Estados. O Plano de Ação de Lagos, de maio de 1980, consagra políticas comuns de defesa, de criação do mercado comum africano e níveis de integração económica continental com a Comunidade Económica Africana, em 1991.

Há, no entanto, uma marcada distância entre a formulação dos modelos e a sua operacionalização, por constrangimentos vários.

Enquanto na Europa o entendimento dos Estados signatários da CEECA (e os posteriores aderentes) era assumido e partilhado, já no que respeita, nos princípios dos anos 60, o debate sobre a natureza e alcance de uma organização continental revelava divergências entre uma visão vanguardista que apontava para a imediata constituição dos Estados Unidos de África (o Grupo de Casablanca) e uma visão mais conservadora de uma organização de concertação política e reflexão, de representação de Estados soberanos e independentes (Grupo de Monróvia) – orientação que prevaleceu na institucionalização da OUA.

2. SEMELHANÇAS ESTRUTURAIS, DIFERENCIAÇÕES POLÍTICAS

A instituição do Tratado da União Europeia, em Maastricht, que entrou em vigor em janeiro de 1993, e a aprovação do Ato Constitutivo da União Africana, que entrou em vigor em janeiro de 2001, representaram evoluções extraordinárias nos processos de construção de entidades políticas integradoras, de naturezas distintas, dotadas de instituições ajustadas à prossecução de objetivos igualmente distintos.

Quanto à natureza das organizações, a União Africana assumiu uma representação continental, integradora da totalidade dos Países africanos e em que a qualidade de Estado-Membro decorria desse enquadramento geopolítico, manifestamente distinta da natureza da União Europeia que condicionava o processo de integração a condições políticas justificadoras do alargamento da organização.

Isto é, enquanto a União Africana representa o continente, a União Europeia representa apenas uma parte do continente e a qualidade de Estado-Membro decorre, em primeiro lugar, de uma manifestação de vontade e, em segundo lugar, da verificação da compatibilidade com os princípios gerais da organização, em particular de respeito pelos direitos humanos, pelo Estado de Direito Democrático e pela partilha de valores de solidariedade e cooperação.

Politicamente, a União Africana formou-se; a União Europeia foi-se formando com os sucessivos processos de alargamento.

O quadro institucional das duas organizações, no que respeita às estruturas mais relevantes e que representam as várias instâncias do poder, não é muito distinto. O Tratado de Maastricht define, como instituições da União, o Parlamento Europeu, que representa os povos e a cidadania; o Conselho Europeu, que reúne os Chefes de Estado e de Governo dos Estados-Membros; o Conselho, que, representando os Estados, exerce com o Parlamento Europeu as funções legislativa e orçamental; a Comissão Europeia, que promove o interesse geral da União e vela pelo cumprimento das normas dos tratados; e o Tribunal de Justiça da União Europeia, o Tribunal de Contas e o Banco Central Europeu, com funções jurisdicionais e de supervisão financeira e bancária.

Estruturalmente, estão aqui reproduzidos os poderes de Estado num nível e dimensão supranacional (Artigo 13.º do Tratado da UE), e, nesse domínio, não se distingue do modelo institucional que o Artigo 5.º do Ato Constitutivo da UA consagra como órgãos da União.

O peso relativo das instituições na arquitetura dos poderes é que sugere uma acentuada diferença, influenciada pela natureza de cada uma delas. Vejamos:

A União Europeia valoriza a centralidade institucional do Parlamento Europeu; a União Africana valoriza a Conferência da União (o equivalente ao Conselho Europeu), traduzindo a sua matriz intergovernamental.

A União Europeia confere atribuições determinantes na definição e condução dos interesses gerais da União e na aferição do cumprimento dos Tratados; a União Africana atribui à Comissão funções de Secretariado da União, para-administrativas, e verdadeiras competências decisórias em políticas de interesse comum ao Conselho Executivo, órgão que é composto pelos ministros ou entidades designadas pelos governos (o que confirma a natureza intergovernamental que o modelo institucional da União Africana representa).

O Tratado da União Europeia e o Ato Constitutivo da União Africana consagram, assim, instituições, configuração de poderes e procedimentos semelhantes e apenas distintos na ponderação da importância relativa na sua orgânica.

As instituições e as políticas exigem também recursos e meios que as concretizem e desenvolvam, que devem provir das contribuições dos Estados-Membros, dirigidas ao funcionamento das organizações e ao financiamento das políticas.

A União Africana confronta-se com dificuldades de lançar reformas que ajustem a sua organização a objetivos políticos definidos e que se concentram

nos domínios da paz e da segurança, da concertação política para que se projetem posições comuns na ordem internacional e na integração económica continental.

Esse impulso reformista, que teve o Presidente do Ruanda, Paul Kagamé, como protagonista durante o período em que presidiu à União Africana – janeiro de 2018 a fevereiro de 2019 –, tem esbarrado na falta de consenso no Conselho Executivo da União e na Conferência de Chefes de Estado e de Governo e em dois eixos estruturantes das reformas:

- o reajustamento das instituições e dos seus poderes, conferindo maior eficácia e menos burocracia à ação da Comissão da União Africana, reforçando as competências do seu Presidente, com poderes de escolha da equipa de comissários e em menor número. Isso significaria, a ser aprovado, uma maior centralidade da Comissão no sistema institucional da União;
- a adoção de medidas que garantam o autofinanciamento da União, e em que se inclui a proposta de aplicação de uma taxa de 0,2% sobre as importações de bens e mercadorias que não estejam abrangidas pelas regras da Organização Mundial do Comércio.

A reforma institucional da organização, que visa reforçar a autonomia funcional das instâncias executivas, esbarra na dominação política da Conferência de Chefes de Estado e de Governo enquanto órgão supremo da união (Artigo 6.º, n.º 2 do Ato Constitutivo) em que assentam os amplos poderes decisórios e deliberativos em relação às políticas comuns, à designação do Presidente da Comissão ou a nomeação e exoneração dos Juizes do Tribunal de Justiça (entre outros).

O poder está na Conferência de Chefes de Estado e a Comissão é remetida a uma mera secretaria com funções administrativas, manifestamente desvalorizada na sua capacidade operativa. Entre a reforma institucional que equilibre e agilize os poderes e a conservação dos que estão reservados às instâncias políticas, tem prevalecido essa lógica conservadora.

O autofinanciamento, diferentemente, tem merecido maior consenso na UA, adotando modelos de afetação de recursos por via da consignação de taxas de importação, sem que, no entanto, se estabeleçam roteiros que operacionalizem e executem o modelo.

Numa apreciação comparativa com a União Europeia, retira-se a ideia de que, com a aprovação do Tratado de Maastricht (Tratado da União) se

reequilibram os poderes de decisão dos vários órgãos e instâncias da União, pelo reforço das competências legislativas do Parlamento Europeu.

Isto é, com a adoção do designado processo de codecisão, que confere ao Parlamento e ao Conselho de Ministros, conjuntamente, poderes normativos acrescidos em domínios progressivamente alargados de matérias, equilibra-se o posicionamento relativo das instituições, confere-se maior expressão democrática às decisões e consagra-se a dupla legitimidade da base decisória – a dos cidadãos representados no Parlamento Europeu e a dos Estados-Membros representados nos Conselhos de Ministros.

3. EVOLUÇÕES E POLÍTICAS

As organizações supranacionais de Estados, como a UE e a UA, pretendem responder às exigências que são colocadas por novas e sucessivas realidades geopolíticas, historicamente contextualizadas. Os processos de globalização das economias, a socialização do conhecimento, a livre circulação das ideias, determinam a necessidade de regulação e de equilíbrio dessas relações globais.

O nível e o alcance das respostas institucionais dependem da capacidade de encontrar bases comuns possíveis de partilhar – soberanias, economias, cidadanias, solidariedade – e das disponibilidades para as desenvolver.

A base comum em África, em 1963 (constituição da OUA) identificava-se com o enquadramento continental dos Estados pós-coloniais, frágeis e desestruturados, e com a solidariedade anticolonial e anti-apartheid para com os territórios ainda sob dominação colonial. Um objetivo limitado que perdurou por quase quatro décadas, longe de uma perspetiva de integração política com que chegaram a sonhar alguns países africanos.

O gradualismo da evolução institucional prevaleceu sobre a lógica imediatista que concretizasse a união política africana, aberta ao alargamento aos que se iam libertando da dominação colonial. O racional do modelo sustentava-se no enquadramento continental e não na identidade de valores sociais, económicos e culturais que aproximasse os Estados em evolução para as identidades nacionais. Um projeto limitado nos seus pressupostos e objetivos, incapaz de responder aos desafios da globalização e da coesão política de África nas relações com terceiros.

A evolução para a União Africana (2001) representa um salto significativo na criação da Comunidade Económica Africana, nas políticas de promoção da paz, da segurança e estabilidade e dos direitos sociais e políticos do Estado de Direito democrático, estruturalmente servidos por instituições comuns

reforçadas. Entre a formulação dessa mudança e a sua concretização é reconhecido um desajustamento.

A base comum na Europa, entre 1951 (instituição da CECA, Comunidade Europeia do Carvão e do Aço) e 1986 (o Ato Único Europeu, com vista à realização do Mercado Interno) era expressão de uma dimensão económica em preparação para a dimensão política que faria vencimento no Tratado da União (Maastricht, 1992) com a União Monetária, a cidadania política e o alargamento das políticas comuns às relações externas, e nos tratados subsequentes, de que se destaca o Tratado de Lisboa (2007) que acrescenta novas dimensões às políticas comuns, nomeadamente as ambientais, em resposta às alterações climáticas e à gestão dos equilíbrios ambientais.

Lisboa consagra e clarifica, no sistema de poderes das instituições, a repartição das competências (exclusivas da UE em matérias como a união aduaneira, a concorrência, a política monetária, preservação dos recursos biológicos do mar e a política comercial comum, e partilhadas entre a União e os Estados-Membros no mercado interno, política social, coesão social, políticas comuns de pescas e agrícola, segurança, investigação, transportes, entre outros domínios) definidas no Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia nos seus Artigos 3.º e 4.º, de acordo com o princípio da atribuição e, no seu exercício, pelos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.

Esta descrição breve permite concluir – e é essa a intenção – que os processos de construção da União Africana e da União Europeia apresentam uma lógica gradualista na incorporação de políticas comuns e no ajustamento estrutural às necessidades impostas por esse gradualismo material. A esse gradualismo acresce, no caso da União Europeia, o princípio estruturante da subsidiariedade que confere competências às instituições comunitárias apenas na medida em que estas não possam ser cumpridas pelos países membros e de modo mais ajustado aos objetivos consagrados nos tratados.

4. DESAFIOS E ENCRUZILHADAS

Os níveis distintos de integração, a extensão de sectores objeto de políticas comuns e a estruturação orgânica que corresponda à adequada execução dessas políticas, refletem a capacidade de afrontar os desafios complexos que se vão atravessando no caminho e a vontade política que lhe está subjacente.

As encruzilhadas são múltiplas.

O processo integrador em África e a globalização económica e política não excluem, antes exigem, a consolidação dos Estados-Nação a partir dos

contextos territoriais, das soberanias e das identidades, com poderes legítimos e de génese democrática.

Um poder político e administrativo sobre um território, identificados nesse conceito de Estado-nação, é um pressuposto necessário e uma etapa evolutiva da organização política e institucional à definição de instâncias supranacionais de partilha. E bem se pode aplicar o entendimento de Adriano Moreira (conferência na RTP sobre o Armistício, dezembro 2018) de que o Estado é o elemento determinante da nação, da sua configuração política e histórica.

O curso evolutivo da integração africana sugere a necessidade de ultrapassar os constrangimentos relativos à partilha de poderes de soberania e o impacto de um persistente conflito entre um afro-otimismo e um afro-pessimismo não fundado nas realidades e nas potencialidades. O realismo pragmático exige que se pondere o princípio evidente de que a união prevalece sobre o isolamento.

A União Africana enfrenta, igualmente, desafios programáticos assumidos de integração económica, de qualificação dos recursos humanos e de criação de emprego, de valorização do processo económico e de incorporação dos ganhos tecnológicos, mas também se confronta com constrangimentos identificados pelas instâncias comunitárias e que se prendem com as exigências da boa governação, do combate à corrupção e ao seu impacto negativo, da ponderação da sustentabilidade ambiental e climática e das migrações e suas múltiplas causas.

A dinâmica transformadora da União Africana é sensível em dois pilares que congregam a vontade dos Estados-Membros no sentido do desenvolvimento económico e social – a institucionalização da Zona de Livre Comércio, ultrapassando a agregação de interesses em Comunidades Económicas Regionais, dinamizando as trocas comerciais intra-continentais com o ajustamento aduaneiro e potenciando as relações extracontinentais; a livre circulação de pessoas com a adoção de um passaporte africano.

Carlos Lopes, conselheiro e membro da equipa de reforma da UA liderada por Paul Kagamé, sempre admitiu que até março de 2019 poderia haver a ratificação do Acordo de Livre Comércio – o que ocorreu – e que, cito:

Por muitos anos, África foi um mero tomador de preços nas relações comerciais globais, tendo pouca ou nenhuma influência nos mercados. Agora é uma oportunidade de se transformar num definidor de preços. Os caminhos expandidos para a cooperação Sul-Sul, especialmente o comércio intra-africano através da área de livre comércio continental, quebra o monopólio detido por países desenvolvidos, proporcionando um melhor ambiente de decisão e escolha das políticas africanas em termos de parcerias comerciais. (Lopes, 2013, Fórum de Comércio Internacional)

Um otimismo não partilhado por quem, como Sola Afobali, consultor nigeriano citado pela agência Lusa, entende que: “A assinatura da ZLEC [Zona de Livre Comércio Continental Africano] fará bem a África, mas apenas no papel, pois levará ainda muito tempo a entrar em vigor e vai encontrar ainda muitos contratemplos” (União Africana assina lançamento da zona de livre comércio continental, 2018).

A livre circulação de pessoas e bens exponencia, assim, o aprofundamento de uma Comunidade Económica Africana. E sempre restará, como desafio decisivo, o da sustentabilidade do autofinanciamento da União e a correspondente participação financeira dos Estados.

Na Europa, o desafio está em sair de um impasse político que resulta da dificuldade de opção entre o aprofundamento da união política e o atual modelo político, em que os instrumentos da integração económica, financeira, orçamental e monetária (embora limitada) estão muito além da desejada, por alguns, federalização política da União.

Os processos de alargamento progressivo da União Europeia, desde os inícios dos anos 70, a criação da moeda única de que ficaram afastados alguns dos Estados-Membros e a aprovação do Tratado Orçamental impondo regras de disciplina orçamental limitadores da livre definição dos défices e da dívida desafiaram a coesão interna da União e introduziram diferentes estatutos nos Estados-Membros.

A criação da Zona Euro, de que estão autoexcluídos alguns dos Estados-Membros, e o regime das derrogações impuseram regras a uns e permitiram, a outros, a manutenção de níveis de soberania orçamental e monetária que podem introduzir distorções de funcionamento e fazer perigar a coesão.

As consequências políticas desta diferenciação são visíveis na relativa desagregação da União Europeia e na rebeldia orçamental de Estados em que o discurso hostil ao reforço da união política tem dado força às posições da direita antieuropeísta e ao bloqueio da entrada em vigor da Constituição Europeia pela não ratificação, por via referendária, de alguns Estados-Membros – a Irlanda, a França e a Holanda, por exemplo –, obrigando a orientar o processo de reformas institucionais no sentido do que ficou consagrado no Tratado de Lisboa.

A equação da encruzilhada europeia e das possibilidades foram bem ponedas pelos defensores da adequação do sistema de poder político aos novos contextos da integração económica e, de entre eles, sem dúvida, Francisco Lucas Pires.

Os persistentes atrasos na conclusão da marcha para o mercado único e as dúvidas sobre a possibilidade ou os perigos de desequilíbrio e conflito ao instituir uma moeda única por um processo predominantemente inter-estadual traziam para o primeiro plano – se é que não lhe davam a prioridade – a questão da “união política”. Ou será que se conjecturam em alternativa as hipóteses – também em estreia histórica – de um mercado único sem moeda única ou de uma moeda única sem poder político correspondente? (Pires, 1992, p. 726)

Os sinais de retorno a uma conjuntura de guerra fria na Europa e a tensão gerada pelo Brexit nas suas variações *hard* e *soft* colocam a Europa numa grande encruzilhada que desafia a coesão interna da União e a capacidade regeneradora das suas lideranças (Bongardt & Torres, 2017, p. 28). A equação parece ser: ou há mais integração política e adesão às regras comuns ou a desagregação pode fazer o seu percurso e desfazer o sonho fundacional da União Europeia.

António Covas entende que “a União Europeia pode vir a confrontar-se, a curto prazo, com uma fratura interna, qual seja, aquela que separa a Europa Intergovernamental da Europa Federal” (Covas, 2016, p. 49).

E aqui se resume a questão nuclear do futuro da União.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bongardt, A., & Torres, F. (2017). *Brexit – Uma questão de racionalidade política*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Covas, A. (2016). *A contingência europeia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Moreira, A. (2016). *Portugal e a crise global*. Coimbra: Almedina.
- Pires, F. L. (1992). A caminho de uma constituição política europeia? *Análise Social*, XXVII(4.º e 5.º), 725-737.
- Lopes, C. (2013). ‘Can trade make a difference in Africa?’, *The International Trade Forum*. Retirado de <https://www.tradeforum.org/article/can-trade-make-a-difference-in-Africa/>.
- União Africada assina lançamento da zona de livre comércio continental (2018, 21 de março). *Observador*. Retirado de <https://observador.pt/2018/03/21/uniao-africana-assina-lancamento-da-zona-de-livre-comercio-continental/>

ENTRE PAZ E CONFLITO: IDENTIDADES PLURAIS E SOBERANIAS DIFUSAS

Luís Cunha

Resumo: A vontade e possibilidade de superar a conflitualidade que atravessa as sociedades humanas e que conduziu a guerras catastróficas é tema debatido desde há muito. Motivou Kant a escrever um tratado visando a paz perpétua, tal como se expressou em troca epistolar entre duas figuras cimeiras da primeira metade do século XX, Sigmund Freud e Albert Einstein, para apenas referir duas das muitas faces desse debate. Elaborados em momentos diferentes, estes contributos concretos têm a virtude de nos permitir pensar as condicionantes históricas que os balizam face a fatores estruturais que não perderam atualidade. Kant escreveu o seu tratado inspirado pela Revolução Francesa e amparado pela promessa da Razão inspiradora e redentora que o Iluminismo nascente transportava no seu ventre. Quanto a Freud e Einstein, o desafio colocado no início dos anos 1930 era o de refletir sobre as condições necessárias para evitar, sem sucesso, como se sabe, que a tragédia da I Guerra Mundial se repetisse. Em ambos os casos, são convocadas ideias e valores que permanecem relevantes para pensarmos a contemporaneidade – liberdade individual e participação cívica, vínculos políticos e ligações culturais, exercício de soberania e manifestações de fidelidade.

Palavras-chave: guerra e paz; vínculos identitários; liberdade e cidadania.

Não é raro cruzarmo-nos com o que parece ser uma observação simultaneamente judiciosa e tranquilizadora, a de que a Europa não vive uma guerra há várias décadas. Apesar de estar longe de ser uma afirmação rigorosa, a franca aceitação desta ideia talvez tenha contribuído para fazer da guerra um tema secundário na reflexão política e nas Ciências Sociais. De facto, com exceção do terrorismo, uma forma muito particular de *guerra*, que, essa sim, é bem

sentida e temida na Europa, a guerra surge frequentemente como uma realidade distante. Sentimos o seu peso quando é pontualmente evocada como memória e lição para o presente, como sucedeu com a celebração do centenário do início da I Guerra Mundial, e sentimo-la também quando alguma coisa corre menos bem com as tropas europeias chamadas a participar em intervenções no exterior, quase sempre de cariz humanitário. A ideia de que a Europa se tornou um lugar protegido dos ventos da guerra não é sequer factualmente verdadeira, bastando lembrar o trágico desmantelamento da antiga Jugoslávia, os conflitos no Kosovo ou, temporalmente mais perto ainda que geograficamente mais distante, o confronto entre russos e ucranianos na Crimeia. Por outro lado, a Europa não deixou nunca de ser parte implicada e ativa em guerras, umas declaradas outras discretas, que ocorreram e ocorrem fora das suas fronteiras. Estas participações, mesmo as classificadas como *humanitárias*, são feitas por militares profissionais, generosamente remunerados, facto que diminui a carga emocional associada ao risco decorrente do serviço militar obrigatório, suscitando assim dois importantes efeitos: por um lado, a relativa invisibilidade desses conflitos e, por outro, a modificação do modo como as nações se envolvem e implicam numa guerra.

A participação em conflitos militares por parte de Estados democráticos, isto é, onde a soberania se exerce em *representação* do povo, levanta questões de legitimidade e de legitimação: saber em nome de que valores se intervém e até onde vai a disponibilidade de envolvimento por parte dos cidadãos são temas que adquirem aqui especial relevância. Neste quadro, o conceito de *guerra justa* revela-se determinante, quase pode dizer-se condição *sine qua non* na legitimação da participação de Estados democráticos em conflitos militares. Diferentemente de uma guerra de conquista ou de um conflito gerado por diferenças ideológicas, a guerra justa contém um critério moral que a justifica: “A teoria moral foi incorporada na arte da guerra como uma coerção moral em relação a quando e a como a guerra é travada” (Walzer, 2004, pp. 30-31). Neste sentido, uma guerra será *justa* se através dela se corrigir uma *injustiça* – por exemplo, se servir para repor a situação prévia a uma guerra de conquista, devendo a intervenção militar cessar logo que essa situação é reposta.

Deixemos por agora a dificuldade em aplicar este critério de *justiça* a conflitos que assentem em questões identitárias, como sejam a reivindicação da alteração de fronteiras políticas por grupos étnicos subalternos ou a *nacionalização* de conflitos que tenham na base motivações religiosas. Ao invés, gostaria de sublinhar um outro aspeto desta questão: o das instâncias de legitimação

da intervenção militar no quadro de uma guerra justa, discutindo se essas intervenções podem ou não contribuir para o ideal de paz perpétua, tal como Immanuel Kant o definiu no final do século XVIII.

Em 1932, quando já se sentia na Europa o crescimento das tensões que haviam de conduzir a nova guerra, Albert Einstein respondeu a um desafio da Liga das Nações. “Existe alguma forma de livrar a Humanidade da ameaça da guerra?” foi o mote proposto pela instituição, devendo Einstein convidar alguém para com ele trocar pontos de vista sobre o tema. Escolheu Sigmund Freud, e as cartas que trocaram definem concordância num ponto que gostaria de sublinhar: uma situação de paz entre as nações apenas se obteria com a intervenção de uma entidade supranacional. É Einstein quem lança a ideia:

Como pessoa isenta de preconceitos nacionalistas, pessoalmente vejo uma forma simples de abordar o aspeto superficial (isto é, administrativo) do problema: a instituição, por meio de acordo internacional, de um organismo legislativo e judiciário para arbitrar todo o conflito que surja entre nações. (Einstein citado em Coelho, 2005, p. 22)

Embora seguindo um caminho mais longo, a argumentação de Freud (1932/2009, p. 41) vai no mesmo sentido: um evitamento seguro da guerra “só é possível se os homens se puserem de acordo em estabelecer um poder central, ao qual se conferiria a solução de todos os conflitos de interesses”. Apesar de o desafio ter partido da Liga das Nações, deve dizer-se que ambos olham esta solução com ceticismo, como algo demasiado distante e cheio de obstáculos. Einstein, que faz questão de se declarar isento de preconceitos nacionalistas, sublinha que a segurança internacional obrigaria à renúncia incondicional de parcelas de soberania por parte dos Estados. Feita esta observação política de matriz institucionalista, concentra-se depois no sujeito individual, fazendo uma pergunta a Freud: “É possível controlar a evolução da mente do homem, de modo a torná-lo à prova das psicoses do ódio e da destrutividade?” (Einstein citado em Coelho, 2005, p. 25). Por seu lado, Freud traça também a bissetriz entre as condições objetivas e as transformações subjetivas que poderiam modificar o mundo. Quanto às primeiras, corporizadas na Sociedade das Nações, afirma serem ainda claramente insuficientes para o que delas se pretendia obter. No que diz respeito ao segundo aspeto, Freud defende que tudo o que permitir estabelecer laços afetivos entre os homens deve atuar contra a guerra, sejam eles vínculos

análogos aos que nos ligam ao objeto do amor, sejam laços afetivos levados a cabo por identificação. Voltarei a esta questão das identidades, mas neste ponto importa sinalizar uma observação de Freud (1932/2009, p. 46), que na verdade é quase um lamento: “A situação ideal seria, claro está, a de uma comunidade de homens que tivessem submetido a sua vida pulsional à ditadura da razão. [...] mas tal, com toda a probabilidade, não passa de uma esperança utópica.”

Queria partir deste quase lamento de Freud para recuar ainda mais no tempo, de forma a trazer à discussão aquele que é um dos contributos seminais para este debate. Refiro-me às propostas apresentadas por Immanuel Kant em 1795 com vista à concretização de uma paz que viesse a tornar-se perpétua. Julgo ser impossível dissociar a proposta de Kant das expectativas geradas pela Revolução Francesa, ocorrida apenas seis anos antes. Porém, mais importante ainda que dar conta desta influência, é perceber que o seu pensamento e a sua proposta reportam de forma aberta ao otimismo de uma razão vencedora. Kant não pensou a paz perpétua como uma utopia, mas tampouco a legitimou na inevitabilidade de uma teleologia. Se apenas se tratasse da elaboração de uma utopia, a sua proposta poderia ser vista hoje como um mero exercício intelectual acerca do que se deseja. Por outro lado, se em causa estivesse a sinalização de um rumo inevitável, apenas nos restaria hoje debater os caprichos de uma História que teima em desviar-se dos rumos que sabiamente lhe são traçados. O que Kant propõe, porém, é um caminho *possível*, mas não *necessário*, procurando definir objetivamente as condições do seu sucesso, facto que torna o seu texto relevante no presente. Se dúvidas existissem quanto a essa atualidade, bastaria considerar a importância que lhe é atribuída por Jürgen Habermas na sua discussão acerca de uma constituição para a Europa, já que é à proposta de Kant que se reporta quando defende que “a União Europeia pode ser entendida como um passo importante no caminho para uma sociedade mundial constituída politicamente” (Habermas, 2011, p. 62). Tal como Kant, também Habermas sinaliza um caminho possível, mas não inevitável, não tanto por as macronarrativas estarem fora de moda, mas sobretudo por estar consciente da complexidade de qualquer solução. Separados por dois séculos, ambos os autores contribuem para um debate fundamental, que em última instância remete para a constituição do *social*. Como articular *liberdade e participação*; como conciliar o sentido e o afeto próprio da *comunidade* com as *dinâmicas globais* que a ultrapassam e diminuem? Neste sentido, perceber por que razão a paz perpétua, antevista e regulamentada por Kant, não se concretizou nem parece próxima de se concretizar ajudar-nos-á a perceber os desafios que enfrentamos no tempo presente.

Escrevendo no final do século XVIII, Kant faz assentar a sua proposta de paz perpétua em dois pilares fundamentais: a construção de uma *cidadania cívica* e o desenvolvimento de *instrumentos jurídicos* capazes de regular as relações entre as diferentes nações. Passados mais de dois séculos, não é justo dizer que não se desenvolveram instrumentos jurídicos orientados no sentido defendido por Kant, muito embora a sua eficácia regulatória seja bastante discutível. Após a II Guerra Mundial, por um lado com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e por outro com a unificação europeia, assistiu-se a tentativas de juridificação que foram para além da mera delimitação da soberania estatal através do direito internacional (Habermas, 2011, p. 69). Porém, a avaliação feita no presente mostra-nos, no caso da ONU, como o peso de uma instância de poder tão decisiva como o Conselho de Segurança distorce irremediavelmente o ideal de democracia supranacional que deveria caracterizar essa instituição. De resto, mesmo um fórum bastante mais democrático, como a Assembleia-Geral, não consegue ultrapassar o nível de representatividade dos países-membros ou, pior ainda, de vinculação pessoal aos governantes que nomeiam as delegações nacionais, deixando a ONU bem longe da representação autónoma e supranacional da população global (Hardt & Negri, 2004, p. 269). Com características diferentes, desde logo pelo seu carácter regional, a União Europeia tornou-se um caso de estudo para a constituição de entidades políticas supranacionais, o que decorre da sua estruturação como sociedade política suportada em estruturas paritárias, não obstante congregar entidades nacionais de dimensão muito diferenciada nos planos geográfico, demográfico e sobretudo económico. No entanto, também neste segundo caso, como nota Habermas (2011, p. 64), a avaliação possível mostra-nos que as expectativas mais otimistas foram derrotadas pelo recuo dos princípios de solidariedade no seio da União Europeia. Fracasso, afinal, na resposta àquele que deveria ser assumido como principal desafio: encontrar o equilíbrio entre os imperativos do mercado e a força reguladora da política. Ao contrário, o debate parece centrar-se hoje na *utilidade* de um governo económico europeu e suas políticas monetárias, desvalorizando o aprofundamento político da união, inclusive no que diz respeito à parlamentarização da política financeira da União.

Quanto à construção de uma cidadania cívica, o outro desiderato apontado por Kant, é inegável que se caminhou no sentido por ele apontado. Os princípios constitucionais associados pelo autor à *república*, nomeadamente a *liberdade* individual dos membros de uma sociedade, a *dependência* de todos em relação a uma legislação comum e a *igualdade* enquanto cidadãos, estão hoje formalmente assegurados em boa parte do mundo. Questão diferente, no

entanto, é saber de que modo esta constitucionalização de base republicana modificou as relações dos cidadãos com o poder soberano. No seu tratado para a paz perpétua, Kant não liga a *civilidade* à vida na *civitas* nem à *cultura*, aqui entendida como expressão de uma comunidade, e que ele vê como filogeneticamente anterior à ideia de cidadania (Mires, 2001). É na *Constituição*, entendida enquanto ato de vontade geral e com base na qual a multidão se faz povo, que reside a afirmação de cidadania. O encontro do equilíbrio entre o *particular* – entenda-se, a autonomia de cada Estado – e o *universal* – isto é, o conjunto das nações – começa pela concretização de uma efetiva cidadania. Por esta razão, a paz perpétua, antevista e regulamentada por Kant, implicava, no seu pensamento, dois níveis de construção. No primeiro, interno e reportado ao território soberano, alcançar-se-ia a paz pela afirmação do *direito constitucional* – aqui visto à maneira dos filósofos do século XVIII, que viam o poder como um direito originário, que era cedido de forma a constituir um modo de soberania assente no contrato (Foucault, 1997/2006, p. 31). O segundo nível reportava à relação entre Estados soberanos, ponto em que o *direito normativo* deveria ceder lugar ao *direito regulatório*. O exercício de Kant, na obra a que venho aludindo, vai exatamente nesse sentido, na medida em que elabora um regulamento escrito, próximo dos tratados comerciais, definindo direitos e deveres, isto é, limites consensualizados para a soberania dos Estados (Mires, 2001, p. 30).

A proposta de Kant tem na base uma distinção clássica relativamente às formas institucionalizadas de violência: o conflito que ocorre entre entidades políticas soberanas, opondo exércitos regulares, e o que ocorre no interior de um território soberano, podendo confrontar combatentes soberanos com não soberanos, ou apenas diferentes fações, legitimadas ou não pelo soberano. Esta segunda forma de conflito a que se convencionou chamar *guerra civil*, surge, então, como o resultado indesejado de uma tensão interna, provocada, em última instância, pela transformação do contrato em opressão ou então pela tentativa de usurpação da soberania legítima. Neste sentido, deveria ser condição suficiente para evitar a guerra civil a consolidação do direito normativo de base constitucional:

Um dos elementos centrais do projecto político que caracteriza as teorias modernas da soberania – liberais ou não liberais – foi o de pôr fim à guerra civil e destruir o estado de guerra constante, relegando a guerra para as margens da sociedade e limitando-a a situações excepcionais. Só a autoridade soberana – isto é, o monarca ou o Estado – poderia fazer a guerra e só poderia fazê-la contra outra potência

soberana. Por outras palavras, a guerra era expulsa do campo social interno da nação e reservada exclusivamente aos conflitos externos entre Estados. A guerra seria assim a exceção e a paz a norma. Os conflitos no interior da nação deveriam ser resolvidos pacificamente através da interação política. (Herdt & Negri, 2004, p. 18)

Kant concordaria com estas apreciações, que fazem da guerra civil um caso de polícia e não de exército. Assim, conseguida a constitucionalização da soberania, sobraria o conflito entre Estados, a que, como vimos, Kant se propunha pôr termo através da celebração de acordos sob a forma de tratado, ou seja, recorrendo à força do direito regulatório.

Parece hoje evidente que este era um modelo excessivamente esquemático, em pouco se sustentando o otimismo de Kant. À sua crença inabalável nas virtudes da razão e no poder transformador das ideias iluministas, responderam as guerras destruidoras e cruéis que marcaram a história do século XX. Este fracasso do projeto iluminista, denunciado enfaticamente por Horkheimer e Adorno (1989), quando apontaram a desumana barbárie que foi a II Guerra Mundial, ajuda-nos a perceber algumas das dificuldades que enfrentamos no presente. Em todo o caso, julgo que continua a fazer sentido, pelo menos metodologicamente, distinguir a *frente interna* da *frente externa*, seguindo o critério de Kant, que, como já se disse, vê a paz interna como condição prévia ao estabelecimento de uma paz global. Recordo que na sua perspetiva a pacificação interna, ou seja, a eliminação da guerra civil, se conseguiria através de uma cidadania esclarecida, surgindo a Constituição como instrumento agregador, capaz de diluir as diferenças entre cidadãos. Esta visão assenta num pressuposto cuja validade a história negou, exatamente a de que essa *cidadania constitucionalizada* permitiria apagar as *fronteiras culturais internas*, sejam estas entendidas numa vertente étnica, regional ou de classe (Cunha, 2007, p. 155). De algum modo este apagamento seria um *efeito natural da modernidade*, vista aqui como processo, ele mesmo cultural, de uma conciliação entre território, povo e cultura (Thiesse, 1999). Em termos práticos, o peso das diferenças étnicas – por muito que esta categoria seja processual e relacional, não se conformando a nenhuma essência, ao contrário do que demasiadas vezes se acredita (Barth, 1969) – legitimou processos de segregação, ocupações de territórios, deslocações e mesmo extermínio de populações, tudo isso no afã de fazer coincidir a materialidade das fronteiras nacionais com as supostas fronteiras étnicas ou culturais.

A expectativa de que a articulação virtuosa de três categorias centrais da modernidade – Estado, Constituição e Cidadania – seria suficiente para garantir

a paz no interior de cada unidade soberana não se cumpriu, desde logo por não ter levado em conta que as fronteiras traçadas entre o *dentro* e o *fora* são demasiado difusas e ambíguas para se conformarem a essa ordenação. A aceleração dos processos de globalização na segunda metade do século XX, coincidente, além de outros fatores, com o fim dos colonialismos, apenas acentuou essa ambiguidade e desacerto entre fronteiras nacionais e culturais, tornando mais evidente a coexistência, ora pacificada ora tensa, de diferentes níveis de diversidade em cada unidade política. Talvez fosse dispensável a enunciação do óbvio, mais ainda depois da convocação de Barth e do seu trabalho seminal sobre identidades étnicas: estes diferentes níveis de diversidade são, evidentemente, o resultado de lutas sociais e políticas, mais do que a expressão de qualquer característica objetivável. Neste sentido, as *diversidades*, que permaneceram relevantes apesar da constitucionalização da soberania, tanto podem decorrer da classe, como da cor da pele; tanto da referenciação identitária a uma história subalterna, como da vinculação a uma religião minoritária. No plano político, esta crescente complexidade cultural e social da ordem interna, indissociável dos efeitos pós-coloniais, parece estar a desviar a Constituição da vocação agregadora que a modernidade lhe atribuiu. Na verdade, os vínculos identitários reivindicados a partir do interior dos Estados vão tornando mais evidente a existência de elos supranacionais, o que é relevante na definição de fidelidades em caso de conflito, como se percebeu recentemente com o recrutamento para o ISIS (Welby, 2015). A um nível diferente, mas em convergência com este, encontramos outras formas de fragilização da ordem constitucional e da soberania que se lhe agrega. Por exemplo, quando se encara a Constituição como um obstáculo à resolução da crise financeira, como sucedeu em Portugal na primeira metade da década de 2010, ou quando se aceita a sua subalternização por força de acordos e tratados internacionais. Pode argumentar-se que estes acordos, feitos no âmbito da União Europeia, da Organização Mundial do Comércio, etc., são virtuosos à luz da proposta de Kant, na medida em que apontam para uma ordem supranacional. No entanto, à semelhança da crítica feita ao funcionamento real da ONU, também a aplicação desses acordos tende a dispensar os critérios democráticos de envolvimento cidadão.

A multiplicação de formas de conflitualidade interna que hoje se observa talvez prove que a imaginação política que guiou a modernidade estava errada, muito embora possamos também acreditar, o que não é necessariamente diferente, que a complexidade da história acaba sempre por desenhar rumos imprevistos.

Em qualquer caso, vale a pena considerar os limites do projeto kantiano, procurando ver a guerra como norma e não como exceção:

A lei não é pacificação, porque a guerra continua a desencadear-se, sob a lei, no interior de todos os mecanismos de poder, até os mais regulares. A guerra é o motor das instituições e da ordem: a paz, nas suas menores engrenagens, faz surdamente a guerra. Por outras palavras, sob a paz é preciso decifrar a guerra: a guerra é o próprio algarismo da paz. Por conseguinte, estamos em guerra uns com os outros: uma frente de batalha atravessa toda a sociedade, continuada e permanentemente. (Foucault, 1997, p. 62)

O poder é assim pensado, “já não segundo o esquema contrato-opressão, mas segundo o esquema guerra-repressão” (Foucault, 1997, p. 31). Esta deslocação é útil na releitura de Kant e na interpretação dos constrangimentos com que hoje se confronta o incremento da participação cidadã no espaço político. Antes de fazer esse exercício, porém, é útil considerar a insuficiência ou inadequação das categorias convencionais de guerra a que acima nos referimos – guerra civil e guerra entre Estados.

O conceito de guerra civil precisa de ser refeito (Hardt & Negri, 2004, p. 29), antes de mais graças à amplitude do fenómeno terrorista, que assumiu contornos bastante diferentes dos que existiam no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, período caracterizado, desde logo mas não exclusivamente, pelo entusiasmo anarquista com as bombas e seus efeitos. A globalização do terrorismo é também a globalização da guerra civil, cada vez mais distante de uma matriz intraestatal e do ideal da sua redução a um caso de polícia – muito embora permaneça no texto e no espírito da Carta das Nações Unidas a determinação em tratar como ação de polícia qualquer agressão (Walzer, 2004, p. 15). Por outro lado, os conflitos interestatais, ou seja, as guerras que confrontam diferentes poderes soberanos, descaracterizaram-se como resultado dos processos de globalização, mas também da democratização das sociedades. A dificuldade em assumir um conflito aberto em contexto democrático conduz a uma espécie de *eufemização* da guerra. Esta pode deslocar-se, confrontando entidades políticas subsidiárias e deixando na sombra os verdadeiros contendores, como sucedeu frequentemente durante a chamada *Guerra Fria*. Mais recentemente, nomeadamente desde a Guerra do Golfo (1992), foi-se afirmando a conveniência de uma guerra sem riscos, teoricamente possibilitada pelos avanços tecnológicos que permitiriam bombardeamentos feitos à distância com precisão cirúrgica. Num plano mais geral,

o juízo das ações políticas em democracia, incluindo a decisão de participar em conflitos militares, é manifestado nas mesas de voto, o que obriga a justificar qualquer intervenção segundo critérios éticos – proteção das populações civis, contenção dos riscos e classificação da intervenção dentro do critério de *guerra justa* (Walzer, 2004, pp. 101 ss.).

Importa ainda ter presente que os conflitos entre Estados soberanos, ou entre os grupos que em seu nome exercem o poder, encontram outras arenas para se expressar, nomeadamente a economia. A este nível, que define menos uma novidade que uma acentuação indissociável da globalização, pode dizer-se que os conflitos se prolongam numa guerra sem termo, o que a transmuta de *exceção* em *norma*. Dizendo de outra forma, “a guerra torna-se a matriz genérica de todas as relações de poder e técnicas de dominação, quer haja ou não derramamento de sangue” (Hardt & Negri, 2004, p. 25). Pode então argumentar-se que “a guerra está a tornar-se o princípio fundamental de organização da sociedade, e a política tende a ser apenas um dos seus meios ou modalidades” (Hardt & Negri, 2004, p. 24). É também seguindo esta linha de argumentação que Michel Foucault se propõe inverter uma conhecida proposição, a de Clausewitz, que afirma que “a guerra não é mais que a continuação da política por outros meios”. A inversão proposta, que faz da política a continuação da guerra por outros meios, significa que “a política é a sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra” (Foucault, 1997, p. 30). Concluiremos este artigo argumentando que há uma vantagem nesta recolocação do sentido da guerra na vida das sociedades: dispensando a excecionalidade do conflito, que estava no cerne da argumentação de Kant, podemos revisitá-lo no seu *Tratado*, já não para apontar o fracasso da proposta que aí avança, mas para (re)considerarmos a sua reflexão acerca da constituição de uma sociedade civil.

No momento em que redigia o seu *Tratado* visando a paz perpétua, Kant assistia à dissolução política do absolutismo. As mudanças que observava e as que intuía sugeriam uma alteração dos processos de constituição e legitimação do poder que de facto se verificou. Não temos hoje o benefício da distância temporal, mas, ainda assim, julgo poder dizer-se que a percepção dominante é a de que se vivem tempos de mudança e de que uma vez mais os processos de constituição e legitimação do poder parecem dissolver-se e reordenar-se ante os nossos olhos. Certo é que vivemos hoje um tempo agitado e complexo, que revela multifacetadas expressões de mudança, sendo ainda incerto o horizonte que vem desenhando. Onde alguns veem a emergência de uma

era *pós-nacional*, por força do crescimento e validação de instâncias supranacionais, outros apontam a fragmentação das *identidades nacionais* em favor de formas renovadas de localismo, necessariamente multiculturais. Estas duas projeções estão longe de ser incompatíveis, sobretudo se convocarmos como elo de ligação e articulação entre elas a figura do *cidadão*. Do que se trata, afinal, é de reafirmar a “origem popular da soberania” (Soromenho-Marques, 1996, p. 59), recalibrando os instrumentos de representação democrática através do incremento de mecanismos de participação cidadã. A validação das instituições supranacionais, por um lado, e o vigor dos localismos, por outro, dependem do incremento destas condições.

Michael Walzer (2004, pp. 185 ss.), partindo de uma reflexão sobre a guerra nas sociedades contemporâneas, faz um exercício de projeção do futuro que parte de dois extremos mais conceptuais que empíricos, estabelecendo um *continuum* entre eles. Num dos extremos coloca a hipotética constituição de um futuro Estado global, “algo semelhante à ‘república mundial’ de Immanuel Kant, com um grupo único de cidadãos idêntico ao grupo dos seres humanos adultos, todos eles dotados dos mesmos direitos e obrigações” (Walzer, 2004, pp. 185-186). Conceptualiza, desta forma, um modelo de centralização máxima, na medida em que cada indivíduo se liga, sem qualquer mediação de natureza estatal, a um centro que é sede de um governo mundial. No outro extremo, projeta um modelo mais aproximado à realidade que conhecemos e que a modernidade nos legou: um mundo radicalmente descentrado, no qual o poder se distribui entre Estados soberanos individuais, não existindo qualquer autoridade efetiva acima deles. Mundo radicalmente descentrado, organizado na base dos interesses egoístas de cada unidade política, que apenas interage com outras na persecução dos seus interesses. A proposta de Walzer é partir destes extremos em busca de um ponto de confluência algures no centro. É um exercício que busca, naturalmente, definir um ponto de equilíbrio virtuoso entre os valores de uma cidadania democrática e participativa e a possibilidade de uma governança protegida de egoísmos nacionais, procurando os benefícios comuns e os interesses globais:

A força do centro, do governo federal, dependerá dos direitos que lhe serão livremente cedidos pelos estados membros e do carácter, directo ou indirecto, da sua jurisdição sobre os cidadãos individuais [...]. Umhas Nações Unidas muitíssimo fortalecidas, que incorporassem o Banco Mundial e o Tribunal Internacional, aproximar-se-iam deste modelo, desde que tivessem poder para coagir os estados membros que se recusassem a obedecer às suas resoluções e veredictos. (Walzer, 2004, p. 196)

Jürgen Habermas, já se disse, vê na União Europeia uma forma de federalismo de tal forma singular, que adquire valor de exemplo para o desenvolvimento de uma futura sociedade mundial constituída politicamente. Por referência a Kant e ao seu tempo, que foi o da Revolução Francesa, Habermas sublinha terem existido evidentes progressos, nomeadamente no plano jurídico, que aponta como a base essencial para a constituição de sociedades democráticas. A mudança que sublinha expressou-se em duas inovações, que apelida de notáveis e se observam na União Europeia:

Por um lado, os Estados nacionais subordinam-se ao direito estabelecido a nível supranacional; por outro, a totalidade dos cidadãos da União partilha o poder constituinte com um número limitado de “Estados constituintes” que recebem das suas populações um mandato para colaborar na fundação de uma comunidade supranacional. (Habermas, 2011, p. 70)

O ponto crítico da análise otimista de Habermas está no difícil equilíbrio dos diferentes vetores que aqui convoca – cidadãos, Estados e instituições supranacionais. A questão não está na sua articulação lógica, mas nas relações reais que se estabelecem. Por exemplo, quando se encerra nos Estados nacionais a participação dos cidadãos, sem que uma verdadeira representação cidadã se expresse diretamente no nível supranacional, está a reiterar-se um modelo de soberania que tenderá a não ter em conta a diversidade interna que compõe o Estado-nação, antes impondo a visão da maioria. Devemos também ter em conta que os Estados constituintes têm um peso político e económico diferenciado, gerando desequilíbrios que apenas se corrigiriam através de mecanismos jurídicos que impedissem que essa diferenciação continuasse a manifestar-se na comunidade supranacional. Kant encontrou na força de uma *razão* que se tornaria universal o argumento derradeiro e decisivo para que a humanidade viesse a viver numa situação de paz perpétua. Talvez no presente nos falte a fé num pilar tão poderoso quanto a razão o foi para Kant. Falta de fé ou excesso de ceticismo, pouco importa, quando parece certo que a resposta passa por encontrar um caminho que concilie *cosmopolitismo* e *comunalismo*, certamente uma vereda estreita, que tal como propõe Walzer nos conduza a um centro – espécie da *Hospedaria da Paz Perpétua* que inspirou Kant e deu título ao seu Tratado –, lugar onde a cedência de poder pelos cidadãos possa ter como contraponto o reforço da liberdade individual.

BIBLIOGRAFIA

- Barth, F. (1969). *Ethnic Group and Boundaries*. Bergen-Oslo/Boston: Universitets Forlaget/Little Brown.
- Coelho, R. (Ed.) (2005). *Einstein e Freud: por que a guerra?* Santa Maria: FADISMA (Faculdade de Direito de Santa Maria).
- Cunha, L. (2007). Fronteras simbólicas. In A. Barañano, J. García, M. Cátedra & M. Devillard (Eds.). *Diccionario de relaciones interculturales. Diversidad y globalización* (pp. 155-157). Madrid: Editorial Complutense.
- Foucault, M. (1997/2006). *É preciso defender a sociedade*. Lisboa: Livros do Brasil.
- Freud, S. (1932/2009), Porquê a guerra? In S. Freud, *Escritos sobre a guerra e a morte* (pp. 36-49). Covilhã: LusoSofia Press.
- Habermas, J. (2011). *Um ensaio sobre a Constituição da Europa*. Lisboa: Edições 70.
- Hardt, M., & Negri, A. (2004). *Multidão. Guerra e democracia na era do Império*. Porto: Campo das Letras.
- Horkheimer, M., & Adorno, T. (1989). *La Dialectique de la raison: fragments philosophiques*. Paris: Gallimard.
- Kant, I. (2008). *A paz perpétua. Um projecto filosófico*. Covilhã: LusoSofia Press.
- Mires, F. (2001). *El fin de todas las guerras. Un estudio de filosofía política*. Santiago do Chile: LOM.
- Soromenho-Marques, V. (1996). *A era da cidadania*. Mem Martins: Europa-América.
- Thiesse, A.-M. (1999). *A criação das identidades nacionais*. Lisboa: Temas & Debates.
- Walzer, M. (2004). *A guerra em debate*. Lisboa: Livros Cotovia.
- Welby, P. (2015). O que é o ISIS?. In S. Birke, J. M. Owen IV, R. A. Pape, O. Roy & P. Welby, *Islão – Guerras sem fim* (pp. 95-102). Lisboa: Dom Quixote.

A(S) CRISE(S) E A(S) IDENTIDADE(S). A GLOBALIZAÇÃO, A PERDA DE SOBERANIA DOS ESTADOS E A EMERGÊNCIA DOS PATRIOTISMOS

Vítor de Sousa*

Resumo: A crise, que ganhou lastro com a falência da ideia de unidade e através da globalização, pontua a vida social. A sua generalização, patente na tendência para ser declinada no plural, parece tê-la “naturalizado”. Nesse contexto, qual o recorte comportamental do cidadão perante a fragmentação do tempo decorrente da incerteza, incrementada desde os anos 60 do século XX? Que identidade emerge, assim, em tempo de ruturas sociais? Da identidade definida, passou-se à identidade não tipificada, deslocada da ideia centrada em “nós” próprios, trazendo ao de cima a sua mobilidade. Nesta crise de paradigmas o plano identitário integra um processo mais amplo de mudança que abala os quadros de referência, antes aparentemente estáveis, já que as ideias preconcebidas sobre si próprio, sobre o outro e sobre o mundo são postas em causa (Dubar, 2011).

E, muito embora a globalização relativize as influências dos Estados e a sua própria soberania, em tempo de crise emergem os apelos ao patriotismo. Foi o que aconteceu no caso português que, apesar de o país ter estado sob assistência económica externa, viu os responsáveis políticos assumirem, transversalmente, posições com um recorte “nacional” sublinhado; o mesmo aconteceu com muitos eventos ligados ao *branding*, que recuperaram a ideia estado-novista de “portugalidade”, em contraciclo com a realidade vivenciada. Philippe C. Schmitter (2013) refere-se a uma combinação de fatores que poderá levar a um neocorporativismo, especialmente em países europeus de pequena dimensão e internacionalmente vulneráveis, como é o caso de Portugal. Zygmunt Bauman (2013) realça o divórcio entre o poder e a política, com o “velho mundo” a definhar, sem que tenha nascido um outro alternativo, o que pode explicar a perspetiva de Edgar Morin (2010), que observa que a ideia de futuro é marcada pela incerteza.

Palavras-chave: identidade; crise; globalização; patriotismo.

1. INTRODUÇÃO

O conceito de crise ganhou lastro quando foi posta em causa a ideia de unidade aristotélica, naturalizando-se na vida social. Os Descobrimentos corresponderam a uma “fase germinal” da globalização (Robertson, 1997) em que foi seguida a lógica de uma verdade única, com um propósito voltado para o futuro, e em que a história assentava numa génese e num apocalipse, como afirma Moisés de Lemos Martins (2011). Por via do desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), que se intensificou desde os anos 60 do século XX, que se alterou o conceito de tempo, por causa do incremento da velocidade. A fragmentação subsequente e a integração de novas realidades desembocaram na crise de paradigmas.

Essa fragmentação também se repercutiu no plano identitário, com a crise de identidade a integrar uma mudança mais sublinhada que estilhaçou os quadros conceptuais existentes, desequilibrando o *statu quo* (Hall, 2005). Nesse sentido, colocaram-se em causa os padrões tendentes a estabilizar o mundo social, trazendo ao de cima a ideia de que a identidade não é um projeto reificado, mas dinâmico como a própria sociedade onde se insere. Talvez por isso o conceito de identidade (como acontece, de resto, com outros conceitos) tenha tendência para um grande esvaziamento quando é declinado e, por isso, uma volubilidade subsequente (Ribeiro, 2011). O poder está a deslocar-se do Ocidente para a esfera das civilizações não ocidentais (Huntington, 1997; Morris, 2010) e, mesmo que a globalização determine que os Estados relativizem influências (Giddens, 1999) e que a sua soberania seja questionada, as reações assentam no apelo ao patriotismo. Foi o caso de Portugal, cuja classe política, independentemente do alinhamento ideológico e de forma transversal, insistiu nesse apelo, muito embora o país estivesse condicionado na sua soberania, uma vez que se encontrava sob assistência financeira externa (2011-2014).

Edgar Morin (2011) problematiza sobre “Como viver em tempo de crise?” e Alain Touraine (2010), por seu lado, perspectiva já um período posterior, correspondente ao (eventual) “Depois da crise”. Gilles Lipovetsky refere que a atual crise é “de inteligência” (Silva e Sousa, 2013), enquanto Zygmunt Bauman constata um divórcio entre o poder e a política, observando que há um velho mundo a morrer, muito embora o novo ainda não “tenha nascido” (Fernandes, 2013). Um denominador comum percorre todas estas perspectivas: a incerteza do futuro.

2. A(S) CRISE(S)

O conceito de crise, cuja etimologia da palavra é apontada por qualquer dicionário como estando ligada a um “momento de decisão”, de “mudança súbita”, ou a um momento “decisivo e difícil”, tende a naturalizar-se na vida social. Mas, mesmo que a crise se verifique logo após o nascimento de um indivíduo, desde a saída do conforto da barriga da mãe, o conceito ganhou outro lastro quando foi posta em causa a ideia de unidade aristotélica, nomeadamente com a descontinuidade do conceito de tempo. As sociedades contemporâneas têm vindo a distanciar-se da lógica da unidade e da linearidade, que determinava a existência de uma “ordem”, para passarem a ser pautadas pela incerteza, pela flexibilidade e pela fragmentação: “As redes globais da informação, propulsadas pelas tecnologias da informação, aceleraram o tempo histórico e mobilizaram a época, total e infinitamente, criando o mercado global” (Martins, 2014). Byung-Chul Han (2016) vai mais longe na explicação, sustentando que a nossa atualidade é dominada, não por uma incessante aceleração do tempo, mas, ao contrário, por uma crise temporal assente numa dissincronia (uma descontinuidade), que não é mais do que a atomização do próprio tempo sem rumo, nem ordem, nem conclusão, que o impede de durar (demorar) de forma substancial nas nossas vidas. E é composto por momentos indistinguíveis e sequenciais, que fazem com que qualquer instante pareça igual a outro, e que não exista nem um ritmo, nem um rumo, que confira significado às nossas vidas.

Segundo António Guerreiro (2009), o conceito de crise, agora muito associado à área da economia, pertenceu outrora a territórios metafísicos. O autor faz assentar a sua ideia em dois textos datados da primeira metade do século XX: *A Crise do Espírito*, de Paul Valéry (1978), em que escrevia que “agora sabemos que somos mortais”, e *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental*, uma conferência de Husserl (1976). Guerreiro diz dever-se ao historiador alemão Reinhart Koselleck (1999) a criação de uma história do conceito de crise, que passou, a partir da Revolução Francesa, a servir de interpretante da história política e social e que mostra também que a história pode ser interpretada como uma crise permanente.

Uma qualquer referência à “crise” implica, por conseguinte, a utilização da palavra no plural. Há “crises”, e não apenas uma única crise. Na área da Medicina, por exemplo, a crise diz respeito à perspectiva de cura ou de morte de uma qualquer enfermidade, enquanto na Economia é balizada entre a

prosperidade e a depressão¹. Se bem que o sublinhado da crise seja feito, na atualidade, como consequência da falência do capitalismo, coincidindo com a queda de um dos pilares da civilização contemporânea, a sua amplitude vai muito para além da lógica financeira², desembocando em problemáticas ligadas à identidade cultural e assentando num termo ainda mais problemático e que se pode tornar mais confuso do que a própria ideia de crise.

Para Moisés de Lemos Martins (2011), o Ocidente desenvolveu-se sob a égide da cultura da unidade, em que o pensamento daí decorrente se contraporía ao pensamento da multiplicidade, determinando que a metafísica da unidade fosse escatológica. Na época dos Descobrimentos, por exemplo, que correspondeu a uma “fase germinal” da globalização (Robertson, 1997), foi seguida a lógica de uma verdade única, com um propósito voltado para o futuro e em que a história assentava numa génese e num apocalipse. Essa definição clássica, determinada pela existência da totalidade de um caminho – incluindo um princípio, um meio e um fim (que pressupunha um Deus criador) –, foi posta em causa, transformando-se em separação, fazendo com que se valorizasse não o propósito nem a prospetiva, mas o presente, e verificando-se, por conseguinte, a deslocação do futuro para o quotidiano (Martins, 2011, pp. 17-21). Trata-se de uma lógica mobilizada para a emoção, na qual a ordem se refaz, sem que se torne necessário recompor a desordem, o que significa que existe uma crise sem retorno, como dá conta Moisés de Lemos Martins no livro *Crise no castelo da cultura* (2011).

Segundo Claude Dubar, o que entrou em crise desde o final do século XIX e se prolongou até 1973 “foram as maneiras de pensar, de dizer e de fazer do que se denomina por primeira modernidade”, que coincidiu com o progresso e a emergência dos Estados nacionais e do Estado social, em que o paradigma dessa modernidade em crise era “o indivíduo abstrato” (Dubar, 2010, p. 179). Já para Roberto Cardoso de Oliveira (1995), desde a publicação do livro de Thomas Kuhn *A estrutura das revoluções científicas*, que remonta ao início dos anos 60 do século XX, que a noção de crise passou a pontuar o horizonte das Ciências Sociais. Ora, desde essa altura que se vive numa era que Robertson (1997) apelida de “incerteza”, por via do desenvolvimento das TIC, com o

¹ Retirado de <http://www.ciberduvidas.com/pergunta.php?id=28767> .

² Basta fazer uma pesquisa através do motor de busca Google para constatar a diversidade de resultados relativamente à palavra “crise”: nada mais nada menos do que 176 000 000 de entradas diferentes. Se a busca for feita em relação a imagens sobre a crise, o motor de busca agrupa-as por “crise económica”, “crise financeira”, “crise mundial”, “crise económica mundial”, “palavra crise” e “crise emocional”, com uma quase interminável diversidade de sugestões.

consequente incremento da velocidade e da alteração do conceito de tempo. A fragmentação subsequente e a integração de novas realidades desembocaram na crise de paradigmas. Isto mesmo leva José Mattoso (2012) a referir que o racionalismo ocidental da época moderna considerava a anterior visão do mundo demasiado primária e, quando não excluía Deus, interpretava as noções de Céu e Inferno como conseqüências, boas ou más, das próprias ações humanas; tal como o “Apocalipse” de outrora, também esta visão resultava de uma crise de valores. Mais a mais, como destaca o historiador, “o rosário das perversões tem, nos nossos dias, algo de peculiar por comparação com crises análogas de outros tempos”, não obstante as suas diferenças: antes, mesmo desprezando os valores morais, não existia a dúvida ou desprezo pelos valores em si mesmos, havendo “lutas entre sistemas de valores opostos, mas não descrença na sua necessidade” (Mattoso, 2012, p. 29).

3. A(S) IDENTIDADE(S)

A identidade, cujo sinónimo mais vulgar assenta na ideia básica de “qualidade do que é idêntico”, pode, no entanto, assumir outras perspetivas interpretativas, tudo dependendo do contexto em que o termo é utilizado. José Mattoso (2008) propõe algumas pistas explicativas para a atribuição de significado e de valor ao conceito, introduzindo-lhe dimensões geográficas, políticas e sociais. É, no entanto, no campo da Sociologia que a definição mais comum de identidade é alvo de maior contestação, nomeadamente no que se refere àquilo que é idêntico e permanece, numa continuidade que se não descaracteriza ao longo do tempo. Tudo por causa do facto de a identidade se não cingir “à mesmidade-continuidade, sem dar conta da sua dimensão relacional, estratégica e de poder” (Ribeiro, 2011, p. 33). Isso quer dizer que toda e qualquer identidade é construída em resultado de um processo “com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (Castells, 2007, p. 3).

A fragmentação resultante da descontinuidade temporal repercutiu-se no plano identitário, sublinhando uma “crise de identidade”, que Stuart Hall (2005) integra num processo mais amplo de mudança que abalou os quadros de referência que davam aos indivíduos estabilidade no mundo social. Ou, como anteviu Lévi-Strauss (1977), a fé na identidade talvez seja apenas o reflexo de um estado de civilização delimitado num curto espaço de tempo, pelo que a crise adquire, dessa forma, um outro significado. Da identidade definida (tida como “definitiva”), passou-se à constatação de identidade não tipificada e que

sai da esfera da visão centrada em “nós” próprios, o que levou ao questionamento das ideias preconcebidas sobre a noção de si próprio, sobre o outro e sobre o mundo (Dubar, 2010), numa rutura de escala cultural, domínio onde a crise de paradigmas se desenvolve e, ao mesmo tempo, é problematizada. É nesse quadro que Rita Ribeiro (2011) chama a atenção para a volubilidade do conceito de identidade e da sua vocação para se tornar num palimpsesto.

A referida fragmentação determinou que os padrões culturais que eram aceites e plasmados em padrões conceptuais também se alterassem. Stuart Hall, por exemplo, lembra que “a cultura não é uma ‘arqueologia’”, mas sim “uma produção”, já que “tem a sua matéria-prima, os seus recursos, o seu ‘trabalho produtivo’”, dependendo de um “conhecimento da tradição [...] e de um conjunto efetivo de genealogias”, o que permite “capacitar-nos, através da cultura, a produzir-nos a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos”; não é, por conseguinte, “uma questão do que as tradições fazem de nós, mas do que nós fazemos das tradições” (Hall, 2003, p. 44). O autor afirma que a globalização subverte cada vez mais os modelos culturais herdados, que são essencializantes e homogeneizantes, deitando por terra as verdades tidas por absolutas decorrentes do “Iluminismo” ocidental (Hall, 2003, p. 44). Salienta ainda existirem dois processos opostos na globalização contemporânea, constatação que não deixa de ser contraditória: “existem as forças dominantes de homogeneização cultural [...] mais especificamente, a cultura americana, [que] ameaça subjugar todas as que aparecem” e, paralelamente, “os processos que vagarosa e sutilmente estão descentrando os modelos ocidentais, levando a uma disseminação da diferença cultural em todo o globo” (Hall, 2003, p. 44).

Voltando a José Mattoso (2012), o historiador refere que a lógica da civilização moderna está associada de forma sublinhada às suas manifestações sociais, mesmo sendo problemática a ideia de que os recursos antes inerentes à continuidade civilizacional tivessem deixado de ter influência no decurso dos acontecimentos. Por seu turno, Claude Dubar defende ser necessário colocar em confronto dois discursos aparentemente opostos e inconciliáveis, ainda que a sua proveniência seja coincidente: um discurso sobre a crise atual, “uma crise ordinária, econômica e cíclica”, e outro, sobre a crise na qual estamos mergulhados há muito tempo: “uma crise global, extraordinária, histórica e rara” (Dubar, 2011, p. 176). Tal significa que, enquanto o primeiro diz respeito a um momento cíclico, que se repete, o segundo evoca um momento mais radical, onde a mutação é grande. Mas será que ambas as crises implicam que se esteja a falar da mesma coisa? Edgar Morin, por exemplo, sustenta que, para compreender o que se passa e o que vai acontecer no mundo, “é preciso

ser sensível à ambiguidade”, conceito que diz traduzir-se na ideia de uma realidade, indivíduo ou sociedade se apresentar na forma de duas verdades diferentes ou opostas, ou se revestir de duas faces, “sem que se saiba qual delas é verdadeira” (Morin, 2011, p. 11). Isto leva-nos à ideia de globalização – “a pior e a melhor das coisas”, mas onde domina a miséria – associada ao conceito de ambivalência, uma vez que se trata de um processo sem regulação interna que, contrariamente ao que acontecia nos Estados antigos, é “desenfreado, sem nenhum controlo e que pode gerar crises” (Morin, 2011, p. 13).

Embora Morin defenda ser necessário estar atento às contradições, sublinha que elas têm de ser obviadas através da razão, eliminando eventuais equívocos, pelo que se torna necessário ultrapassá-las. Destaca, no entanto, uma dificuldade acrescida que está relacionada com a fragmentação das disciplinas e que “inviabiliza a apreensão da complexidade”. Nesse sentido, advoga que “a inteligência que só sabe separar quebra a complexidade do mundo em fragmentos disjuntos e diminui as oportunidades de compreensão e reflexão” e adverte para o facto de que, “quanto mais os problemas se tornam planetários, mais se tornam impensados; quanto mais a crise progride, mais progride a capacidade em pensá-la” (Morin, 2011, p. 14).

4. AS CRISES E AS IDENTIDADES

Alain Touraine refere-se ao facto de uma crise como a atual separar a economia do resto da sociedade, assinalando que “a vida social é não só posta à margem, mas transformada pela crise, ao ponto de até suscitar medos e revoltas contra as instituições” (Touraine, 2012, p. 12). Para além disso, a crise acelera a tendência para a separação, a longo prazo, do sistema económico (incluindo a sua dimensão militar) e dos atores sociais, também eles fustigados pela crise que os transforma em desempregados, excluídos ou aforradores arruinados, “todos incapazes de reagir politicamente, o que explica o silêncio atual das vítimas da crise ou a sua exclusão social” (Touraine, 2012, p. 12).

Esta afirmação leva-nos novamente à crise das identidades, relativamente à qual Dubar afasta as ideias de “crise global”, de Michel Serres, e de “crises capitalistas ordinárias”, de Kondratiev, contrapondo, ao invés, as noções de “crise antropológica”, de Jacques Commaille, e de “crise de vínculo social”, de Robert Castel, e por fim, resumindo-a à ideia “de uma forma dominante de relações” (Dubar, 2011, p. 178). A “crise de identidades” não tem que ver com a passagem do coletivo ao individual – “não há ‘eu’ sem ‘nós’” –, ou do domínio do indivíduo sobre o coletivo – “não há identidade sem alteridade” –, mas, no

que respeita às crises específicas, “com a passagem de formas sociais de tipo dominante comunitário (Nós>eu) para formas sociais de tipo dominante societário (Eu<nós)”;

e a este respeito o sociólogo resume esse “esquema” de individualização à pergunta: “Quem somos eu?” (Dubar, 2011, pp. 178-179).

Dubar sublinha também que a crise não se deve apenas à passagem de um momento do ciclo económico a outro, tendo antes que ver com as novas maneiras de viver em conjunto no mundo, que não são já apenas guiadas pelas instituições, mas também construídas pelas interações criativas de militantes e vítimas de crises, em torno das questões de reconhecimento mútuo, que colocam em evidência “as ideias preconcebidas sobre o outro, sobre si e sobre o mundo” – o que equivale a dizer que a crise, “na qual está em jogo uma civilização nova”, é tanto de longa duração como consequência de “uma sucessão de crises económicas ordinárias” (Dubar, 2011, p. 184).

Tendo por base a ideia de que as identidades criadas a partir do Renascimento e do Iluminismo, com epicentro na Europa, estão em declínio, perante a compressão evidenciada no binómio espaço-tempo – o que provocou a fragmentação do sujeito e a consequente ideia de crise pelo descentramento das identidades –, Stuart Hall (2005) avança com três conceções de identidade: a do Iluminismo, centrada no indivíduo; a do sujeito sociológico, traduzida na crescente complexidade do mundo moderno e na interação do indivíduo com a sociedade; e a do sujeito pós-moderno, que encerra a fragmentação do sujeito e as suas várias identidades, que não são permanentes nem fixas. Esta afirmação conduz-nos à noção de “modernidade líquida”, de Bauman (2001), que implica que as identidades também são instáveis, tornando-se híbridas e deslocadas de qualquer vínculo local.

5. A CRISE E OS APELOS AO PATRIOTISMO

Stuart Hall (2005) assinala o recorte cultural híbrido das identidades, inclusive dentro de um mesmo Estado-nação, sendo que este, através da globalização, e não obstante a tendência para a homogeneização, desloca as suas próprias identidades nacionais, sublinhando a diferença e a alteridade. Ora, como se trata de relações de poder, também aqui os desequilíbrios mostram a hegemonia do Ocidente em relação ao resto do mundo, muito embora haja sempre a possibilidade de enveredar por outras lógicas, à margem da hegemonia dominante. De fora ficam as abordagens deterministas, que produziram conceitos generalizantes sobre as identidades, como os de “cultura nacional” e “identidade nacional”, associados ao processo histórico da criação das nações.

No livro *O choque das civilizações*, Samuel H. Huntington (2009) defendia que, no mundo pós-Guerra Fria, a principal fonte de conflito mundial estaria ligada às identidades culturais e religiosas. Embora aceitando que a era das ideologias tivesse chegado ao fim, Huntington observava que o mundo apenas tinha regressado a um estado que considerava normal, caracterizado pelos conflitos culturais. Nesse sentido, perspetivava que, no futuro, os conflitos estariam ligados a problemas culturais e religiosos.

Já Ian Morris preconiza que, nos últimos 10 milénios, o Ocidente não foi sempre a parte do mundo mais rica, mais poderosa e mais sofisticada, salientando que esse posto foi ocupado pela China durante mais de mil anos, pelo menos entre 600 e 1700 d.C. (Morris, 2013). À semelhança de Huntington, Morris vaticina, no curto prazo (entre 2050 e 2100), um regresso ao passado, que inverterá os papéis dos dois blocos do mundo, numa previsão que tem a geografia como referencial, o que, ironicamente, já tinha acontecido com o processo que levou ao domínio do Ocidente³.

Chris Lorenz destaca as consequências das práticas catastróficas desenvolvidas no século XX relativas a todos os tipos de particularismo ético (especialmente nas suas variantes étnicas, nacionais, raciais e de classe), que criaram feridas históricas e causaram a esmagadora presença de um passado traumático. Desta forma, a “exclusão do outro” tem moldado uma história dramática que enfrentamos no século XXI: “A ‘inclusão do outro’ – geralmente incluindo as perspetivas de todos os lados envolvidos na história – está na agenda da história já há algum tempo e por isso é uma questão referente aos direitos universais” (Lorenz, 2010, p. 94). Nesse sentido, o autor alerta para o facto de que, se não houver nenhuma maneira de sair da nossa condição presentista⁴, “o melhor que podemos fazer é enfrentar e refletir sobre as suas consequências e para as formas pelas quais somos chamados a lidar com o passado” (Lorenz, 2010, p. 95).

Na perspetiva de Daniel Woolf, as nações são problemáticas, muito embora poderosas, e a maior parte delas é a consequência arbitrária da circunstância

³ No livro *O declínio do Ocidente* (publicado em dois tomos, entre 1918 e 1822), Oswald Spengler (2000) já previa a desintegração do Ocidente e afirmava que a história e as culturas eram cíclicas e que não se relacionavam entre si, sendo por isso independentes umas das outras. O conceito biológico da história defendido por Spengler recebeu, no entanto, várias críticas, alegadamente por não ter sustentação teórica.

⁴ Como assinala François Hartog (2003), existe o risco de que tudo o que é da história se comprima em história contemporânea – que o próprio tipificou no conceito de presentismo –, como acontece na contemporaneidade. Isso quer dizer que a simultaneidade terá sido responsável por um novo regime de historicidade, uma espécie de presente contínuo, caracterizado pela aceleração, e em que o presente e o passado se dão a mostrar de forma disruptiva.

e da contingência e não a expressão inevitável das comunidades étnicas ou culturais naturais; por isso, considera que, como outras fontes de lealdade política, “o nacionalismo é o resultado tanto da coerção como do consentimento, e ao mesmo tempo fonte e produto do poder político. As histórias nacionais estão profundamente implicadas na construção e defesa da nação” (Woolf, 2006, p. 71). Observando que a historiografia é global, Woolf assinala que “teremos de fazer comparações e contrastes significativos, tanto geográficos como históricos, entre os textos individuais e, mais amplamente, as tradições históricas”. No entanto, antes disso, “é necessário algum tipo de arcaboiço teórico que identifique os principais conceitos, temas e termos que podem ser encontrados em várias historiografias”, sendo que a nação “é certamente um deles” (Woolf, 2006, p. 94).

Tendo por base a ideia de que a segunda metade do século XX viu algum movimento no sentido pós-nacionalista, Stefan Berger observa que as historiografias e a escrita histórica permanecem firmemente estruturadas ao longo das linhas nacionais. Relativamente ao revivalismo do paradigma nacional na Europa ou de uma narrativa pós-clássica nacional após 1989, o autor considera que “as histórias nacionais ainda formam a maior parte do que os historiadores escrevem sobre a atualidade e tem uma relevância mais ampla, que vai para além dos limites da academia” (Berger, 2006, p. 3). A europeização e a globalização questionam o sentido das narrativas puramente nacionais, mas os mesmos processos também têm causado uma reação defensiva em muitas pessoas que se apegam às “suas” narrativas nacionais, na esperança de combaterem os efeitos de tais tendências. Isso é mais visível nos movimentos radicais de direita em toda a Europa, que “estão a tentar instrumentalizar as versões das histórias tradicionais e familiares nacionais para reforçarem as suas aspirações políticas” (Berger, 2006, p. 3). No entanto, não é só a direita radical que utiliza a história nacional na busca de objetivos políticos e de apoio, pois os partidos de centro-direita e de centro-esquerda *mainstream* também fazem uso desses “passados nacionais”.

Philippe C. Schmitter constata que no atual cenário de crise há uma combinação de fatores que poderá levar a uma nova ressurreição do neocorporativismo, “provavelmente ao nível sectorial e especialmente em países europeus de pequena dimensão, relativamente homogêneos e internacionalmente vulneráveis” (Schmitter, 2013, p. 291). Com a recessão a poder tornar-se uma depressão longa, com o desemprego ao nível da década de 1930 e com uma lenta produção global, Schmitter recorda que este foi o contexto no qual as experiências iniciais com negociações macrocorporativistas foram levadas a

cabo de forma voluntária, citando os casos da Dinamarca, Noruega, Suíça e Suécia. Não obstante, refere ser importante não esquecer que este foi o mesmo contexto em que estruturas corporativistas estatais foram impostas sobre a totalidade do sistema de intermediação de interesses por parte de regimes autoritários, como aconteceu nos casos de Itália, Portugal e Espanha.

Jaime Nogueira Pinto evidencia que, normalmente, “os sistemas autoritários e de ditadura surgem em tempos de crise, muito embora na União Europeia isso não seja fácil de acontecer, mesmo que, aparentemente, já se tenha estado mais longe dessa eventualidade”. Já Manuel Loff entende que atualmente se vive “numa situação de paranóia em que passa a considerar-se que toda a arquitectura constitucional é um empecilho”; “o facto de a decisão política tomar como prioridade absoluta o que não está na Constituição, mas sim fruto de um acordo com três entidades não eleitas”, é, segundo ele, o “primeiro grande factor de incompatibilidade entre a decisão política e os Estados de Direito Constitucional”. Loff sublinha que este tipo de situações não é uma novidade histórica em Portugal, já que, desde a bancarrota de 1890, “algumas das rupturas políticas que se seguiram deram-se em momentos ou na sequência de crises”. E frisa que “algumas das experiências autoritárias da monarquia vêm daí”, acrescentando que “também a ditadura sidonista tem como pano de fundo uma situação económica grave além da guerra”. Por seu turno, António Costa Pinto advoga que, “historicamente, há diferenças que remetem para o tipo de regime que vigorava” quando Portugal “foi vítima de crises da dívida soberana no final do século XIX”. E considera que hoje a situação é mais grave, pois então “o Estado era pequeno e não tinha as funções sociais de hoje, a sociedade à margem do Estado era grande, havia o mundo rural e o impacto da crise era muito pequeno na sociedade”. Em relação ao risco de o sistema político poder vir a evoluir para uma ditadura, diz que, “quando se lê os sociólogos e os politólogos sul-americanos de países que viveram estas crises no pós-guerra, percebe-se que estas crises também levam à queda de regimes ditatoriais”⁵.

Segundo Igor Primoratz (2009), no artigo sobre patriotismo que assina na Enciclopédia de Filosofia *online* da Universidade de Stanford, o termo é definido através de quatro dimensões: i) sentimento especial pelo país; ii) identificação pessoal com o país; iii) preocupação com o bem-estar do país; e iv) capacidade de sacrifício para promover o bem do país. Ou seja: não basta dizer-se que se

⁵ As declarações de Jaime Nogueira Pinto, Manuel Loff e António Costa Pinto constam de um texto da autoria de São José Almeida incluído no jornal *Público* [Almeida, S. J. (2013, 14 de abril), ‘Pressão anticrise pode levar sistema político democrático português à implosão’, *Público*, p. 6].

ama o país (conceito mais comum) para se ser considerado um patriota. Já Eduardo Lourenço entende que, “como todo o verdadeiro amor, o patriotismo é, por assim dizer, ‘silencioso’. Silencioso, mas activo. A devoção ao bem comum que nele se incarna só os actos que o exteriorizam lhe conferem conteúdo e significado” (Lourenço, 1989, p. 4). Por isso, defende tratar-se de um sentimento em princípio positivo, ao contrário do nacionalismo, visto geralmente como uma forma exacerbada de patriotismo e com efeitos perversos, como é o caso da xenofobia. Rui Nunes refere-se à pátria como sendo um conceito “de uma grande fluidez”, observando que, quando ela é invocada, pretende-se falar de estado ou de nação, da terra onde se nasceu ou mesmo da língua – ou da própria viagem, que também é lugar onde a pátria nasce: “Porque só nos apercebemos da sua existência quando nos distanciamos dela. E falamos dela e gostamos dela. Mas quando regressamos, a sufocação volta” (Carita, 2013, p. 36).

Em 2011, quando iniciou funções como primeiro-ministro (XVIII e XIX governos constitucionais), Pedro Passos Coelho decidiu avançar com a reformulação da imagem do executivo, uniformizando-a através de um processo de identidade lançado em novembro desse ano. No *briefing* de apresentação, escreve-se que a imagem do Governo de Portugal “assume as cores e os símbolos nacionais; representa um país e as suas instituições, e não um governo em particular, permitindo por isso o prolongamento da sua utilização”. Trata-se, pois, de uma arquitetura de marca monolítica cujo protagonismo é sempre dado ao Governo de Portugal, sendo a construção das submarcas feita através da extensão do emissor da comunicação à base comum “Governo de Portugal”⁶. De forma contrastante com o ciclo político em que Portugal esteve sob assistência financeira externa, observou-se um apelo generalizado ao patriotismo⁷, com os responsáveis políticos, transversalmente, a salientarem

⁶ Informação constante no dossiê “Breve descrição do processo Identidade Governo de Portugal”, datado de novembro de 2011, por nós solicitado aos serviços da Presidência do Conselho de Ministros, e que nos foi remetido em versão digital, via e-mail. Desde 2015, quando António Costa passou a liderar o Governo, o *slogan* mudou para “República Portuguesa”.

⁷ No texto “‘Reconstrução nacional’ e ‘patriotismo’”, a propósito do congresso do PSD”, a historiadora Irene Pimentel faz uma referência a alegados tiques fascistas decorrentes da terminologia utilizada pelo líder do PSD, Passos Coelho, então primeiro-ministro português [retirado de <http://jugular.blogs.sapo.pt/3189195.html>]; Francisco Louçã, ex-líder do Bloco de Esquerda, referia-se à perda de soberania devido à assistência financeira externa, acusando a ‘troika’ de agiotagem [retirado de http://www.dn.pt/politica/interior.aspx?content_id=2877753&page=1]; o PCP, através do seu líder, Jerónimo de Sousa, defendia uma convergência para um “governo patriótico e de esquerda” [retirado de <http://vermelhos.net/index.php/pais/1280-jeronimo-de-sousa-defende-convergencia-para-governo-patriotico-e-de-esquerda>].

que o povo português precisava de políticas patrióticas. A isso não terá sido alheio o facto de a maior parte dos membros desses governos exibir o *pin* da bandeira portuguesa na lapela do casaco.

Mas o fim das grandes narrativas, apanágio da pós-modernidade, provocou algumas clivagens decorrentes da rutura de escala provocada pela queda dos paradigmas anteriormente aceites. José Gil, por exemplo, em 2012 afirmava que a ausência de presente estava a tornar os portugueses “fantasmas de si mesmos, à procura de reaver a pura vida biológica ameaçada, de que se ausentou toda a dimensão espiritual”. Responsabilizava o Governo de então por esse estado de coisas, acusando-o de “[nos] transforma[r] em espantalhos [...] [e de nos desapropriar] do nosso poder de ação” (Gil, 2012a, p. 20). O filósofo referia-se a Portugal como “um país desconhecido”, onde, “por baixo da informação tangível, dos números e das estatísticas, correm fluxos de acontecimentos inqualificáveis e que, no entanto, condicionam a nossa vida” (Gil, 2012b, p. 20). Debruçando-se especificamente sobre a “Crise e identidade”, Gil referia que “o debate sobre a perda da soberania provocada pela crise resume-se à afirmação do possível ‘desaparecimento’ de Portugal”, culpando o Governo de então por ter transformado o português num “homem mínimo”, que se fechou no seu “eu”, um eu que representaria “o último reduto ilusório da sua identidade” (Gil, 2013, p. 38). Já Manuel Maria Carrilho, no texto intitulado “Nunca é possível salvar aquilo que se destruiu”, defende que se vive “atordoado por uma crise cuja natureza e amplitude não [se] quis prever e não [se] soube compreender. E que, agora, não [se] vislumbra como [se] há-de superar”. Observa que, “mais do que de um ‘roubo do presente’”, como refere José Gil, “é de uma condenação ao presente que na verdade se trata”, e que pode colocar em causa o pluralismo (Carrilho, 2013, p. 10). Por seu turno, Boaventura de Sousa Santos considera que a democracia portuguesa está “basicamente suspensa”, assemelhando-se o momento atual “à luta antifascista” (Nova, 2013, s.p.).

Frei Bento Domingues sustenta que o ser humano, ao consentir na transmutação de todos os valores, “afunda-se no niilismo, na ‘morte do homem’ e pensa numa saída pela porta do ‘pós-humano’”; para ele, esse “recurso da falta de sentido da boa medida é o delírio”, que, às vezes, se revela “perigoso” (Domingues, 2013, p. 45). Trata-se de uma ideia que Pacheco Pereira parece partilhar, quando refere que a crise não traz ao de cima o melhor de nós, mas sim o seu contrário, sublinhando que está a ser criada “uma sociedade maldosa, profundamente dividida, oscilando entre rancores e egoísmos, afectada mais do que nunca pelos efeitos desse velho provérbio de pescadores que diz que o peixe apodrece pela cabeça”. Nesse sentido, salienta que

“os maus costumes de uma sociedade em crise, permeável a partir de cima pelos miasmas que dividem e pelo medo, estão a fazer um Portugal pior, muito pior” (Pereira, 2013, s.p.).

Em Portugal, a política voltada para o país, que sublinha uma ideia de patriotismo desenvolvida, como se viu, durante o tempo da “troika”, parece ter feito escola. A atestá-lo estão os discursos do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, em diversas ocasiões e sobre vários assuntos.

Assim, nas comemorações do 43.º aniversário da Revolução do 25 de Abril, na Assembleia da República, Marcelo Rebelo de Sousa compatibilizava o patriotismo com o nacionalismo, o que não deixou de provocar interrogações, pelo facto de se tratar de noções tidas como distintas. O chefe de Estado alertou que o nacionalismo a que alude é um “nacionalismo patriótico e de vocação universal, não um nacionalismo egocêntrico, agarrado a um pretensão passado, recriado, porque não real”. Por isso, afirmou que “Portugal não deve ter receio de assumir ‘um nacionalismo patriótico’, em contraste com as ondas de nacionalismo populista que percorreram a Europa e o mundo”. Não obstante, sublinhou que a paz que se vive no país, a “apreciável segurança, sem racismos e xenofobias”, um poder local “incansável” e um sistema político “flexível”, têm permitido aos portugueses resistir “à nova vaga dita populista que percorre esse mundo fora”⁸. Talvez se perceba, neste enquadramento, porque é que o Presidente da República vai repetindo nos seus discursos o apelo à “portugalidade”, termo cunhado em pleno nacionalismo do Estado Novo, nas décadas de 50 e 60 do século XX (Sousa, 2017).

6. A CRISE DO FUTURO E O FUTURO DA CRISE

Paul Valéry já sintetizara, há muito tempo, a incerteza que se perspetivava quando se olhava para o futuro, a ele se referindo como não sendo já o que costumava ser. Uma asserção que, nos tempos que correm, parece um fato feito por medida para a situação que se vive em Portugal, e que o jornal *The Economist*, em 2012, apelidou de “Poortugal”, sublinhando o recorte pobre do país, mergulhado numa crise financeira profunda⁹.

⁸ Retirado de <https://www.jn.pt/nacional/marcelo-apela-a-um-nacionalismo-mas-patriotico-6243174.html> .

⁹ Artigo do jornal *The Economist*, intitulado “Austerity in Portugal, More pain, less gain. Yet another austerity budget raises concerns about future growth”, de 20/10/2012. Retirado de <http://www.economist.com/news/europe/21564902-yet-another-austerity-budget-raises-concerns-about-future-growth> .

Gilles Lipovetsky é de opinião de que, “mais do que uma crise de valores, vivemos um problema de inteligência”¹⁰. Por seu turno, Zygmunt Bauman observa que, enquanto o poder se globaliza, a política permanece local, e por isso o carácter especial da atual crise reside neste “divórcio” (Fernandes, 2013, p. 5). Bauman defende estarmos unidos “no desentendimento, mas ainda é um protesto emocional a que falta um pensamento e um propósito minimamente consensual”; isso não significa porém que se trate do “fim do mundo”, uma vez que “ainda não chegamos ao ponto de não retorno”. Immanuel Wallerstein segue no mesmo trilho de Bauman, salientando que a saída para a crise não está para breve, sendo necessária uma alternativa política para criar um novo “sistema-mundo”, que ainda não se sabe qual será (Gaspar, 2013, p. 30) – o que quer dizer que há, no entanto, “um velho mundo a morrer, e [um] novo [que] ainda não nasceu” (Belanciano, 2013, p. 9).

Sendo a possibilidade de voltar a subir a esperança de quem bate no fundo, a falta dessa “esperança” pode fazer toda a diferença, já que a rutura de paradigmas, mobilizando a vida para o presente, faz do futuro um verdadeiro enigma com contornos ainda mais gravosos. E a confusão começa, desde logo, a partir do que Edgar Morin afirma ser a existência de uma ética da compreensão que nos pede que compreendamos a própria incompreensão: “A incerteza é o nosso fado, não só na acção como no conhecimento” (Morin, 2011, p. 15). Assim, a condição humana está marcada por duas grandes incertezas, a cognitiva e a histórica: “quando se registam tantas interacções e interferências não é possível ter uma certeza absoluta” (Morin, 2011, p. 16), tanto mais que “o provável é catastrófico” (Morin, 2011, p. 20).

Uma vez que “o futuro nunca está antecipadamente jogado”, Edgar Morin entende a ideia de que “talvez tenhamos chegado a um momento de ruptura” (Morin, 2011, p. 21), até porque “um primeiro desvio do curso das coisas torna-se uma tendência e, depois, uma força histórica” (Morin, 2011, p. 22). No entanto, o autor é contrário à resignação, não obstante evidenciar que “a estratégia [se deve opor] ao programa” e acreditar “numa política regenerada”. E, mesmo tendo presente que ser realista significa ser utópico, considera que “é preciso agir” (Morin, 2011, pp. 23-25).

A partir da ideia de que uma crise económica consiste na rutura de um sistema económico e social, Alain Touraine advoga que uma eventual resposta assenta na “reconstrução das relações entre os atores económicos, a formulação dos seus valores comuns e novas intervenções públicas”. Nesse sentido, observa

¹⁰ Retirado de http://www.jn.pt/multimedia/video.aspx?content_id=3165966 .

estar na altura de reconhecer que uma crise “é muito mais do que uma avaria e que é o estado geral da vida social” que contribui, quer para o seu agravamento, quer para a reconstrução da vida social e económica, o que realça o papel da democracia: “Conquistadas as liberdades, há que defendê-las”. Neste sentido, preconiza a criação de um movimento que “volte a dar vida ao mundo político ao mesmo tempo que o controla” (Touraine, 2010, p. 175).

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. J. (2013, 14 de abril). Pressão anticrise pode levar sistema político democrático português à implosão. *Público*, 6.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed.
- Belanciano, V. (2013, 5 de abril). A Europa à procura da sua Primavera. *Público*, 5-9.
- Berger, S. (2006). National historiographies in transnational perspective: Europe in the nineteenth and twentieth centuries. *Storia della Storiografia*, 50, 3-26.
- Carita, A. (2013, 30 de novembro). A grande pátria dos portugueses é a errância. *Expresso*, 36-37.
- Carrilho, M. M. (2013, 9 de janeiro). Que valores para 2013? Ensaio (8), Sem Bússola, no Divino Mercado. *Público*, 10-11.
- Castells, M. (1997/2007). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*, Volume II – O poder da identidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Domingues, B. (2013, 14 de abril). O ser humano não tem cura. *Público*, 45.
- Dubar, C. (2011). Entre crise global e crises ordinárias: a crise das identidades. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, 18(1), 175-184.
- Fernandes, J. A. (2013, 14 de abril). Destaque: Crises políticas avançam na Europa: chegou a vez da França. *Público online*. Retirado de <https://www.publico.pt/2013/04/14/jornal/crises-politicas-avancam-na-europa-chegou-a-vez-da-franca-26374424>
- Gaspar, M. (2013, 17 de março). O futuro da crise é a crise do futuro, *Público* (revista 2), 30-33.
- Giddens, A. (1999). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença.
- Gil, J. (2012a, 5 de março). O vazio das não-notícias. *Público*. Retirado de <http://www.publico.pt/media/noticia/editorial-o-vazio-das-naonoticias-1536364>.
- Gil, J. (2012b, 20 de dezembro). O roubo do presente. *Visão*, 20.
- Gil, J. (2013, 19 de dezembro). Crise e identidade, *Visão*, 38.
- Guerreiro, A. (2009, 16 de maio). Ao pé da letra. *Expresso* (Actual). Retirado de http://aindanaocomecamos.blogspot.pt/2009/05/ao-pe-da-letra-47-antonio-guerreiro_17.html.
- Hall, S. (2003). Pensando a diáspora (Reflexões sobre a terra no exterior). In L. Sovik (Org.). *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (pp. 25-50). Belo Horizonte: Editora UFMG/Brasília: Representação da Unesco no Brasil.

- Hall, S. (2005). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Han, B.-C. (2016). *O aroma do tempo. Um ensaio filosófico sobre a arte da demora*. Lisboa: Relógio d'Água.
- Hartog, F. (2003). *Régimes d'historicité : présentisme et expériences du temps*. Paris: Seuil.
- Huntington, S. H. (2009). *O choque das civilizações e a mudança da ordem mundial*. Lisboa: Gradiva.
- Husserl, E. (1976). *Die Krisis der europäischen Wissenschaften und die transzendente Phänomenologie. Eine einleitung in die Phänomenologie Philosophie*. The Hague; Martinus Nijhoff.
- Koselleck, R. (1999). *Crítica e crise*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto.
- Lévi-Strauss, C. (1977). *L'Identité. Séminaire dirigé par Claude Lévi-Strauss*. Paris: Bernard Grasset.
- Lorenz, C. (2010). Unstuck in time: the sudden presence of the past. In K. Tilmans, F. Vree & J. Winter (Eds.), *Performing the Past. Memory, history and identity in modern Europe* (pp. 67-105). Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Lourenço, E. (1989). Patriotismo e nacionalismo. In *Instituto de Defesa Nacional – Nacionalismo e patriotismo na sociedade portuguesa actual* (pp. 1-9). Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Martins, M. L. (2011). *Crise no castelo da cultura*. Coimbra: Grácio Editor/CECS-UMinho.
- Martins, M. L. (2014). Língua portuguesa, globalização e lusofonia. In N. Bastos (Ed.), *Língua portuguesa e lusofonia* (pp. 15-33). São Paulo: EDUC – IP-PUC.
- Mattoso, J. (2008). *A identidade nacional*. Lisboa: Fundação Mário Soares/Gradiva.
- Mattoso, J. (2012). *Levantar o céu. Os labirintos da sabedoria*. Lisboa: Temas e Debates/ Círculo de Leitores.
- Morin, E. (2011). Compreender o mundo que aí vem. In E. Morin & P. Viveret, *Como viver em tempo de crise?* (pp. 9-25). Lisboa: IN-CM.
- Morris, I. (2013). *O domínio do Ocidente*, Lisboa: Bertrand Editora.
- Nova, R. (2013, 11 de maio). Portugal tem a democracia 'basicamente suspensa', diz Boaventura de Sousa Santos. *Público*. Retirado de <http://www.publico.pt/politica/noticia/portugal-tem-a-democracia-basicamente-suspensa-defende-boaventura-de-sousa-santos-1594099>.
- Oliveira, R. C. (1995). Antropologia e a crise dos modelos explicativos. *Estudos Avançados*, 9(25), 213-228. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141995000300017>.
- Pereira, J. P. (2013, 12 de janeiro). O peixe apodrece pela cabeça. *Público*. Retirado de <http://www.publico.pt/opiniao/jornal/o-peixe-apodrece-pela-cabeca-25878873>.
- Primoratz, I. (2009). Patriotism. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2009 Edition)*. Edward N. Zalta (Ed.). Retirado de <http://plato.stanford.edu/archives/sum2009/entries/patriotism>.
- Ribeiro, R. (2011). *A Europa na identidade nacional*. Porto: Afrontamento.

- Robertson, R. (1997). Mapping the global condition. In A. Sreberny-Mohammadi *et al.* (Eds.), *Media in Global Context, A Reader* (pp. 2-10). London: Arnold.
- Schmitter, P. C. (2013). Poderá a actual crise ressuscitar o Sísifo neocorporativista? In C. Gaspar, F. Patriarca & L. S. Maros (Eds.), *Estado, regimes e revoluções. Estudos em homenagem a Manuel de Lucena* (pp. 283-294). Lisboa: ICS.
- Silva, H. T. e Sousa, L. (2013, 15 de abril). Europa: Filósofo francês afirma haver “crise de inteligência”. *JN online*. Retirado de <https://www.jn.pt/live/entrevistas/filosofo-frances-afirma-haver-crise-de-inteligencia-3165966.html?id=3165966>.
- Sousa, V. (2017). *Da ‘portugalidade’ à lusofonia*. Famacião: Húmus/CECS.
- Spengler, O. (2000). *Le Déclin de l’Occident* (2 tomes 1918-1922). Paris: Gallimard.
- Touraine, A. (2010). *Depois da crise*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Valéry, P. (1978). *La Crise de l’esprit*. Paris: Gallimard.
- Woolf, D. (2006). Of nations, nationalism, and national identity: Reflections on the historiographic organization of the past. In Q. E. Wang & F. Fillafer (Eds.), *The Many Faces of Clío Cross-cultural Approaches to Historiography* (pp. 71-103). New York: Berghahn Books.

MEMÓRIAS DO SALTO. DA ALDEIA SEM LUZ À CIDADE DAS LUZES

Rosa Cabecinhas

Resumo: A emigração portuguesa para França durante os anos 60 do século passado constitui um dos momentos mais marcantes da história contemporânea portuguesa. A partir de memórias autobiográficas de pessoas que partiram clandestinamente para Paris e posteriormente regressaram à sua aldeia natal, este texto aborda as motivações para a emigração, as vivências migratórias, o retorno e as consequências da migração quer em termos pessoais, quer em termos coletivos. As pessoas que entrevistei para realizar este trabalho nasceram na mesma aldeia e a sua vida foi marcada por um acontecimento comum – o *salto* –, embora vivido em momentos e circunstâncias diferentes. As suas memórias cruzam-se ao falarem da aldeia, antes e depois do *salto*, entre a ditadura e a revolução.

Palavras-chave: emigração clandestina; memórias autobiográficas; ditadura; o *salto*; camponeses.

Nós ouvimos os passadores a dizer que estava difícil a travessia, pois no dia atrás tinha sido morto um, mas nós lá fomos, fomos atravessando as charnecas, saltávamos os muros de pedra [...] Saltei talvez uns quatrocentos muros, não sei quantos foram ao certo, foram muitos saltos... (Ti Manel)

O SALTO

Christian de Chalonge, numa entrevista¹ realizada quase meio século depois da estreia do filme *O Salto* (*Le Saut*) nas salas de cinema francesas, em 1967, refere

¹ Entrevista realizada por Inês Espírito Santo (2015) no âmbito de uma parceria entre a associação Mémoire Vive/Memória Viva (Paris) e o Observatório da Emigração. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=xlXN45E8lQA&feature=em-uploademail>.

que a ideia para o argumento surgiu a partir das histórias que ouvia sobre a difícil e perigosa travessia dos portugueses que na época emigravam clandestinamente para França para fugir de um país flagelado pela ditadura, pela pobreza e pela guerra. Christian de Chalonge pensou em intitular o filme “Le voyage du silence” (A viagem do silêncio) “porque correspondia bem a toda a situação vivida”, marcada por uma profunda solidão, mas optou por chamar-lhe *O Salto* porque, segundo o realizador, “os portugueses preferiam essa designação”.

As migrações constituem uma constante na história de Portugal, mas os destinos e percursos predominantes foram mudando de época para época. A emigração tem sido considerada por diversos autores uma característica estrutural da sociedade portuguesa (cf. Arroteia, 1983; Garcia, 2000; Godinho, 1978; Pereira, 2014) e recentemente voltou a ter novo protagonismo devido à acentuação dos fluxos de emigração na sequência da crise económica mundial e das medidas de austeridade aplicadas em Portugal (e.g., Peixoto *et al.*, 2016).

No início do século XX a América do Sul, principalmente o Brasil, foi o destino preferencial dos emigrantes portugueses, mas em finais dos anos 50 a Europa passou a constituir o destino primordial. Estima-se que desde o início dos anos 60 até ao 25 de Abril de 1974 cerca de um milhão e meio de portugueses tenham emigrado para diversos países europeus, sendo a França o destino predominante (Baganha, 1994; Gonçalves, 1996). Nessa altura, muitos portugueses partiram clandestinamente – *a salto* –, correndo grandes riscos pessoais (Portela & Nobre, 2001; Vieira, 2017).

Este é, sem dúvida, um período que marcou profundamente a realidade quotidiana de muitas famílias portuguesas e sobre o qual ainda podemos contar com as memórias vivas daqueles que partiram no início dos anos 60, cheios de incertezas quanto ao seu futuro.

Com o objetivo de contribuir para romper o manto de silêncio sobre a emigração clandestina dos portugueses durante os anos 60 do século passado, José Vieira oferece-nos um retrato dessa complexa realidade no documentário *A fotografia rasgada* (2002). Nas palavras do realizador, entrevistado por Carlos Eduardo Viana (2014, p. 14):

a emigração clandestina para o norte da Europa nos anos 60, é o maior êxodo e o mais brutal que Portugal alguma vez conheceu ao longo da sua história. “O salto” que despejou aldeias inteiras em certas regiões de Portugal é, antes de mais, uma rutura na história que Salazar pretendia escrever com a espada numa mão e a charrua na outra. É um acontecimento político sem precedentes, “um plebiscito pelos pés” contra o regime.

Neste trabalho abordo a emigração portuguesa para França durante os anos 60 a partir de memórias autobiográficas de pessoas que partiram clandestinamente para Paris e posteriormente regressaram à sua aldeia natal. As entrevistas foram realizadas no âmbito de um projeto de história oral comunitária por ocasião das celebrações dos 40 anos da freguesia da Bajouca, numa altura em que se temia que esta fosse abrangida pela reorganização administrativa territorial autárquica (Lei n.º 22/2012).

Uma nota prévia: as pessoas que entrevistei não foram escolhidas por critérios de representatividade ou de diversidade. São pessoas que me são muito próximas: nasceram na mesma aldeia e a nossa vida foi marcada por um acontecimento comum – o *salto* –, embora vivido em momentos e circunstâncias muito diferentes. As “memórias vivas” desta travessia ilustram os dilemas, as angústias e as alegrias que essa experiência proporcionou.

Para este trabalho foram selecionados excertos das entrevistas realizadas a três ex-emigrantes bajouquenses, que foram dos primeiros a partir clandestinamente para a França, no início dos anos 60. Com estas entrevistas não pretendi de maneira alguma efetuar uma descrição exaustiva da emigração na Bajouca, mas apenas ilustrar um dos períodos mais significativos através das memórias autobiográficas dos entrevistados.

As entrevistas² seguiram um guião muito simples, estruturado a partir de três eixos principais: as memórias da juventude, como era a vida na aldeia antes da partida; as motivações para a partida e as vivências da emigração; o regresso à aldeia e as consequências da emigração. Creio que os excertos escolhidos não são apenas ilustrativos da experiência pessoal de cada um dos entrevistados, mas constituem elementos importantes para a compreensão das vivências de uma geração que lutou para sair da pobreza extrema, numa “aldeia sem luz” e sem oportunidades.

ANTES DO SALTO. A VIDA NA ALDEIA SEM LUZ

Os entrevistados recordam a Bajouca da sua infância e juventude como uma aldeia onde a vida era muito dura e os jovens tinham poucas ou nenhuma oportunidade de aprender profissões e melhorar a sua qualidade de vida.

² As entrevistas foram realizadas na Bajouca, em casa dos entrevistados, entre dezembro de 2011 e março de 2012, no âmbito das comemorações dos 40 anos da Freguesia da Bajouca, fundada a 17 de dezembro de 1971. Os entrevistados tinham idades compreendidas entre os 74 e os 85 anos. Os excertos das entrevistas são identificados, com o consentimento dos entrevistados, a partir dos nomes pelos quais são conhecidos na aldeia. Os cortes no discurso foram sinalizados com parêntesis retos.

O seu dia a dia era de intenso trabalho, ajudando os pais na lavoura e indo à jorna para garantir algum rendimento à família.

Assistência médica, estradas e eletricidade não havia, e “contavam-se pelos dedos das mãos” as pessoas que tinham rádio a pilhas, que na altura era quase a única fonte de informação sobre o que se passava no mundo. Os homens juntavam-se nas tabernas para ouvir rádio, mas para as mulheres as oportunidades de convívio e de formação eram ainda mais escassas: muitas não tiveram sequer a oportunidade de ir à escola, aprender a ler e a escrever.

No inverno a aldeia ficava praticamente isolada, pois os caminhos lamacentos e cheios de poças de água não permitiam a passagem de carros. As pessoas iam a pé a Monte Redondo para ir à missa e às celebrações religiosas; iam descalças, com tochas para alumiar o caminho durante a noite. Embora os entrevistados refiram estas dificuldades, todos recordam aquela época com saudade, dizendo que naquela altura “a juventude era mais alegre” do que é agora.

O Ti Manel foi para a escola aos “oito anos porque só nessa altura começou a ser obrigatório ir à escola”³. Gostaria de ter tido a oportunidade de fazer a 4.ª classe, mas teve de abandonar a escola depois de fazer o exame da 3.ª classe, como tantos outros da sua geração, para trabalhar a tempo inteiro:

O meu pai era oleiro, eu tinha que calcar o barro para fazer os púcaros. Era eu que tinha que fazer os púcaros porque ele não podia. O meu pai ficou entravado, não podia fazer nada [...]. Nós fazíamos púcaros para a resina, depois vieram os púcaros de plástico e passou a haver menos interesse pela olaria; começámos a fazer outro tipo de louça, mas o meu pai pouco tempo se dedicou a isso porque já não podia; quando ele podia não o fez, andou a trabalhar por conta dos outros, à jorna, e nós também tínhamos de semear o milho, batatas e tudo o que era preciso para a família. Nós depois tínhamos que amanhar, regar, tirar a água à picota; era preciso fazer muita força. Entretanto eu também passei muito tempo a fazer carretos e outros fretes, a acarretar louça para os outros, para ir vender a Pombal, Leiria, Fátima, Albergaria dos Doze, com um carro de bois a puxar aquilo. Nós conduzíamos o gado. Naquele tempo poucas estradas havia. Havia a estrada Leiria-Figueira e Leiria-Coimbra, pouco mais estradas havia. Aqui na Bajouca o primeiro aterro que fizeram foi em 1946, e mesmo assim só chegava até à Carrasca. Depois o resto foi feito aos bocados. (Ti Manel)

³ Apesar desta suposta obrigatoriedade, muitas famílias optaram por não enviar as crianças para a escola, sobretudo no caso das meninas. A análise das assimetrias de género nas experiências migratórias será objeto de um outro trabalho.

O Ti Tiago, que também frequentou a escola até à 3.^a classe, tem algumas recordações semelhantes da sua infância e juventude:

Quando saí da escola, comecei a guardar algumas ovelhas do meu pai. Também comecei a trabalhar na tenda e a levar a louça, junto com um dos meus irmãos, às feiras e mercados, com o carro de bois. Participava também nos trabalhos do campo, sobretudo nas sachas e nas arrendas do milho, gostava da boa ambiência que havia nesses trabalhos. Também gostava das descamisadas, que na época eram bastantes alegres, cantava-se. E algumas vezes, no fim das descamisadas, os rapazes e as raparigas organizavam uma brincadeira de roda. Na altura o milho era todo descamisado nos serões no fim da ceia. Também gostava muito dos serões dos noivos e foi nas descamisadas e nos serões dos noivos que passei a minha melhor mocidade. (Ti Tiago)

Sobre os passatempos de juventude, as respostas dos entrevistados são também muito semelhantes:

Na mocidade lembro-me que nós nos divertíamos muito nas danças folclóricas, cantava-se nos ranchos da sacha do milho; foi esta a minha mocidade. Nós nesse tempo não tínhamos estradas, tínhamos muita lama no inverno, íamos muitas vezes a Monte Redondo às celebrações religiosas, muitas vezes acabávamo-nos nas poças, e hoje há caminhos para todo o lado e ninguém faz ideia da falta de estradas que havia nessa altura, não havia condições para as fazer, não havia máquinas [...]. Nos Andrezes as pessoas encontravam-se na taberna do Diogo, sobretudo no tempo das descamisadas, serões, e no fim havia bailarico, cantavam. Quando havia descamisada, ouvia-se cantar e as pessoas iam lá ter, juntavam-se nas eiras para ajudar. Às vezes havia uma bucha. (Ti Manel)

Os entrevistados recordam algumas das tradições que desapareceram da vida da aldeia:

Nas festas de São João e São Pedro havia fogueiras. Toda a gente saltava as fogueiras, apanhava rosmarinho e carqueja, toda a gente ia buscar, quase todas as casas faziam uma fogueira. Quem tinha uma fogueira maior juntavam-se lá para irem todos juntos saltar, não era só a família, pessoas de diferentes lugares conviviam umas com as outras. (Ti Manel)

Pedir para as almas nos domingos de quaresma era feito à tarde, noite do domingo, e fazia-se serão. Essa tradição voltou a aparecer agora, mas feita por homens, já não são rapazes novos, já não é como era. Na altura era feito por rapazes, hoje já não há rapazes a fazer isso. Eu organizei durante sete anos, tenho os documentos todos. Eu escrevia em cada linha e entre as linhas, com letra fina porque não havia papel. Tudo o que desse para escrever aproveitava-se. [...] Nós íamos a Monte Redondo na altura do Entrudo, às vezes duas vezes por dia, ida e volta, quatro vezes num só dia: domingo, segunda e terça, e ainda voltávamos na Quarta-Feira de Cinzas. Era a expiação das 40 horas. Saía-se de noite, pelo caminho rezava-se, rezava-se, estava o santíssimo exposto, estava a igreja repleta de gente, íamos em grupos, uma ou duas famílias, ia-se de noite para lá, por caminhos de lama, descalços. [...] Havia quem levasse archotes a arder para alumiar o caminho, e uma pessoa punha uma faixa branca na roupa para não nos perdermos uns dos outros, não havia luz. Hoje está tudo alterado, naquele tempo toda a gente ia à igreja, à missa, vestia-se de lavado nos santos religiosos. Hoje ninguém faz isso. (Ti Manel)

Apesar das grandes dificuldades que viviam, os entrevistados manifestam saudades daquele tempo:

Naquele tempo era uma alegria, toda a gente cantava, toda a gente trabalhava, toda a gente ria. E agora, não sei, parece que o tempo é outro [...]. Havia muitas dificuldades, mas a gente estava habituada, e agora a mocidade de hoje tem carros, tem motas, tem tudo e não são felizes, querem sempre mais alguma coisa... (Ti Silvino)

AS MOTIVAÇÕES PARA O SALTO E AS VIVÊNCIAS NA CIDADE DAS LUZES

As motivações para a emigração foram idênticas entre os entrevistados, destacando-se sobretudo a vontade de melhorar as condições de vida e de realizar os seus sonhos:

Na Bajouca, naquele tempo, os nossos pais tinham um rancho de filhos e era complicado. Às vezes começo a pensar como é que os nossos pais conseguiram dar a volta e criar aquele rancho de filhos, naquele tempo nem havia uma reforma, não havia nada e, no entanto, tudo se criou [...]. Havia muita miséria e nós tínhamos que ir procurar trabalho noutros lados; eu fui trabalhar para a Beira Baixa, depois fui dar servidão para Lisboa, mas ganhava-se quase nada. (Ti Silvino)

O que me levou a emigrar é que nós vendíamos louça em Ourém e comecei a ver aqueles tipos com casacos de golas peludas, que era uma novidade naquele tempo, e depois num dia – embora naquela altura a louça ainda se vendesse bem, havia sempre pessoas que regateavam por 5 tostões –, e um dia, estava lá uma mulher acompanhada pelo homem, com um casaco bom, e eu disse: “eu tenho é que fazer como vocês, deixar isto e ir para a França”; e ela disse: “olhe, se calhar fazia melhor do que estar aqui”. E também ter alguma perspectiva, pois eu aqui não tinha grande futuro, eu não sabia fazer louça, eram os meus irmãos que faziam [...] o meu pai só me autorizava a aprender depois da ceia, à noite e no inverno, porque no verão andava-se a sachar até à noite. À noite chegava cansado, ora andava à jorna de manhã, das seis ao meio-dia, e à tarde, das quatro até as ave-marias tocarem, já nem se via a erva do milho, e depois de inverno era a única hipótese que nós tínhamos de aprender, mas não apetecia tanto porque a água era muito fria, o barro também. Então não tinha grande futuro, e a gente sempre tinha sonhos, foi isso que me levou a emigrar. (Ti Tiago)

As memórias da travessia e as vivências como emigrantes em França têm alguns aspetos em comum entre os três entrevistados, nomeadamente a partida *a salto*. O Ti Silvino foi um dos primeiros a partir, em 1961:

Fui para França com 28 anos, ganhei esta ideia de ir para França, e o meu pai dizia-me assim: “tens aqui tanto que fazer e tanto que comer”, não queria que eu fosse. E eu disse: “eu vou e preciso da sua ajuda, preciso de 16 contos”. E ele vai assim: “não te os arranjo”; e eu disse assim: “não preciso do seu dinheiro, preciso que você me vá fiar, eu tenho quem mos arranje”. Ele disse: “tu estás a brincar?”; e eu respondi: “não, estou a falar a sério”. E ele respondeu-me: “vai dormir e depois amanhã falamos”. No outro dia ele disse: “se queres os 16 contos, estão à tua ordem, já casei mais um filho”. E eu disse: “eu não quero isso assim, eu vou para França com os 16 contos, se eu tiver sorte eu torno-lhe esse dinheiro e ainda mais, se não tiver sorte espero bem que um dia que eu lhe bata à porta me abra a porta” [...]. E pronto, lá fui, com muitas dificuldades [...]. Depois eu mandei para cá 60 contos, naquele tempo era muito dinheiro. O meu pai ficou todo contente. (Ti Silvino)

Na bagagem levei um fato novo e umas botas novas, nós íamos como se fôssemos de passeio, para disfarçar. Penso que a ida foi à volta de oito dias, fomos de carro ligeiro, fomos de comboio, fomos de carreira... Chegámos a dormir em cemitérios... Em Espanha separaram-nos e depois as espanholas diziam “és português”;

e nós não dizíamos nada, com medo, e depois quando chegámos a França não conhecíamos ninguém. (Ti Silvino)

O Ti Tiago partiu em janeiro de 1962, com 23 anos, e ficou a trabalhar em França 19 anos:

O meu pai concordou porque eu na altura já era herdado da minha mãe, que tinha falecido, e recebido um pinhal. O meu pai emprestou-me dinheiro com a condição de que, se eu não lhe desse o dinheiro ficava ele com esse pinhal, era o meu fiador. [...] O passador era conhecido por Trigo, e ao chegar à fronteira eu levava algum dinheiro comigo e ele disse: “não podem levar dinheiro nenhum”, e eu entreguei-lhe o dinheiro, os 16 contos entreguei-lhe uns dois dias antes de ir; o dinheiro todo, senão não ia. Até ao rio Minho fomos de carrinha, depois, antes de atravessar o rio Minho fomos a pé, depois fomos por Ourense, Barcelona, mais não sei quantas terras; andámos 36 horas seguidas de comboio em Espanha. O fim da minha viagem foi Chennevières, ao lado de Champigny, onde era o bordel dos portugueses. Chegados a França, havia outra rede de interesses, que era depois tínhamos que ir à polícia para pedir autorização para três meses. [...] Fiz um contrato de seis meses e fiquei lá oito ou nove meses. Não foi ele que me pôs a andar, fui eu... Eu chegava a casa todo sujo, por causa dos canos dos esgotos, andávamos a fazer o saneamento básico em Samara, na região de Paris. (Ti Tiago)

O Ti Manel partiu em 1963. Dos três entrevistados, foi o primeiro a regressar. Recorda em pormenor as dificuldades da travessia:

Fui clandestino, em 63. Eu depois de casado fui trabalhar para Lisboa, depois alguém me perguntou se eu queria ir para França e eu disse que sim. Não tardou muito tinha aqui um aviso a indicar o sítio onde eu devia estar um dia ou dois depois desse recado, indicava também os caminhos que eu devia seguir, e lá fui eu [...]. Fui sozinho, e depois nesse local estavam pessoas das redondezas, mas não foi nada fácil. Fomos em dois carros. Abalámos daqui para Vilar Formoso, em cada terra em que parámos íamos passando de carro para carro com passadores diferentes; fomos ficando em casas, isto é, em palheiros, por cima dos currais de bois, e nessa altura já éramos uns 14 ou 15. Nós ouvimos os passadores a dizer que estava difícil a travessia, pois no dia atrás tinha sido morto um, mas nós lá fomos, fomos atravessando as charnecas, saltávamos os muros de pedra [...] saltei talvez uns quatrocentos muros, não sei quantos foram ao certo, foram muitos saltos... Penso que a viagem levou uns 11 dias, íamos comendo aquilo que nos davam...

Quando foi o último arranque, já éramos muitos, de outras regiões, puseram-nos todos dentro de um camião grande e nós entrámos todos lá para dentro encurralados. Nessa viagem maior em que atravessámos a França, até Paris, havia lá um pote onde fazíamos as necessidades; eu tive sorte que fiquei num canto e não me apertaram muito, os outros estavam muito apertados nem se podiam mexer. (Ti Manel)

As dificuldades não terminaram com a chegada à chamada “cidade das luzes”. A procura de habitação e de trabalho foi vivida com angústia e ansiedade:

Quando chegámos ao destino, vi umas barracas e ouvi logo falar português dentro das barracas. Pensei, pronto, já chegámos. Ficámos quatro ou cinco ali e disseram-nos: “vão bater ali aquela porta”. Os outros não queriam bater na porta, eu fui bater e disse: “nós chegámos agora, viemos a salto para ficar na França, queremos ficar em qualquer lado para trabalhar”, e disseram: “agora não é fácil”. Então fomos até um café para perguntar onde era, mas eles também não sabiam muito bem. Os passadores tinham-nos tirado todas as coisas, pois não queriam que a gente levasse direções. Depois foi uma mulher que nos explicou o caminho, fomos bater à porta e era o Silvino, mais outros dois. Ficámos lá aquela noite, mas no outro dia foram-nos levar para outro lado qualquer, próximo de Champigny. Lá ficámos muito apertados numa barraca, e o dono das barracas indicou-nos um sítio com entulho onde havia muita madeira e tábuas de todos os tamanhos, para fazermos uma barraca, e lá ficámos muito tempo ainda, fazia frio que rachava, e nós tínhamos só um buraco na barraca para podermos respirar, não podia ser um buraco grande senão tínhamos ainda mais frio. Depois de algum tempo mudei para uma barraca melhor, que era do Zé. Trabalhei como terraceiro, a fazer trincheiras à mão, outras vezes eram as máquinas, fazer poços em terrenos que estavam minados. (Ti Manuel)

A vida em França foi cheia de dificuldades, sobretudo nos primeiros tempos:

O problema é que na altura nós não estávamos legais, não tinha passaporte, tinha de renovar todos meses a *carte de séjour*, de modo que tínhamos sempre medo, eu levava sempre um português mais eu para traduzir, e o polícia disse-me “se você não disser quem foi o passador volta já para a sua terra”, “a minha terra eu nunca esqueço, o passador nem que você me corte às postas eu não sei quem é” disse eu, e depois o polícia chateado deu-me uns abanões, eu pus um pé à frente e outro atrás e ele disse, “você tem força” e deu-me *séjour* mais um mês, e por lá andei

12 anos... Pouco a pouco comecei a aprender Francês, nunca cheguei a aprender grande coisa... mas cheguei a fazer equipa com franceses, a fazer poços, a trinta metros de profundidade, eram trabalhos muito duros e perigosos. (Ti Silvino)

Vivi nas barracas da Mariana, ela tinha a casa dela e tinha feito umas barracas em volta. Ela tinha um quintalzinho onde havia umas couves. Mas aquilo não era como Champigny, que era terra batida e no inverno era uma desgraça, tudo cheio de lama; ali não, estava cimentada a estrada, quatro ou cinco barracas, muito apertadinhas, tínhamos um passeio até à retrete, muito simples... Depois, a partir de 65, habitámos em contentores, aquilo era muito bom em relação às barracas, embora fosse madeira não era tão frio, tínhamos umas camas por cima de outras (beliches) e a um canto a cozinha [...]. Antes podia haver muitas barracas sem nenhuma retrete. Mais tarde passou a ser obrigatório com mais de três barracas haver uma retrete, mas na altura que eu fui ainda não era. Para tomar banho a gente tinha um *bidon*, mas se a gente quisesse podia tomar duche no centro das instalações provisórias que a empresa tinha. (Ti Tiago)

Os entrevistados destacam a entreaajuda e as redes de solidariedade entre os emigrantes. Os que chegaram primeiro ajudaram os seguintes:

Fui ajudando os outros que chegaram depois, havia passadores na Bajouca que os mandavam para lá sem a gente saber de nada, era um perigo, naquele tempo havia a PIDE e era complicado. Mas depois eu mandei para cá uma carta a mandar dinheiro, tive passaporte e depois pude vir a Portugal, passados quatro anos. (Ti Silvino)

Os passatempos em França não eram muitos, até porque todos queriam trabalhar e poupar o máximo para regressar à aldeia natal:

Ao domingo parávamos e ao sábado também, mas muitas vezes íamos trabalhar ao sábado. Os bajouquenses estavam todos muito dispersos. Eu ia à missa num barracão muito grande, aí juntávamo-nos muitos, mas depois fui para outro lado, onde não havia essa convivência. (Ti Manel)

No princípio era mais difícil, depois fui aprendendo alguma coisa, fiquei nas barracas três ou quatro anos... Trabalhava-se todos os dias, só alguns sábados e ao domingo é que não... ao domingo ia-se à missa dos portugueses, faziam-se as compras, fazia-se comer... Gostei muito foi das festas dos portugueses; nessa altura

era alegria, paródias, copos, tinha que passar o tempo. Não sabia falar Francês, às vezes havia excursões. Estive quatro anos sem vir a Portugal porque estava ilegal e tinha medo de não poder voltar a França, tinha medo de ser apanhado. Tinha saudades e não tinha, é que eu estava lá e tinha de aguentar, havia de tudo [...]. Lá em Paris chegou uma pessoa atrás de mim: “sou polícia da PIDE”. Ele tinha sido meu colega da tropa, disse que foi a maneira de arranjar emprego certo, naquele tempo havia muito polícia da PIDE e todo o cuidado era pouco. (Ti Silvino)

As notícias da aldeia chegavam regularmente via carta, raramente havia acesso a outros meios de comunicação:

Escrevia para a minha patroa e ela escrevia para mim, eu fazia isso todos os domingos, tínhamos um rádio que ouvíamos ao domingo, ouvia rádio ao domingo, aquelas músicas portuguesas [...]. Saudades tem-se sempre, mas como eu escrevia sempre, sabia o que se passava cá, e na nossa sociedade sabia-se mais porque eu dizia o que se passou aqui e os outros diziam o que sabiam, de modo que nós praticamente estávamos sempre a par de tudo. [...] Claro, algumas notícias chegavam tarde de mais, quando recebi a notícia da morte do meu pai já tinha sido o enterro. (Ti Manel)

O REGRESSO À ALDEIA E AS CONSEQUÊNCIAS DA EMIGRAÇÃO

Os entrevistados são unânimes em considerar que o esforço e os sacrifícios valeram a pena, uma vez que a sua situação financeira melhorou e puderam construir casa própria ou fazer obras na casa. Regressaram à Bajouca essencialmente para estar com a família, uma vez que em França estavam sozinhos. Entretanto tinham acontecido grandes mudanças, nomeadamente o facto de a Bajouca ter passado a ser freguesia e a construção da igreja. A construção das estradas foi também marcante, mas a principal mudança em termos de infraestruturas foi a chegada da eletricidade.

Na minha juventude havia um telefone no Zé Rato, mas não era viável, rádio havia só nas casas de comércio. O cinema começou a haver em Monte Redondo, na Feira dos 29, a primeira sessão. Em Monte Redondo a eletricidade veio muito mais cedo, havia lá uns cabecilhas ricos que a puxaram para lá, mas nós, aqui na Bajouca, ficámos às escuras... Um dia avisaram do altar abaixo que ia haver cinema, nessa altura não havia prospetos nem nada, e muita gente ficou de boca aberta a olhar para aquilo, não entendiam como aquilo podia acontecer [...].

A eletricidade veio quando eu estava em França. Isto aqui foi tudo revolucionado, depois veio a televisão, quando voltei tinha a eletricidade cá em casa, estava tudo diferente. (Ti Manel)

Eu já andava um bocado farto daquilo, a empresa foi à falência e despediram a gente toda, passaram-me a carta de despedimento coletivo [...]. Eu regressiei em 81. Não notei grandes diferenças na Bajouca, eu vinha cá ano a ano... Depois de eu cá estar é que foram as grandes diferenças... a construção da igreja, a construção da junta de freguesia, a nova ponte na Marinha do Engenho... ao fim de eu aqui estar é que se deram grandes diferenças; foi em tudo, na igreja, no amanho das terras... Depois é que isto levou uma grande revolução, naquele tempo as terras para amanho valiam um dinheirão, dava-se muito dinheiro pelas terras, depois em 90 as terras começaram a perder valor. (Ti Tiago)

Segundo os entrevistados, a emigração teve boas consequências não só para os próprios, mas para a população da aldeia em geral devido à melhoria das condições de vida que as remessas proporcionaram: “começaram-se a fazer melhores casas, começou tudo a ser melhor, passou-se a pagar-se melhor. Antes [...] pagavam uma bagatela de nada” (Ti Manel). Do ponto de vista pessoal, foi também a oportunidade de conhecerem novas terras e lugares onde nunca poderiam ter ido se não tivessem sido emigrantes. E, sobretudo, sentem-se realizados por terem conseguido superar as dificuldades e ajudar a família.

Fui emigrante e tenho muito orgulho nisso. Gostei de ir e de conhecer terras, e como eu trabalhava com franceses aprendi bem o francês... À outra ia à missa todos os domingos e ao responder à missa ia treinando, com os argelinos falava francês, com marroquinos falava francês, e a televisão ajudava muito. E gostava muito de ver o noticiário e os documentários, à sexta-feira à noite havia teatro, eram histórias com suspense que um gajo ficava agarrado à televisão a ver aquilo; e ouvia rádio todos os dias, era a minha companhia. (Ti Tiago)

A Bajouca mudou muito, isto aqui era complicado naquele tempo. Naquela altura, todos passavam dificuldades, até os passadores passavam fome... Em França, o V. um dia chegou ao pé de mim no mercado todo branco, “tenho fome”, dei-lhe almoço. Depois já cantava uma cantiga: “Há três dias que ando à procura de uma casa que eu possa habitar, nem que seja forrada de lata, uma renda barata que eu possa pagar”. Ele era um grande poeta... Naquele tempo era complicado e agora também, o país está de rastos e nunca mais tem concerto... (Ti Silvino)

Este último excerto ilustra os paralelismos que são traçados pelos entrevistados entre as dificuldades vividas no “tempo do antigamente” e as de agora (a este propósito, ver por exemplo, Pereira, 2017).

Este trabalho não teve como objetivo efetuar uma análise sistemática das memórias e narrativas identitárias dos emigrantes entrevistados, mas apenas ilustrar o contributo das entrevistas autobiográficas na construção da história de uma comunidade desfavorecida, em que a maioria dos habitantes era, na época, analfabeta ou com reduzidíssima escolaridade, tal como acontecia em muitas outras aldeias portuguesas, com todos os condicionalismos que tal acarreta no grau de liberdade das trajetórias individuais.

REFERÊNCIAS

- Arroteia, J. (1983). *A emigração portuguesa. Suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Assembleia da República (2012) Lei n.º 22/2012. *Diário da República*, 1.ª série – n.º 105 – 30 de maio de 2012, 2826-2836.
- Baganha, M. I. (1994). A correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, XXIX(124), 959-980.
- Chalonge, C. de (Realizador) (1967). *O salto* [Filme]. França: Fildebroc.
- Espírito Santo, I. (2015). Entrevista a Christian de Chalonge. Mémoire Vive/Memória Viva (Paris) e *Observatório da Emigração*. Retirado de <https://www.youtube.com/watch?v=xlXN45E8lQA&feature=em-uploademail>.
- Garcia, J. L. (Ed.) (2000). *Portugal migrante. Emigrantes e imigrados. Dois estudos introdutórios*. Oeiras: Celta.
- Godinho, V. M. (1978). L’émigration portugaise (XV-XX siècles). Une constante structurelle et les réponses aux changements du monde. *Revista de História Económica e Social*, 1, 5-32.
- Gonçalves, A. (1996). *Imagens e clivagens: os residentes face aos emigrantes*. Porto: Afrontamento.
- Peixoto, J., Oliveira, I. T., Azevedo, J., Marques, J. C., Góis, P., Malheiros, J., & Madeira, P. M. (Eds.) (2016). *Retorno ao futuro. A nova emigração e a sociedade portuguesa*. Lisboa: Gradiva.
- Pereira, A. C. (2017, 4 de março). A (re)construção da figura do emigrante. *Público*. Retirado de <https://www.publico.pt/2017/03/04/sociedade/noticia/a-re-construcao-da-figura-do-emigrante-1763881>.
- Pereira, V. (2014). *A ditadura de Salazar e a emigração. O Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores.

- Portela, J., & Nobre, S. (2001). Entre Pinela e Paris: emigração e regressos. *Análise Social*, XXXVI(161), 1105-1146.
- Viana, C. E. (2014). Entrevista a José Vieira (pp.13-17). *Emigração para França. Filmes do homem. Festival de documentário de Melgaço*. Melgaço: MDOC.
- Vieira, J. (Realizador) (2002). *La Photo déchirée. Chronique d'une émigration clandestine / A fotografia rasgada* [Filme]. França: Telessonne/RTP/RTBF.
- Vieira, M.-I. (2017) A passagem das fronteiras e os seus intervenientes na prosa dos autores portugueses durante o Estado Novo. *InterDISCIPLINARY Journal of Portuguese Diaspora Studies*, 6, 39-53.

CONHECER A INTERVENÇÃO HUMANA NO TERRITÓRIO E EXECUTAR UM FUTURO. CONSULTORIA HISTÓRICA DA PAISAGEM COMO FERRAMENTA OPERATIVA

Cristina Joanaz de Melo

Resumo: Temática e metodologicamente, este trabalho propõe novos desafios à discussão ambiental: o tema da intervenção positiva do fator antrópico na natureza. Sem anular teses sobre predação ambiental, calibra-se essa visão com a análise de uma realidade omissa noutros estudos: a gestão equilibrada e a compensação ecológica de recursos naturais executadas pelo agente humano. No Portugal minhoto, em conjuntura de arranque industrial de Oitocentos, o ser humano foi capaz de explorar recursos naturais em ecossistemas agro-silvo-pastoris, sem destruir sistemas de suporte de vida. *A destruição antrópica* não é assim uniforme no espaço e no tempo, demonstrando a análise histórica da paisagem processos de viabilidade no resgate ecológico para o futuro.

Palavras-chave: ambiente; paisagem; território; *trust building*.

INTRODUÇÃO

Sabemos que o planeta se encontra ambientalmente em risco. Em 2017 e 2018, Portugal viveu o horror dos fogos florestais atingindo o paroxismo da catástrofe. Ora, sobre o século XIX, não há notícias de flagelos desta dimensão e o agente humano também vivia no território português. Porquê agora?

A explicação é aparentemente óbvia: o fator humano foi e é responsável por esta transformação, pois alterou os ecossistemas. O impacto exercido na Natureza é o de destruição. Todavia, a realidade é bem mais complexa. Não foram todas as pessoas do mundo que contribuíram sincronizada e intencionalmente para a destruição massiva do planeta, ademais com o objetivo fundamental e consciente de eliminar a sua existência.

Pelo contrário, situações houve em que o mesmo fator antrópico pretendeu promover a humanidade, ou seja, o planeta no seu todo, com os seres que nela habitam, através do melhor que se podia proporcionar também no estágio de conhecimento disponível. Por exemplo, o conhecimento acerca da naturalização de espécies florestais no século XIX na Europa não anteviu os efeitos, a longo prazo, predatórios dos ecossistemas que as recebiam.

Atendendo a estas *nuances*, será prudente matizar interpretações meramente acusativas sobre o passado. Importa tentar obter algum equilíbrio de análise e apreciar tanto as motivações como a operacionalização das ações, no seu devido contexto, espaço, tempo e cultura. Dito isto, sou filha do meu tempo. Inscrevo-me claramente numa tendência interpretativa: a de conhecer a gestão territorial do passado para pensar soluções de planeamento no futuro, na perspetiva do humanismo ambiental e da ecologia integral.

O cadinho de reflexão ambiental destas propostas, desenvolvidas já no terceiro milénio, resulta da fusão de leituras de textos como *Sustainable Development in Practice*, de Mohan Monasinghe (2009), *Laudato si*, do Papa Francisco (2015), que lança o conceito de ecologia integral, documentos das comissões das Nações Unidas sobre os *Objetivos para o Milénio* (2011), o seguinte relatório sobre os objetivos para o Milénio que lançaram a Agenda 2030 das Nações Unidas (2015) e ainda coletâneas de artigos científicos, por exemplo *Ecology and the Common Good: Great Issues of Environment* (2014), que apresentam alternativas a uma visão homogénea de uma espécie de determinismo de condenação do planeta e procuram perceber, nas falhas ou assimetrias de dados disponíveis, o vislumbre de caminhos de viabilização para a ecologia.

No seu conjunto, estes textos são profundamente inovadores na narrativa e na atitude relativamente ao fator antrópico, ao qual, sem deixar de o responsabilizar pelas ações devidas na degradação do planeta, conferem também o papel determinante na recuperação ecológica e ambiental do mesmo.

Assim, mais do que concluir que houve *destruição* ao longo de Oitocentos na propriedade rural portuguesa, interessa-me conhecer as motivações e a viabilização de sonhos de desenvolvimento de então e como foi possível, se o foi, ultrapassar catástrofes e devastação.

Para esse efeito, pretendo compreender com *fundamentum in res e in sito* na cronologia devida – ou seja, identificando o contexto histórico adequado – como era a paisagem de uma área num determinado período: se sofreu modificações, e de que tipo, e qual o impacto dos agentes humano e natural nessas transformações; e, por último, avaliar que consequências ambientais e humanas

advieram dessa ação para as respetivas geografias. Tentarei evitar a perspetiva de análise a partir de conhecimento *post-factum* verificado séculos mais tarde, sem à partida adjetivar os resultados como bons ou maus.

Considerando o exposto, detenho-me sobre a modelação da paisagem em meio rural na região vimaranense na província do Minho, no século XIX, com o intuito de, posteriormente, avaliar se esta análise pode ou não contribuir para planeamento futuro de recursos naturais, nomeadamente de árvores e de floresta, a partir de exemplos de gestão do passado num território densamente povoado e intensamente explorado.

Coloco a hipótese de que a necessidade de sobrevivência obrigava à sustentabilidade; os habitantes conheciam secularmente o território e tinham de garantir a sua sobrevivência, pois não disporiam do luxo de a destruir. Sem território racionalmente controlado, não haveria futuro. Havia que investir e proteger o meio para sobreviver. Para além disso, as condições naturais seriam determinantes neste processo.

Para expor esta proposta, o artigo organiza-se deste modo: a presente introdução, que enuncia o cadinho fundante do agente humano como essencial à viabilização ambiental no processo histórico de fruição e interação da natureza na recíproca agência de modelação da paisagem; segue-se um apontamento em traços largos sobre a origem e o percurso da narrativa de acusações sobre a destruição do planeta por parte da Humanidade, inaugurada no século XIX e mantida até aos nossos dias; expõe-se o caso de estudo, reforçando a necessidade de a história ambiental atender à importância do contexto histórico, conferindo a devida relevância às dimensões espaço, tempo e cultura da época, no sentido de evitar conclusões anacrónicas; finalmente, apresentam-se as conclusões.

Para além da bibliografia apontada no final do artigo, socorro-me de fontes primárias de cariz variado como cartografia, censos da população, inquéritos à atividade económica, tributação sobre produção, dados estatísticos de produção de concelhos e distritos entre Porto, Braga, Guimarães e Viana do Castelo no século XIX, memórias e cartografia relativas a levantamentos territoriais para o planeamento de estradas distritais.

DE ONDE PARTIMOS?

A noção de destruição da natureza europeia foi enunciada no século XIX, em pleno fervor darwinista sobre a evolução dos paraísos terrestres e a valorização socialista de Engels sobre a Natureza como um mundo a descobrir fora do

plano do criacionismo bíblico (interpretado de forma literal) e da emergência de quadros românticos sobre a floresta, visões que escondiam, como veremos atempadamente, a sua dimensão industrial e económica.

A perspetiva sobre a destruição do próprio território foi espoletada por geógrafos de renome como Von Humboldt e Ritter (geógrafos alemães, anos 1860-1870) e John Perkin Marsh (geógrafo americano que viveu na Europa grande parte da sua vida). Na opinião destes autores, o território europeu, apresentando uma mancha florestal infinitamente menor que a da América do Norte, resultaria de um processo de abate de floresta, que acontecia em pleno século XIX num contexto de produção de carvão vegetal para altos-fornos.

Os dois cientistas europeus, com voz credível nas academias de Viena, Londres e Paris, estavam deslumbrados com a dimensão das florestas da América do Norte. O contraste com a nudez da Europa, caracterizada por um *patchwork* de paisagens domesticadas, era gritante. O espaço *ajardinado* europeu, longe de significar conhecimento secular e profundo da geografia onde residiam, resultara *necessariamente de floresta abatida pelo bicho homem*, esse predador sem regras, como enunciaria Kipling em *The Jungle Book* (1894), na história de *Mogli*.

Face a tal diferença com a Europa civilizada, John Marsh, que se havia mudado da América para a Suíça com a função de delimitar a fronteira entre este país e a Itália (seria firmada em 1874, em Tessino, nos Alpes, necessariamente acima dos 2500 m de altitude onde a floresta seria praticamente inexistente), corrobora e acentua a mesma ideia dos geógrafos alemães: o homem destruiu a floresta.

Esta ideia perdura até aos nossos dias, mesmo depois de elaboradas monografias sobre a arborização da cadeia alpina, efetuada *grosso modo* no século XIX. Esta terá sido possível pelo desenvolvimento da silvicultura e por opções políticas de encontrar meios de contenção dos regimes torrenciais e avalanches; a floresta dos Alpes não foi com certeza plantada a partir do último quartel de Oitocentos para devolver paisagens primordiais – artificiais – de que não se conhecia efetivamente a existência. O paradoxo argumentativo foi tão deslocado na época como em determinados contextos ainda o é hoje, mantendo-se uma certa ficção científica sobre estes temas.

Como comprovam vários autores que analisaram a história deste período, nunca como no século XIX se arborizara tanto e tão fortemente na Saxónia. Rolf Peter Sieferle (1982/2001) demonstrou que a arborização massiva e sistemática da Floresta Negra foi feita para produzir carvão com o objetivo de alimentar os altos-fornos da Prússia, destinados à exploração massiva do ferro e do aço.

Por sua vez, Franz-Josef Brüggemeier (1994) comprovou que no plano do progresso germânico conviviam pacificamente uma região que exaltava a floresta e outra que a consumia, envenenando com metais pesados a bacia do Rhur.

Partilhando a visão de alguns, quando Engels convoca o elogio da natureza como um argumento a considerar no debate sobre a evolução do planeta por oposição ao mundo criado, legitimando assim a apropriação coletiva da natureza, e quando Goethe exalta esse mesmo ADN como essência de germanidade, na minha interpretação algo mordaz, ambos os autores obliteram um elemento interessante: que o coração verde da Alemanha teve origem num processo de unificação política de vários reinos cuja perda de soberania foi conseguida pela via das armas e pelos transportes baseados na indústria do ferro e do aço. Esta foi possível ser desenvolvida na Prússia graças ao plantio massivo de floresta na Floresta Negra para se produzir carvão vegetal, recurso essencial à indústria pesada de transporte e de guerra. Assim, ao nível da imagem-marca de uma nação que genericamente se associa à Alemanha – a natureza –, apontaria a contradição entre uma província que produzia “natureza plantada” e outra que envenenava águas potáveis e lençóis freáticos sem que os defensores da natureza apontassem algum mal. O que parece estranho aos olhos de hoje na altura não chocava. Mas não é contraditório ou intrigante verificar que uma floresta nasce por causa da indústria pesada?

No contexto da formação dos Estados-nação na Europa e na América, no século XIX, a paisagem foi utilizada como mecanismo de diluição de identidades e etnias, reforço de soberania e coesão nacional. A natureza existente ou a (re)criar – em modo de vida selvagem – adquiriu um carácter identitário, um elemento congregador de diferenças em torno do belo, de uma tradição encenada como se tivesse sido forjada na origem dos tempos, numa natureza que se sabia poder desenhar e evoluir. Os parques nacionais e os serviços florestais nacionais públicos nasceram a partir do final do século XIX também neste contexto político (Dogliani, 1998).

Depois da II Guerra Mundial, e mais intensamente nos anos 50 e 60 do século XX, este princípio foi reelaborado – a natureza passou a ser acessível a todos por direito de cidadania em espaços icónicos de identidade nacional, o que talvez tenha gerado uma distorção de oportunidade. Isto é, estas bolsas de natureza-reliquia para todos de alguma forma terão sancionado uma espécie de livre-trânsito no *resto dos territórios*.

A ideia de usar a natureza em nome da liberdade de acesso à mesma em períodos revolucionários e pós-revolucionários poderá ter potenciado, paradoxalmente, a exploração contínua de recursos – com ou sem discriminação

social –, subvertendo toda a ideia de uma ecologia que pretenderia a convivência do evolucionismo e dinamismo normal da natureza com a atividade humana. O esvaziamento da ecologia para todos verificou-se em diversos quadrantes durante o período da Guerra Fria. A tônica foi o desenvolvimento industrial e não a proteção da natureza, nem para o ser humano nem para as restantes entidades do planeta.

Neste contexto, Rachel Carson (1961), fervorosa combatente da indústria química que envenena a fonte de vida, publicou *Silent Spring*, um livro que, nos Estados Unidos da América, abalou fortemente o sector económico. Mas, para além de denunciar o *naturicídio químico*, esta obra recolocou a ecologia como bem universal e garante da vida natural e humana.

Nesta época, a conservação e a proteção da natureza iniciam um diálogo também com o fator humano. Tanto a natureza como o ser humano encontram-se em perigo devido à intervenção da indústria poluente, ou seja, de alguns agentes humanos identificáveis e não de toda a Humanidade.

A partir das décadas de 60 e 70 do século XX, ao debate sobre a contaminação ambiental juntam-se a denúncia sobre a destruição de recursos naturais em larga escala e a necessidade de encontrar um equilíbrio entre desenvolvimento socioeconómico e preservação ambiental. A partir de 1985, o paradigma da *sustentabilidade* ganha força à escala planetária, mas, até aos nossos dias, tem-se revelado insuficiente para mudar comportamentos universais e áreas de destruição massiva como a indústria da guerra. E a tônica discursiva assenta cada vez mais no impacto negativo do ser humano – como um todo – sobre o território.

Este determinismo interpretativo agudizou-se com a grande preocupação ambiental dos nossos dias, expressa na tese do papel negativo da Humanidade na aceleração de alterações climáticas. A degradação do planeta deve-lhe uma categoria epocal: o Antropoceno.

Assim, nas últimas sete, oito décadas a literatura sobre questões ambientais poderia dar o título a um grande romance pessimista – *O grande culpado: o fator antrópico*. Mas agora, conscientes de que estamos mal, que soluções há a apontar? Ficamos na expectativa do fim dos tempos? Chegados aqui, ao fim do mundo anunciado, verifica-se a emergência de outro tipo de abordagens, já no século XXI. Algo de novo brota na reflexão ambiental do terceiro milénio.

Há que encontrar soluções para viabilizar a vida como a conhecemos, e o agente para as pôr em prática é o fator antrópico. Esta ideia deriva, na minha interpretação, de um alargamento da noção de sustentabilidade sócio-económico-ambiental a uma sustentabilidade humanista e espiritual, ambas

indissociáveis, e de alguma forma sintetizadas na ecologia integral (na perspectiva cristã) e nos documentos da ONU relativos à justiça ambiental.

NOVOS RUMOS: VIABILIZAR A VIDA, PENSAR O AMBIENTE DO FUTURO

Contrariando o discurso da impossibilidade de vida na Terra, as novas abordagens do milénio identificam problemas e convocam a população mundial à ação participativa planetária para os resolver. A responsabilização singular e coletiva neste projeto sonha pela positiva. De alguma forma, em vez de demonstrar ou reiterar até à exaustão aquilo que *já se sabe*, que o *planeta/biotas/ecossistemas se encontram danificados*, o ponto de partida é outro: refletir e pôr em prática soluções ou caminhos para reverter aquelas tendências. Porque sabemos o que está e como está mal, devemos agir de outra forma em nome do bem comum.

Reconhecendo as dificuldades, identificando problemas e denunciando a sua origem, estas abordagens apontam um caminho de possibilidade para o planeta. Autores como Mohan Munasinghe, o Papa Francisco e os delegados das Nações Unidas que conceberam *The Goals for the Millenium* (2011), a Agenda 2030 das Nações Unidas, para além de identificarem os problemas, já enunciam que, executando um programa humanista-ambiental, será possível inflitir o rumo de degradação sistemática e operar a sustentabilidade humana no meio natural. Justiça ambiental e ecologia integral surgem como proposta que vai talvez além da sustentabilidade.

No campo social e político, apontam-se formas de alargar a componente de cidadania participativa. Munasinghe, em *Sustainable Development in Practice*, avanta caminhos nesta direção, pensando em níveis de atuação macro, médio e micro. Atribui um voto de confiança ao agente singular, o qual, pelo modo de vida ambientalmente coerente, influencia outros em efeito-dominó, criando um espectro alargado de cidadania ambiental que exige políticas de justiça ambiental.

Neste sentido, a encíclica *Laudato Si* do Papa Francisco veio acrescentar ao elemento humanista a responsabilização individual do mundo católico pela *res natura*, pela coisa que brotou e nasceu, pela vida, devolvendo ao ser humano a legitimidade para assegurar a manutenção da coisa criada. O Papa exorta uma sociedade cristã exigente, científica e tecnologicamente preparada, a participar em todas as esferas da sociedade em qualidade.

Pensando em escalas de intervenção poliédrica, estes agentes de pensamento, quer individualmente, quer na esfera da ONU, transvazam amplamente

as raízes da cultura ocidental e propõem ações de compromisso afins para uma individualidade exigente, consciente, instruída sobre os modos e as culturas diferentes da sua, não manipuláveis por quaisquer ideologias ou fundamentalismos, no sentido de atingir a dignificação e equidade mundiais, partindo de uma plataforma comum: o mundo em que vivemos e queremos viver. A perspectiva é a de sobreviver ao presente para garantir o futuro.

É neste contexto que se pode pensar a forma como populações rurais vivendo num mesmo território sobreviveram a extremos atmosféricos, crises agrícolas, fomes, epidemias, guerras e consumo energético constante. Como pode a evolução das representações da paisagem, no curso da história, revelar-nos as preocupações territoriais locais e de agências de poder?

DO FUTURO PARA O PASSADO: SIGNIFICADOS DO PASSADO ATÉ AO FUTURO

O território modelado resulta na influência recíproca entre o modo como o meio condiciona o fator humano e o modo como este se ajusta ao imperativo da natureza. A forma como o ser humano modela o meio ambiente resulta da necessidade e possibilidade de viver numa determinada área.

A forma como os agentes de poder ordenam a representação do território sofre alterações. No século XIX, em Portugal, critérios económicos de exploração territorial presidiram ao levantamento de recursos naturais, bem como à sua distribuição. Indiretamente, como veremos, este tipo de representação em mapas produzidos em diferentes épocas vai revelar capacidade humana na exploração sustentável do meio natural em determinadas paisagens onde se articulou a regeneração de recursos com a sua extração e manipulação.

Se compararmos a cartografia florestal da região minhota de 1867 com a de 1906, verificamos tanto persistências como diferenças na distribuição das espécies florestais. Mas, no cômputo global, a área florestada parece ter aumentado. No mapa-esboço dos baldios, a área arborizada é representada a amarelo; a área a branco corresponde à área cultivada. A coloração laranja corresponde a zonas desarborizadas ou ocupadas por baldios.

Naquilo que parece ser um enorme contraste, em 1906, o território encontra-se muito mais arborizado e cultivado, mas não exaurido; não obstante o aumento demográfico, a floresta não desapareceu e terá até aumentado.

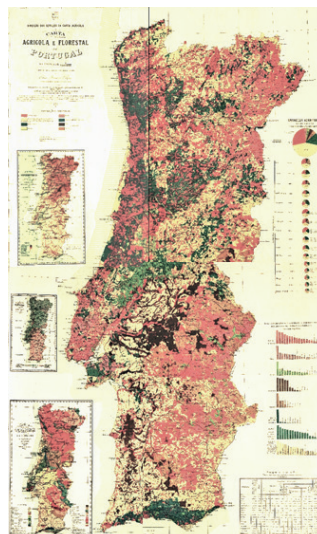
Figura 1.

Mapa anexo ao Relatório da
Arborização Geral do Paiz, 1868



Fonte: coleção privada.

Carta Agrícola e Florestal, 1906



Fonte: BAHOP.

Como podemos observar na Figura 1, a representação da distribuição de floresta na Carta Agrícola e Florestal de 1906 é bastante diferente daquela publicada em 1867. Em 1906, o documento apresenta estatísticas de produção florestal e agrícola, a par da distribuição geológica e hidrológica. Já não é um mapa geográfico pensado para reagir contra o impacto negativo de riscos naturais e fenómenos climáticos extremos, razão que tinha presidido à elaboração do mapa de 1867 – daí a imprecisão de dados quanto a espécies florestais. Se compararmos novamente a Carta de 1906 com a de 1867, vemos a correlação entre as árvores, a agricultura e o mosaico de talhões de agricultura-indústria agrária, ligados por vias de comunicação.

A persistência da mancha florestal terá resultado de até então os produtos florestais não serem consumidos por falta de pressão humana, ou antes da regeneração natural (ou por ação humana) de uma área de grande intensidade de ocupação dos solos e exploração dos seus recursos? O que nos dizem os tributos sobre a produção?

Entre 1852 e os anos 1880, identificam-se impostos camarários sobre a produção de frutos, legumes, cereais, oliveiras, vinho, atividades de linicultura, sericicultura e pecuária, enviados para a Direção-Geral de Agricultura e Manufaturas e a Direção-Geral do Comércio e Indústria; igualmente, os impostos relativos a frutos pendentes e de pomar indicam a distribuição das espécies arbóreas distribuídas no território. Para a década de 1870, o concelho de Braga especifica a produção de citrinos (limões e laranjas), “frutas de pomar” (maçãs e peras, pêseços, damascos, ameixas, cerejas, nozes) e olivais, e o de Guimarães, a produção de frutos secos (por exemplo, castanhas) e casca de carvalho e sobreiro. Os produtos cereais destes dois concelhos registam, entre 1857 e 1875, a produção de trigo, cevada, milho e chicória.

Em resumo, a diversidade florestal e de produtos de cultivo hortícolas comprova a sobrevivência do território com grande intensidade produtiva, em zonas onde as próprias espécies indicam ser culturas de regadio como o linho. Os dados sobre a produção de gado também são explícitos quando à articulação dos espaços de cultivo com os de pastoreio e bosque para o concelho de Guimarães, entre 1852 e 1875, nomeadamente a criação de gado cavalariço, muar asinino, vacum, lanígero, caprino e suíno.

Estes dados, para além de comprovarem o que é uma realidade conhecida do Minho – a intensidade da sua exploração em regime de minifúndio –, mostram que foi possível manter a pressão produtiva e a criação de gado, sem que os solos ou a floresta se esgotassem. É esta perspetiva que me interessa focar: a possibilidade do aumento de pressão *sem destruição ou exaurimento dos recursos, mas, pelo contrário, com a sua aparente conservação, regeneração e expansão orientada pelo fator humano*. Será possível afirmar a validade desta fórmula para o futuro?

Então, que mecanismos terão encontrado as comunidades locais para, num contexto de aumento da pressão humana sobre o meio, o mesmo território ter suportado ambientalmente mais gente e não ter provocado migrações e abandono por degradação ambiental, como atestam os censos demográficos de 1849 e 1864 ou os inquéritos industriais de 1881 e 1890 (ou seja, inquéritos sobre o trabalho relacionado com extração e transformação de recursos naturais)?

No quadro da recuperação ambiental do Vale do Ave e da despoluição das águas e dos solos, afetados entre outras substâncias por metais pesados, realizadas *grosso modo* já no terceiro milénio, podemos colocar a hipótese de se ter conseguido a regeneração dos ecossistemas tanto por via natural como por intervenção positiva do fator humano no século XIX, período em que o mesmo vale não se encontrava poluído com metais. Em que se baseia esta hipótese?

PORQUE SE TRANSFORMA O TERRITÓRIO SEM ABANDONO DA TERRA?

Situando brevemente o quadro político de então, recorde-se que a primeira metade do século XIX português foi marcada por guerras civis: inicialmente, de 1820 a 1834, entre liberais defensores da Monarquia Constitucional e absolutistas e, posteriormente, até 1852, entre liberais que defendiam diferentes modelos de acesso ao poder e participação na governança na Monarquia Constitucional. Os conflitos de carácter político sobre o regime de governo foram mais intensos do que as permanentes tensões locais entre as populações e as comunidades religiosas ou o clero diocesano. A partir de 1852, com a situação política razoavelmente estabilizada ao nível do regime governativo, as populações talvez aspirassem à paz e à melhoria de condições de vida, dificultadas por um quadro de grande perturbação climática, caracterizado por inundações, chuvas e epidemias (décadas de 1850 e 1870)... Nestes períodos, independentemente do regime político, tiveram sempre de pagar impostos sobre a produção. São esses registos que permitem, mais do que tirar conclusões, fundamentar a minha hipótese.

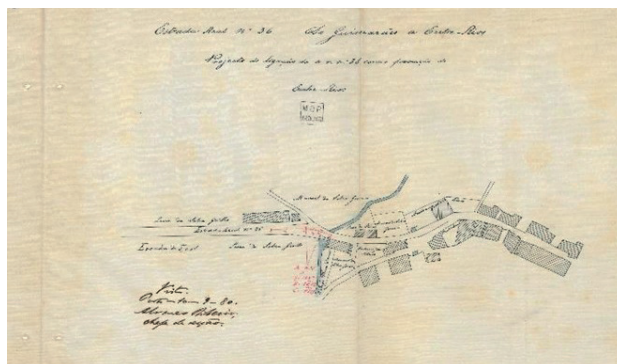
Numa primeira etapa, seguindo a tendência nacional do aumento da produção agrícola nas décadas de 1860 e 70, a transformação da paisagem minhota seria impercetível. Ora, um dos principais indicadores que a *agricultura de retalhos* revela é a ocupação humana. Somado a isso, a microdimensão das propriedades e o aumento da densidade populacional são também indiciadores do potencial pedológico dos solos, espessos, ricos em húmus e em minerais pela pressão sistemática a que o território é submetido, e que mesmo assim sobrevive.

Procurando o cadastro de propriedade agrícola, que em Portugal nunca existiu, deparei-me com uma fonte de informação inesperada: os levantamentos territoriais *in situ*, assim como os mapas e memórias descritivas para o estudo de projetos de localização de construção de estradas, produziram *sem querer* o que poderíamos chamar um quase-cadastro ou proto-cadastro de agricultura e do campo, constituído pelo desenho das estradas e propriedades contíguas que ligariam Guimarães a outras cidades entre a província do Minho (que então incluía o Douro Litoral) e a província de Trás-os-Montes. Os estudos para as estradas a serem construídas a partir de Guimarães, desde 1853 até 1881, foram propostos numa geografia desenhada em escala muito detalhada. As vias de ligação entre este concelho e as outras cidades registam em planta os elementos de ocupação do solo, as propriedades contíguas às estradas projetadas e ainda os elementos edificados, como casas, moinhos, igrejas. Estes estudos elaborados para propor vias e alternativas de futuras obras públicas

forneceram um conjunto de plantas e informações minuciosas numa escala grande, por vezes 1/10 m ou maior, que não têm nem densidade de representação nem cobertura equivalente nos mapas geográficos, de agricultura e de pecuária oitocentistas disponíveis à época, apenas nas escalas de 1/500 000 m ou em folhas de 1/100 000 (da Carta Corográfica, incompleta).

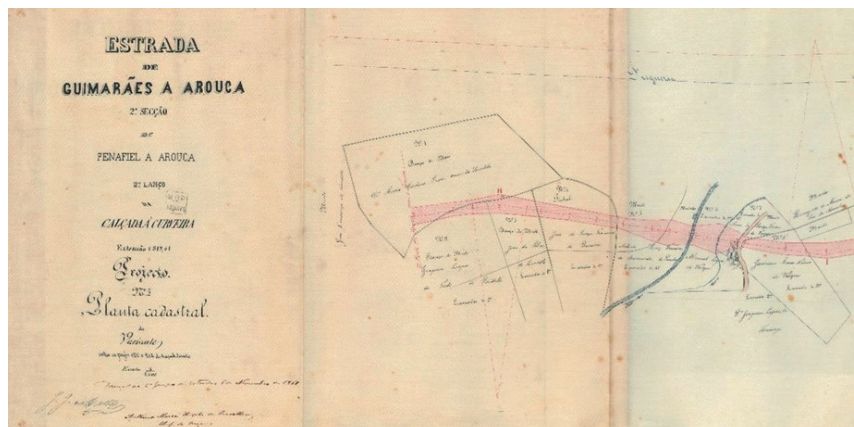
Mas este registo, que contrasta com outros levantamentos para o planeamento territorial por incluir muita informação georreferenciada e específica, decorre de uma razão específica na segunda metade do século XIX. No início da década de 1850, a lei de expropriações para obras de interesse público emanava do mesmo princípio de defesa dos direitos de propriedade individual, segundo o qual o Estado não podia lesar o proprietário. Assim, os proprietários de terra que fossem expropriados seriam plenamente indemnizados antes do início da construção. Havia o imperativo de registar informações detalhadas sobre todas as terras que viessem a ser expropriadas para a edificação de novas infraestruturas, o que envolvia o pagamento prévio de uma indemnização cujos montantes havia que definir.

Figura 2. Estrada de Guimarães a Santo Tirso



Fonte: BAHOP, Fundo JAE.

Para dar cumprimento à lei, cada propriedade deveria ser descrita e desenhada na área contígua à futura estrada, ponte, canal ou outro equipamento a edificar. Esta informação era ainda mais precisa quando os proprietários das terras se recusavam a aceitar as avaliações propostas pelo Estado ou pelo município, recorrendo por isso ao tribunal. Os processos e memórias especificam ainda mais as componentes territoriais.

Figura 3. Estrada de Guimarães a Arouca

Fonte: BAHOP, Fundo JAE.

O registo de elementos de ocupação de solos parece revelar um corredor de microparcelas que acompanha as estradas em contínuo, caracterizando-se por pequenas unidades agro-silvo-pastoris nas áreas contíguas às estradas, bem como em envolventes mais alargadas.

Assim, no Minho, o mecanismo de aumento de produção, em vez de traduzir as teses sobre otimização do emparcelamento ou da agricultura em extensão veiculadas pelas teorias económicas, terá funcionado de outra forma: pela expansão articulada da área de cultivo, pastoreio, produção de mata, arboricultura e gestão articulada dos bosques, e não pela sua destruição sistemática.

O aumento da produção nesta região não significou, como sabemos, a alteração do regime de propriedade; pelo contrário, o modelo de produção existente terá resultado na expansão da área de cultivo no mesmo regime de minifúndio, reproduzindo formas seculares de articulação entre policultura e pecuária, de regeneração natural de floresta através de sistemas locais de sortes e áreas submetidas a pousios ou cortes controlados (Afife, por exemplo), onde se desenvolviam sistemas de pastoreio intensivo e extensivo nas áreas comuns de proximidade, reguladas e executadas em equilíbrio de sustentabilidade dos solos, localmente. A produção do minifúndio seria coordenada com a criação de gado.

CONCLUSÕES

Face a um quadro de manutenção ambiental em conjuntura industrial oitocentista de economias de mercado, verifica-se que ainda haverá muito a revelar sobre cronologias e geografias, tanto de compensação como de degradação ambiental. A tese da predação é incompleta.

No século XIX, em Portugal, na província do Minho, num contexto de atividades humanas inseridas num ciclo ecológico, o impacto sobre o território foi o de um ordenamento eficaz; a pressão humana foi garantida pela sobrevivência das atividades económicas dependentes da terra. A pressão demográfica terá sido compensada com a manutenção ou regeneração de floresta mediterrânica de espécies de longa duração, *floresta frutícola* e uma enorme variedade de produção de cereais e vegetais de regadio. Salienta-se a ausência de monoculturas extensivas, o que permitiu compensar a pressão humana, gerando eventualmente um equilíbrio entre fruição e regeneração da capacidade produtiva dos solos. O relevo, a densidade hidrológica e a constituição dos solos no Minho favorecem esta circunstância.

Cruzando dados paisagísticos, demográficos, tributos e representação cartográfica estatal pública, é possível demonstrar que entre o rio Minho e o rio Ave, nas regiões de Guimarães, Braga e Viana perdurou o articulado agro-silvo-pastoril, não obstante o aumento da população.

Havendo densidade populacional significativa em meio rural, o regime de propriedade não mudou. Tal como a multiplicação de retalhos agrícolas, o sector madeireiro frutícola indica uma importância significativa para múltiplas atividades que atualmente atribuímos às “espécies florestais”: produção de madeira, alimentação do gado, construção e consumo humano.

Nesta proposta, olhando para o passado no que respeita à manutenção de ecossistemas em que a exploração de recursos consegue coexistir com um legado de ecossistemas viáveis e a ausência de fogos florestais de proporções trágicas, talvez seja de retirar o anátema de predação exclusiva a todo o fator antrópico e aprender como este conseguiu manter formas de gestão sustentável de recursos naturais, na longa duração.

Eventualmente haverá que reintroduzir o fator humano na equação de resgate ecológico e ambiental no Terceiro Milénio (como vários pensadores já o fazem nas áreas da filosofia e teologia) como elemento fundamental para a reestruturação, manutenção, proteção e expansão da vida silvestre, num equilíbrio de áreas que permita o desenvolvimento dinâmico da natureza sem o risco de catástrofes.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas (BAHOP), Lisboa: Cota – DGCI – RA – 1S 2, Repartição de Agricultura. 1.^a Secção, Documentos respeitantes a informações dos Governos Civis acerca do estado da agricultura nos respetivos distritos, 1860-1880.
- Biblioteca e Arquivo Histórico de Obras Públicas (BAHOP), Fundos DGCAM – Direção-Geral do Comércio, Agricultura e Manufaturas; Direção-Geral do Comércio e Indústria – DGCI3.
- Brüggemeier, F.-J. (1994). Nature fit for industry: the environmental history of the Ruhr basin, 1840-1990. *Environmental History Review*, 18(1), 35-54. <https://doi.org/10.2307/3984744>.
- Carson, R. (1961). *Silent Spring*. San Diego: Houghton Mifflin.
- Dogliani, P. (1998). Territorio e identità nazionale: parchi naturali e parchi storici nelle regioni d'Europa e del Nord America. *Ricerca e Memoria*, Vol. I, 7-37.
- Inquérito Industrial* (1881), 5 volumes. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Inquérito Industrial: Pescas* (1890), vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Munasinghe, M. (2009). *Sustainable Development in Practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Sieferle, P. (2001/1982). *The Subterranean Forest. Energy systems and the industrial revolution*. Cambridgeshire: The White Horse Press.

NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES

EDITORES

Sheila Khan é investigadora do Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho. Doutorada em Estudos Étnicos e Culturais pela Universidade de Warwick, é atualmente investigadora de pós-doutoramento no projeto EXCHANGE (2015-2020), financiado pelo European Research Council. É também investigadora do projeto “Past & Present – Memories, cultures and identities: How the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?” (2018-2021), financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e a Fundação Aga Khan. As suas mais recentes publicações são: *Portugal a lápis de cor. A sul de uma pós-colonialidade* (Almedina, 2015); *Visitas a João Paulo Borges Coelho. Leituras, diálogos e futuros* (com Nazir Can, Sandra Sousa, Leonor Simas-Almeida e Isabel Ferreira Gould, Colibri, 2017); *Racism and Racial Surveillance. Modernity Matters* (com Nazir Can e Helena Machado, no prelo, London: Routledge, fevereiro, 2021).

Vítor de Sousa é doutorado em Ciências da Comunicação (Comunicação Intercultural), pela Universidade do Minho, com a tese *Da ‘portugalidade’ à lusofonia*; é mestre (especialização em Educação para os Média) e licenciado (especialização em Informação e Jornalismo) na mesma área. Entre as suas áreas de investigação constam as questões em torno da identidade nacional, estudos culturais, educação para os média e teorias de jornalismo. É investigador do CECS, onde integra o grupo de Estudos Culturais, e membro do Projeto “Past & Present – Memories, cultures and identities: how the past weights on the present day intercultural relations in Mozambique and Portugal?” (FCT/Aga Khan) e do Museu Virtual da Lusofonia. É ainda sócio da Sopcom, da ECREA e da Associação dos Amigos da Biblioteca Municipal de Penafiel. Venceu o Prémio Científico Mário Quartín Graça 2016, que distinguiu a melhor tese concluída nos últimos três anos na área das Ciências Sociais e Humanas, em Portugal e na América Latina. Foi jornalista (1986-1997) e assessor de imprensa (1997-2005).

EDITORES (CONT.)

Rita Ribeiro é professora do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Fez mestrado em Antropologia (2000) e doutoramento em Sociologia (2008), pela mesma universidade. É investigadora integrada e vice-diretora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

Desenvolve investigação na área da sociologia da cultura e, particularmente, no domínio da cultura popular e identidade cultural, políticas culturais, identidade nacional e europeia, migrações e diversidade cultural. No ensino, dedica-se atualmente às áreas de sociologia da cultura, sociologia do poder, património cultural e diversidade cultural. É membro do *executive board* da Research Network Sociology of Culture, da European Sociological Association, e integra a direção da plataforma UMCidades.

AUTORES

Cristina Joanaz de Melo é Investigadora Contratada do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa desde 2019, onde integra o Grupo de Trabalho “História, Território e Ambiente”. É membro fundador, com Inês Amorim e Arnaldo Melo, da Rede Portuguesa de História do Ambiente (REPORTHA – 2015) e desde 2001 sócia da European Society for Environmental History. Fez o doutoramento no Instituto Europeu de Florença sobre políticas hidrológicas e florestais em Portugal no século XIX, prosseguindo em áreas de investigação em história do ambiente, nas quais trabalha e publica desde a década de 1990. Neste âmbito inaugurou análises sobre recursos cinegéticos, hídricos e florestais nos séculos XVIII e XIX em Portugal e em contextos europeus. Entre as suas obras mais recentes, destacam-se a coordenação, com Estelita Vaz e Lígia Pinto, de *Environmental History in the Making* (2 vols., Springer, 2017) e a coordenação e coautoria de *Como a Fénix Renascida – Matas, bosques e arvoredos (Séculos XVI-XX). Representações, gestão, fruição* (Colibri, 2019).

João Rodrigues é professor auxiliar da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos Sociais. Doutorado pela Universidade de Manchester, a sua investigação tem-se debruçado sobre temas de economia política, da história do neoliberalismo à financeirização do capitalismo em Portugal e à crise do Euro, sendo autor de diversas publicações nestas áreas, incluindo em revistas académicas como o *Cambridge Journal of Economics* ou a *Review of International Political Economy*. É ainda coautor do blogue de economia política *Ladrões de Bicicletas* e membro do Conselho Editorial do *Le Monde diplomatique – edição portuguesa*.

Jorge Gonçalves é licenciado em Direito e pós-graduado em Direito da Comunicação, Investigador Convidado do Centro de Estudos Lusófonos (Univ. Lusófona) e do Programa de Contabilidade e Finanças da UCP. Jornalista, advogado (reformado) e consultor, é ainda membro do Grupo de Cooperação com Secretariado Executivo da CPLP (GCSECPLP). Desempenha funções de direção em várias áreas da RDP e RTP (Antenas Internacionais de Rádio e de Televisão, Cooperação da RTP, SGPS, Centro de Estudos de Radiodifusão, Informação na RDP-Rádio Comercial e na Antena 1) e de assessoria do Conselho de Administração da RDP e da RTP – SGPS. Antigo editor e jornalista da Rádio Renascença, foi também colaborador e colunista em títulos de imprensa, entre os quais, *O Século*, *Semanário*, *Jornal de Negócios*, *Diário Económico*. Foi ainda porta-voz da Presidência portuguesa do Conselho de Ministros da Agricultura (1992).

José Luís Garcia é Investigador Principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e obteve o doutoramento em Ciências Sociais pela mesma universidade. Tendo começado por ser docente de Sociologia no ISCTE-IUL, tem lecionado e realizado conferências em várias universidades de Portugal, Espanha, Brasil, Itália, França, Argentina e EUA. Foi vice-presidente da Comissão de Pós-Graduação do ICS-UL e um dos promotores do programa de Doutoramento em Sociologia do mesmo instituto. Foi membro da Comissão Nacional de Ética para a Investigação Clínica (2009-11), Presidente do Conselho de Ética da Associação Portuguesa de Sociologia (2010-12) e Presidente do Observatório Português das Atividades Culturais (2009-15). Atualmente, é membro da direção da Society for Philosophy and Technology e autor de artigos e ensaios nas áreas de teoria social e crítica, filosofia da tecnologia, estudos sociais da ciência e tecnologia e estudos de comunicação e *media*. Entre os livros que editou ou coeditou encontram-se: *O choque techno-liberal, os media e o jornalismo* (Almedina/ERC, 2020); *Sociologia clássica* (Almedina, 2019); *Media and Portuguese Empire* (Palgrave Macmillan, 2017); *Salazar, o Estado Novo e os media* (Ed. 70, 2017); *Pierre Musso and the Network Society: From Saint-Simonianism to the Internet* (Springer, 2016); *Cultura Digital em Portugal* (Afrontamento, 2016); *La Contribution en ligne: pratiques participatives à l'ère du capitalisme informationnel* (Presses de l'Université du Québec, 2014); *Jacques Ellul and the Technological Society in 21st Century* (Springer, 2013).

Luís Cunha é licenciado em Antropologia Social (ISCTE) e doutorado em Antropologia (UMinho). Investigador integrado do CRIA, tem orientado a sua investigação para áreas de interesse dispersas, que confluem, todavia, na análise dos processos de construção identitária, no que estes revelam do ponto de vista das dinâmicas sociais. Inserem-se nesta linha de pesquisa os trabalhos que realizou em torno das narrativas identitárias convocadas pelo Estado Novo (e.g., *A Nação nas malhas da sua identidade*, Afrontamento), mas também os nós de consenso e de dissenso tecidos ligados à ideia de lusofonia (e.g., “Letras que desenham identidades”, *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona* de 2011). O seu trabalho sobre memória social (e.g., *Memória social em Campo Maior*, Dom Quixote), incidindo sobre um contexto de fronteira, tem também a problemática das identidades na sua base. Trabalhos recentes têm seguido uma linha diferente, buscando um registo mais próximo da desconstrução do modelo económico/político dominante (e.g., “Economic crisis and political decision: words and meanings”, in *Citizenships in Crises*, ICS – com Virgínia Calado).

Rosa Cabecinhas nasceu na Bajouca (Leiria) em 1965. Aos cinco anos, como tantos outros portugueses à época, foi a salto para França, acontecimento que despertou o seu interesse pela comunicação intercultural. É docente e investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho desde 1990, onde dirige o Programa Doutoral em Estudos Culturais. Licenciada em Psicologia, mestre em Psicologia Social e das Organizações, e doutorada em Ciências da Comunicação, tem desenvolvido investigação de natureza interdisciplinar e integra várias associações nacionais e internacionais nas áreas da comunicação, psicologia, educação e estudos culturais. Os seus principais interesses de investigação conjugam as áreas da comunicação intercultural, memória social, representações sociais, identidades sociais e discriminação social.

Vítor de Sousa é doutorado em Ciências da Comunicação (Comunicação Intercultural), pela Universidade do Minho, com a tese *Da 'portugalidade' à lusofonia*; é mestre (especialização em Educação para os Média) e licenciado (especialização em Informação e Jornalismo) na mesma área. Entre as suas áreas de investigação constam as questões em torno da identidade nacional, estudos culturais, educação para os média e teorias de jornalismo. É investigador do CECS, onde integra o Grupo de Estudos Culturais, e membro do Projeto "Past & Present – Memories, cultures and identities: how the past weights on the present day intercultural relations in Mozambique and Portugal?" (FCT/Agá Khan) e do Museu Virtual da Lusofonia. É ainda sócio da Sopcom, da ECREA e da Associação dos Amigos da Biblioteca Municipal de Penafiel. Venceu o Prémio Científico Mário Quartin Graça 2016, que distinguiu a melhor tese concluída nos últimos três anos na área das Ciências Sociais e Humanas, em Portugal e na América Latina. Foi jornalista (1986-1997) e assessor de imprensa (1997-2005).

PREFACIADOR

Francisco Azevedo Mendes é licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi assistente no Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores. É professor auxiliar no Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, onde leciona e investiga em teoria da história e história contemporânea, e investigador integrado do Laboratório de Paisagens, Património e Território (Lab2PT). Trabalhou com Joaquim Romero Magalhães e Jeffrey Andrew Barash nas suas provas académicas.

A História não se compadece com uma narrativa que a torne monopolista e unilateral. É a luta pelo poder, pela máxima utilização dos recursos naturais e pela capacidade abrangente de edificar uma ideologia que sirva para todos, que traz para a História esta aparência de unicidade e de homogeneidade. Este pensamento não resulta de uma mera abstração. É o olhar observador, reflexivo e interpretativo da historicidade humana que nos empurra para esta assunção: estudar criticamente a Europa e o Mundo exige o exercício de uma linguagem maior e permeável a outras experiências humanas, políticas e históricas. Este livro parte da convicção de que a Europa no Mundo e o Mundo na Europa não é apenas uma metáfora do fulgor e da força que a globalização e a tecnologia nos permitem. Esta Europa no Mundo e este Mundo na Europa são o resultado de uma longa relação feita de conquistas, lutas, guerras, exploração, violência, subalternização e lutas de emancipação, que representam o arquivo histórico do nosso presente.

